



Revista **GTLEX**

Onomástica

Alexandre Sousa (UFA), Ana Paula Tribesse
Patrício Dargel (UEMS)
Organizadores

Volume 3, número 1
Julho/Dezembro 2017

GTLex | Uberlândia | v.3 n.1 | jul./dez. 2017 | p.1-191 | ISSN 2447-9551

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Orlando Cesar Mantese

Diretor da EDUFU

Prof. Guilherme Fromm

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - *Campus* Santa Mônica - CEP:
38.408-144 - Uberlândia - MG
www.edufu.ufu.br

Editoração: Guilherme Fromm
Diagramação: Guilherme Fromm
Revisão: EDUFU

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Revista GTLex. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2015- V. 1 - Semestral. Modo de acesso: http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex ISSN: 2447-9551 1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. 3. Lexicologia - Periódicos. 4. Terminologia - Periódicos. 5. Onomástica-Periódicos. I. Fromm, Guilherme. II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. CDU: 801(05)
--

Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística, ao Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (ANPOLL) ou à Edufu.

Revista GTLex

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

André Crim Valente (UERJ)

Elizabeth Aparecida Marques (UFMS)

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno (UCS)

Maria da Graça Krieger (UNISINOS)

Maria José Bocorny Finatto (UFRGS)

Márcio Sales Santiago (UFC)

Comissão Científica

Adriana Zavaglia (USP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP), Angela Maria Tenório Zucchi (USP), Anna Maria Becker Maciel (UFRGS), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Carmen Maria Faggion (UCS), Celina Márcia de Souza Abbade, (UNEB), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Claudio Cezar Henriques (UERJ), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Enilde Leite Faulstich (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Karylleila Santos Andrade (UFT), Lêda Pires Corrêa (UFS), Lidia Almeida Barros (UNESP/ SJ Rio Preto), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG), Maria Cristina Parreira da Silva (UNESP), Nelly Medeiros de Carvalho (PUC/PE), Maria Helena de Paula (UFG), Mariângela de Araújo (USP), Paola Giustina Baccin (USP), Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS), Rosemary Castañeda Zanette (UNIOESTE), Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS), Vitalina Maria Frosi (UCS), Vitória Regina Spanghero (UFMS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*

Aldo Luiz Bizzocchi (UNIVESP)

Ana Claudia Castiglioni (UFT)

Liliane Lemos Santana Barreiros (UESB)

Maria Virgínia Dias da Ávila (UFU)

Sumário

Expediente	3
Sumário	6
Apresentação.....	7
Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces - Alexandre Melo de Sousa (UFAC), Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS)	7
Artigos.....	23
Sistema toponímico do Tocantins (Sistop): experiências pedagógicas com professores do ensino fundamental - Rodrigo Vieira do Nascimento (UNITINS), Karylleila Santos Andrade (UFT).....	23
Os hagiotopônimos de Xapuri - Sandra Mara Souza de Oliveira Silva (UFAC)	41
Toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul: motivações toponímicas e estruturas sintagmáticas - Leticia Reis de Oliveira (UFMS), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS)	58
Formação e estilização ortográfica de nomes artísticos de <i>drag queens</i> : questões de identidade linguística e de expressão de gênero - Josy Maria Alves de Souza (UNIR), Natália Cristine Prado (UNIR)	78
“São todos nomes de demônios!”: fenômenos do signo toponímico nos nomes das ruas do Jardim Sucupira e seus efeitos - Natália Oliveira Nascimento (UEFS), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)	103
Onomástica Ficcional: <i>status quo</i> no Brasil - Amanda Kristensen de Camargo (UNIOESTE).....	120
Desigualdade de gênero na toponímia: um estudo exploratório - Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Bianca Nagai da Silva (UNIOESTE).....	133
Nome e cultura: o estudo sócio-onomástico na escolha do segundo nome na antroponímia rondonense – Patrícia Helena Frai (UNIOESTE).....	146
O aumento da inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna como um indicador de mudanças no imaginário social brasileiro - Paola Santos Lima Soares (UFMG).....	169
Resenha	183
Dictionnaire Étymologique Roman (DÉRom) 2 – Bruno Maroneze (UFGD).....	183

Apresentação

Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces

Onomastics: interdisciplinarity and interfaces

*Alexandre Melo de SOUSA**

*Ana Paula Tribesse Patrício DARGEL***

O ato de nomear é atividade essencial ao homem desde que se têm notícias de vida social, uma vez que, por meio da ação denominativa, objetos, espaços, sentimentos são categorizados, classificados e apropriados pelo nomeador. Nesse sentido, léxico, cultura, sociedade e ambiente formam um amálgama indissolúvel e revelador da visão de mundo e do conhecimento de alguém. Assim, tudo no universo tem um nome a lhe singularizar, diferenciar e definir.

Assim, o léxico, como um saber partilhado culturalmente entre os membros de uma sociedade, integra um dos níveis da língua mais suscetíveis a inovações e mudanças em decorrência de condicionantes sociais, físicos, geográficos, ambientais e, desse modo, torna-se revelador de crenças, expectativas, realidade, conhecimento de cada ser humano. Nomeia-se e se particulariza “coisas” sobre as quais se têm poder cognitivo ao se atribuir um designativo por meio de ações como identificar, categorizar, delimitar e singularizar, ou seja, aplicam-se noções para se demonstrar que algo, dentre outras existências no universo, tem características próprias e, por isso, é diferente. Para tanto, o nomeador lança mão de aspectos internos e externos da

* Doutor em Linguística pela UFC. Professor na UFAC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2510-1786>. alexlinguista@gmail.com

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Professora na UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2197-5259>. tribesse@yahoo.com.br

língua com o intuito de refletir e expressar, no que foi designado, a realidade cultural assimilada pela vivência em sociedade.

Nessa linha de raciocínio, Sapir (1969, p. 20) elucida que “a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa. A linguagem é um guia para a realidade social” e, assim, “não há duas línguas iguais que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma realidade social” (SAPIR, 1969, p. 20). A língua e cultura, estão, neste aspecto, totalmente inter-relacionadas, considerando-se o fato de que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1969, p. 27). Estudar a língua de uma sociedade é adentrar ao mundo cultural e social das pessoas que dela fazem parte desde gerações anteriores possíveis de serem resgatadas pela memória humana, histórica e linguística.

Lévi-Strauss (1975, p. 80), partindo do modelo estrutural da língua, na busca de bases para seus estudos culturais, afirma que a linguagem obedece a um processo semelhante à cultura, observando-se, de modo especial, três aspectos: *a linguagem como produto da cultura*, uma vez que ela reflete hábitos culturais; *a linguagem como elemento da cultura*, assim como instituições, crenças, costumes e ainda, como *a linguagem como condição da cultura* quando ela é utilizada como instrumento de imposição da cultura.

Situando-se de um ponto de vista mais teórico, a linguagem aparece também como condição da cultura, na medida em que esta última possui uma arquitetura similar à da linguagem, ambas se edificam por meio de oposições e correlações, isto é, por meio de relações lógicas, tanto que se pode considerar a linguagem como um alicerce destinado a receber as estruturas às vezes mais complexas, porém, do mesmo tipo que as suas, que correspondem à cultura encarada sob diferentes aspectos (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 86).

A partir desta relação de Lévi-Strauss (1975, p. 80), “uma língua usada por uma sociedade reflete a cultura geral da população”, nessa perspectiva de cultura, também ao se observarem semelhanças e diferenças nos sistemas linguísticos, depreende-se

que ela, a cultura, na acepção de Lévi-Strauss, “consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação de todos os outros”. Assim, língua e cultura fazem parte de relações interligadas, ou seja, um sistema cuja possibilidade de troca, subtração ou alteração de um elemento modifica todos os outros. Uma cultura ou língua, portanto, não podem ser fechadas e imutáveis, o contato ou inserção de um novo fator pode torná-lo suscetível ou não à adoção de mudanças, ao que o autor denomina de sociedades “frias” ou “quentes”.

Lyons (1982, p. 279), ao discutir sobre a Sapir-Whorf¹ e seus desmembramentos nos estudos relacionados à linguagem, cultura e sociedade, argumenta não haver ainda bom motivo para se descartar hipótese “a opinião mais tradicional de que falantes de línguas diferentes têm essencialmente a mesma visão de mundo, ou modelo conceitual, no que diz respeito a conceitos mais profundos e filosoficamente mais interessantes tais tempo, espaço, número, matérias etc.”. Na sequência, porém, elucida que:

falantes de línguas diferentes tenha a mesma visão de mundo com respeito a outros conceitos menos básicos, sentido que dependem, para a sua compreensão, do conhecimento transmitido socialmente, tanto conhecimento prático quanto propositivo, e variam consideravelmente de cultura para cultura (LYONS, 1982, p. 279).

Depreende-se, portanto, que, nessa linha de raciocínio, mencionar *cobra* se torna diferente para quem mora em espaço urbano ou em rural. Afinal, é bastante significativo e vital, para quem habita em ambiente rural, a noção sobre qual cobra é peçonhenta ou não, ou seja, o homem nomeia e atribui categorizações a algo conforme a própria necessidade de vida social. Inúmeros exemplos poderiam ser citados como

¹ Não há o objetivo de se elencarem prós e contras da referida hipótese e nem se lançarem discussões sobre o desmembramento dela nos estudos linguísticos. A menção se dá, exclusivamente, pela relação língua, cultura, ambiente, sociedade destacada neste texto.

forma de exemplificação, mas, a intenção é de apontar quanto as noções língua, cultura, sociedade são indissociáveis, ou seja, a palavra se constitui como “a pedra de toque da linguagem humana” (BIDERMAN, 1998, p. 81), revelando, por intermédio do uso da língua, as circunstâncias culturais, ambientais e históricas que levaram, por exemplo, uma ideologia prevalecer diante de outra. Conforme Biderman (1998, p. 81-118), a palavra é uma “entidade multifacetada” que pode ser estudada sob diferentes perspectivas, representando variadas possibilidades de dimensões (“mágico-religiosa”, “cognitiva”, “linguística”, “filosófica”). Nesse aspecto, a palavra se instaura como marca de identidade individual e de grupo. Assim, o léxico, nível conceitual, reúne as palavras acumuladas pela língua em seus mais variados contornos e usos no decorrer de todas as fases da história linguística e cultural de um povo.

Do mesmo modo, tomando a língua como elemento da cultura e entendendo que aquela tem influência sobre esta e vice-versa, Dick (2002, p. 3) registra que:

Ao se colocarem em confronto povos culturais distintos em seus hábitos, percepções e modos de expressão linguística, considera-se que as situações existenciais de cada grupo em presença poderão ser modificadas, valorizadas, aceitas ou até repudiadas.

Dessa forma, compreende-se que, por meio da linguagem, o homem se relaciona e interage em sociedade, propagando hábitos culturais, revelando a própria identidade e construindo a identidade coletiva. A linguagem, assim, é o mecanismo pelo qual a cultura sobrevive, e é, ao mesmo tempo, o alimento, o condicionante, a marca, o resultado, ou seja, um produto cultural construído por intermédio da cristalização de uma língua em uma sociedade. Nesse raciocínio, evidencia-se o fato de que se torna difícil demarcar os limites ou determinar qual prevalece em termos de influência de um elemento em relação ao outro, ou seja, “(...) língua e cultura estão, pois, intrinsecamente ligadas, mas sem apresentar relação de causa e efeito. Esta é fruto

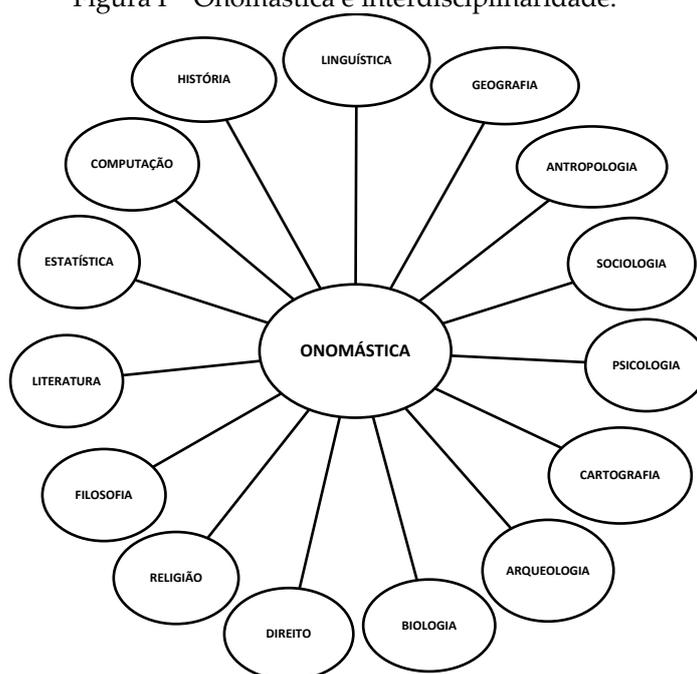
do que a sociedade faz e pensa; aquela manifesta o que se pensa” (DARGEL, 2003, p. 18).

Do ponto de vista da inter-relação língua-cultura-sociedade, destaca-se a categoria dos nomes próprios como um recorte do léxico que, apesar de ter a mesma natureza que os demais elementos do vocabulário comum, têm objetivos diferentes em identificar e particularizar o que/quem foi nomeado. Para Dick (2000, p. 249), “os traços mais marcantes no conteúdo do nome próprio: ser denotativo e referencial, contextualizado nas situações-objeto, exercer a função de identificação [...] examinando-se o nome próprio como um termo indicial multifacetado”. Nessa perspectiva, dentro dos estudos do léxico, encontra-se a Onomástica (estudo nomes próprios em geral), subdividida, principalmente, em dois ramos: Antroponomástica/Antroponímia² (nomes de pessoas) e Toponomástica/Toponímia (designativos de lugares), como um dos ramos da Linguística a refletir, além da língua, aspectos da cultura, História, Geografia, Etnografia, Antropologia, Psicologia etc. de uma comunidade social. Hough (2016, p. 10), refletindo sobre Onomástica e outras disciplinas, destaca que “a Onomástica é essencialmente interdisciplinar e há dificuldade para identificar qual a principal área do objeto em estudo”³. A interdisciplinaridade entre Onomástica e outros ramos do saber pode ser representada no organograma a seguir:

² Não há consenso sobre os termos Antroponomástica/Antroponímia/Toponomástica/Toponímia e, dependendo da linha teórica ou país seguidos pelo estudioso da Onomástica, há opção por ou outro termo. Neste trabalho, houve a escolha de não se problematizar a questão terminológica.

³ Tradução nossa: “Onomastics is essentially inter-disciplinary, and it might be difficult to identify any major subject area at which it is completely unrelated”.

Figura I – Onomástica e interdisciplinaridade.



Fonte: elaborada pelos autores com base em Dick e Andrade (2012) e Hough (2016).

Conforme ilustrado na figura 1, a Onomástica, área do saber inserida na Linguística, dependendo do viés do estudo realizado, recebe subsídios de outros ramos. Essa convergência de áreas faz com que a ciência dedicada à análise dos nomes próprios seja fundamentalmente interdisciplinar, apesar de ser, em princípio, parte da Linguística porque se parte da análise do nome, elemento da língua (ou item onomástico) para os outros condicionantes que o envolvem além dos aspectos relacionados à linguagem. Nesse mesmo raciocínio, conforme Solís Fonseca (2018, p. 11), “a onomástica se refere aos nomes, e estes não são realidades naturais, são realidades idealizadas por uma atividade mental dos homens. Os nomes se referem a realidades extralinguísticas, isto é, a seus referentes, que são entidades da natureza e da cultura”. O elemento linguístico é o nome, seja antropônimo, topônimo, orônimo, hidrônimo etc.

Em trabalho recente sobre os nomes próprios, Isquerdo (2020, p. 10) afirma que:

[...] o repertório lexical da língua, além de armazenar o léxico comum que resulta da nomeação de elementos físicos, humanos e intelectuais cotidianos de uma sociedade que, por sua vez, traduz a forma de percepção e representação da realidade, reúne os nomes próprios de pessoas e de lugares, com toda a carga cultural, ideológica, mitológica e referencial neles impregnada. Nesse contexto, não pode ser desconsiderada a função referencial, denotativa dos nomes próprios, a par do seu valor simbólico e representativo de uma realidade motivacional.

Dessa forma, pode-se depreender que os nomes próprios têm significações que refletem, entre outros aspectos, para além das características linguísticas, a história, a cultura e a religiosidade de uma dada comunidade. O nome próprio é um produto cultural que projeta a própria história de uma comunidade.

Seabra e Isquerdo (2018, p. 993) explicam que:

Os estudos onomásticos remontam ao nosso passado, às nossas origens e sempre despertam a curiosidade, não apenas dos estudiosos, mas também das pessoas em geral. Superando a mera função da nomenclatura, os nomes de pessoas e lugares são produtos de um sistema de denominação que reflete o modo de vida de uma determinada cultura e como isso representa seus valores. Embora possam nos parecer familiares, porque os conhecemos e usamos rotineiramente, quando paramos para contemplar a natureza dos nomes próprios de pessoas e lugares, quase sempre percebemos que estes resultam de significados incompreensíveis que são estranhos para nós, mesmo quando eles se referem a pessoas e lugares conhecidos⁴.

⁴ Onomastic studies harken back to our past, to our origins, and thus always awaken curiosity, not only of scholars, but also of people in general. Surpassing the mere function of nomenclature, the names of people and places are products of a system of denomination that reflect the way of life of a given culture and how this represents their values. Although they may appear to us as familiar, because we know them and routinely make use of them, when we stop to contemplate the nature of the proper names of people and places, we almost always realize that these stem from incomprehensible meanings that are strange to us, even when they refer known people and places (SEABRA; ISQUERDO, 2018, p. 993).

Essa tendência também foi verificada em pesquisas onomásticas em línguas de modalidade visual-espacial. Nos estudos de Sousa e Quadros (2019a, 2019b), por exemplo, os dados mostraram que, ao nomear espaços e pessoas, a motivação dos usuários de Libras se dá pela criação do sinal por marcas peculiares do indivíduo nomeado (características físicas ou comportamentais dos sujeitos) ou por particularidades do espaço nomeado (aspectos visuais físico-ambientais ou histórico-culturais dos lugares). Esses resultados fortalecem o que pontua Isquierdo (2020, p. 10):

[...] o estudo dos nomes próprios, para além da dimensão linguística dos signos antroponímico e toponímico, implica considerações sobre particularidades que os envolvem, como questões históricas e ideológicas, incluindo processos de renomeações (substituições, acréscimos, reduções de palavras), muito recorrentes sobretudo em nomes de lugares, além de transferências entre nomes de pessoas e de lugares, fenômeno frequente na nomeação especialmente de lugares, em que antropônimos se deslocam para o universo dos nomes de lugares adquirindo o *status* de topônimos. Trata-se, pois, de uma área de investigação com forte caráter interdisciplinar, na medida em que a Onomástica, enquanto campo autônomo e solidificado de conhecimento, dialoga com a Linguística, área mais ampla a que se vincula, com a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia...

Dick (1990, p. 35-6) já havia destacado, no caso da Toponímia, que se trata de “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não exclusivamente”. Assim, podemos afirmar que os estudos toponímicos se constituem como resultados das relações sociais existentes entre o homem e sua comunidade e também a relação entre homem, comunidade e natureza, numa visão interdisciplinar e intercultural. Moreu-Rey (1982, p. 11 *apud* TORT, 2003), sobre isso, observa que:

A toponímia pertence às chamadas ciências humanas, campo que também abrange os diferentes ramos da história, a história da economia e as instituições, geografia humana, Sociologia e antropologia cultural, linguística e Filologia [...]. O topônimo

basicamente utiliza os serviços de outras três ciências: a história, a linguística e a geografia, mas deve recorrer à ajuda complementar de epigrafia, arqueologia, da arquivologia e paleografia, bem como etnografia e folclore, psicologia social, topografia ou botânica. Por outro lado, a toponímia ajuda e poderá ajudar cada dia mais essas Ciências. Atualmente já é considerado como uma das várias ferramentas de pesquisa em ciências sociais⁵.

E é justamente nas múltiplas relações entre as diversas áreas de estudo que se destaca o caráter interdisciplinar da Onomástica, que reflete, no signo, as marcas inerentes ao pensamento, aos costumes, aos valores dos povos, do homem. Em relação à Toponímia, Isquierdo e Dargel (2014, p. 75) caracterizam as nuances do signo toponímico:

O topônimo é revestido de um caráter motivador em seu ato de criação, mesmo que venha a se tornar um dia, como todo signo linguístico, arbitrário. Entretanto, por intermédio do estudo toponímico, tenta-se evitar que tal opacidade venha a ocorrer com os topônimos e, assim, recuperam-se nuances, sutilezas, circunstâncias, motivações, estados psíquicos, dentre tantas outras possíveis causas designativas, que possam ter influenciado, espontaneamente ou não, o designador ao nomear um elemento geográfico com um nome e não outro.

São esses aspectos inerentes aos signos onomásticos, de um modo geral, que têm aguçado as pesquisas nos âmbitos da Antroponímia e da Toponímia. Revelar as relações entre língua, cultura e sociedade, descrever os aspectos formativos dos signos

⁵ La toponimia pertenece a las denominadas ciencias humanas, campo que abraza también las diferentes ramas de la historia, la historia de la economía y de las instituciones, la sociología y la antropología cultural, la geografía humana, la lingüística y la filología [...]. La toponimia utiliza básicamente los servicios de otras tres ciencias: la historia, la lingüística y la geografía, pero debe recurrir también al auxilio suplementario de la epigrafía, la arqueología, la archivística y la paleografía, así como la etnografía y el folclore, la psicología social, la topografía o la botánica. Inversamente, la toponimia ayuda y podrá ayudar cada día más a estas ciencias. E en estos momentos ya es considerada como uno de los múltiples instrumentos de investigación em ciencias humanas [...] (MOREU-REY, 1982, p.11 *apud* TORT, 2003).

antropônimos e dos topônimos, seja em línguas orais, seja em línguas de sinais, estabelecendo a intersecção entre diferentes campos do saber e, antes de tudo, refletindo a relação homem x língua.

No âmbito linguístico, conforme já descrito, a Onomástica é a disciplina que estuda principalmente os nomes próprios de pessoas (Antroponímia) e de lugares (Toponímia). Os nomes próprios podem ser estudados sobre diferentes pontos de vista da Linguística, uma vez que posso fazer uma análise sociolinguística dos itens onomásticos, verificar qual é a etimologia deles, cotejar os mecanismos semânticos de um determinado *corpus* de nomes, observar a estrutura e formações morfológicas etc.

Figura 2 – Perspectivas linguísticas para análise do nome próprio.



Fonte: elaborada pelos autores.

Nesse sentido, dificilmente um estudo sobre os nomes próprios consegue abarcar todos os itens arrolados na figura 2 (a não ser que seja uma coletânea de pesquisas). O pesquisador, ao escolher o objeto de pesquisa, seleciona também, dentre as variadas possibilidades, uma ou mais disponíveis na língua como campo de estudo. Ainda é bastante tradicional pesquisas de cunho prioritariamente etimológico na Europa. No Brasil, linhas e focos teórico-metodológicos distintos têm orientado as

pesquisas em Onomástica. Pode-se citar como exemplo o processo identitário na nomeação pelos povos indígenas.

Na figura 2, estão arrolados os meandros linguísticos possíveis para um estudo em Onomástica de acordo com a linha teórica do estudioso. Ainda há muitas possibilidades de pesquisas a serem realizadas no Brasil. Verifica-se que a pesquisa parte do elemento lexical, o nome próprio, para as variadas possibilidades de análises e estudo. Além de se trabalharem com condicionantes intralinguísticos, também se consideram os aspectos extralinguísticos. Neste número especial da Revista GTLex, são enfatizadas análises das unidades onomásticas nas áreas que se inter-relacionam com o nível lexical, tendo em vista que este é um trabalho resultante do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

Há que se ressaltar que, no âmbito do GTLEX, a pioneira nos estudos onomásticos foi a professora da Universidade de São Paulo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Os trabalhos de Dick vêm inspirando trabalhos diferentes no interior do Brasil, tanto no campo da Antroponomástica quanto na Toponomástica. Só a título de exemplo, citam-se os pesquisadores (em ordem alfabética): Alexandre Melo de Sousa, Ana Claudia Castiglioni, Ana Paula Tribesse Patrício Dargel, Aparecida Negri Isquierdo, Celina Márcia de Souza Abbade, Eduardo Tadeu Roque Amaral, Karylleila dos Santos Andrade, Liliane Lemos Santana Barreiros, Márcia Sipavicius Seide, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, Renato Rodrigues Pereira, atualmente membros do GT e com trabalhos na área. Esses pesquisadores têm orientado pesquisas na área em diferentes estados brasileiros dentro dos Programas de Pós- Graduação em que atuam.

Expostas as considerações gerais sobre os estudos onomásticos, sua relação com a cultura, abrangência e intersecção com as demais ciências, passamos a apresentar os

artigos e resenha que compõem o presente dossiê temático da revista GTLex, intitulado: *Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces*.

No primeiro artigo, *Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP): experiências pedagógicas com professores do ensino fundamental*, Rodrigo Vieira do Nascimento e Karylleila Santos Andrade, considerando a base interdisciplinar dos estudos toponímicos, apresentam um *software* didático, cujo objetivo é valorizar os conhecimentos sobre os nomes de lugares em Tocantins em escolas de Educação Básica, e buscam compreender e sugerir a proposta a partir dos professores de Geografia do Ensino Fundamental.

No segundo artigo, *Os hagiopônimos de Xapuri*, Sandra Mara Souza de Oliveira Silva analisa os topônimos de Xapuri que fazem referência ao sagrado, especialmente aos santos e santas da igreja católica, quanto à etimologia, à estrutura morfológica e à motivação semântica. Os dados da pesquisa foram extraídos de mapas digitais do município de Xapuri, de escala 1:100,000 e 1:250,000 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE/AC; de planilhas de projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; e da Secretaria de Meio Ambiente do Acre – Sema.

O terceiro artigo, *Toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul: motivações toponímicas e estruturas sintagmáticas*, de Letícia Reis de Oliveira e Aparecida Negri Isquerdo, examina topônimos compostos que nomeiam fazendas localizadas na mesorregião Centro-Norte do estado do Mato Grosso de Sul, que abrange as microrregiões do Alto Taquari e de Campo Grande, com 16 municípios. Os dados foram extraídos do Sistema de Dados do *Projeto ATEMS* e dos mapas oficiais do IBGE escala 1:100.000 (2010) totalizando 1.113 designativos.

O artigo de Josy Maria Alves de Souza e Natália Cristine Prado, *Formação e estilização ortográfica de nomes artísticos de drag queens: questões de identidade linguística e de expressão de gênero*, por sua vez, investiga os processos de formação de nomes

artísticos de *drag queens* do estado de Rondônia, verificando se há relação com os prenomes desses sujeitos e se ocorre estilização ortográfica no processo de adoção dos nomes artísticos. Foram analisados cinco nomes artísticos de artistas *drag queens* do estado de Rondônia que se dispuseram a responder a um questionário online disponibilizado na plataforma *Google.docs*.

Em *São todos nomes de demônios! Fenômenos do signo toponímico nos nomes das ruas do Jardim Sucupira e seus efeitos*, Natália Oliveira Nascimento e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz apresentam os fenômenos ocorridos nos signos toponímicos das ruas do Loteamento Jardim Sucupira, em Feira de Santana-BA, e seus efeitos, como opacidade e fossilização. Os dados analisados, quinze nomes de rua com étimo dividido entre as línguas *banto*, *ioruba* e *fon*, foram coletados no *Google Maps* e no catálogo da Telecomunicações da Bahia S.A –Telebahia.

O sexto artigo, *Onomástica Ficcional: status quo no Brasil*, de Amanda Kristensen de Camargo, descreve o estado atual das pesquisas em Onomástica Ficcional no Brasil e apresenta *corpus* ainda inexplorados nos estudos contemporâneos da Onomástica Literária.

No sétimo artigo, *Desigualdade de gênero na toponímia: um estudo exploratório*, Marcia Sipavicius Seide e Bianca Nagai da Silva mostram que a diferença de gêneros tem seu reflexo, também, nos nomes de lugares. Para tanto, as pesquisadoras analisaram quadro antropotopônimos femininos extraídos de uma amostra que continha 61 topônimos constituídos por nome próprio de pessoa seguido ou não de um título. O estudo, a partir de busca documental e entrevistas, recuperou a história das mulheres homenageadas. As autoras apresentaram, ainda, um estudo comparativo com pesquisas desenvolvidas no estado do Paraná e no estado da Bahia.

Patrícia Frai, no artigo *Nome e cultura: o estudo sócio-onomástico na escolha do segundo nome na antroponímia rondonense*, investiga os modelos atributivos preponderantes para a escolha do segundo prenome, na cidade de Marechal Cândido

Rondon, Paraná, considerando as possíveis influências socioculturais presentes na prática de nomeação. Os dados analisados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas que tinham nomes justapostos ou pais que atribuíram tais nomes aos filhos. Foram selecionados 250 nomes distribuídos em um recorte temporal da década de 1930/1940 até 2014.

No nono artigo, *O aumento da inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna como um indicador de mudanças no imaginário social brasileiro*, Paola Santos Lima Soares verifica se a opção pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna reflete aspectos sociais e políticos do Brasil e, ainda, se há variação conforme as mudanças no imaginário social. A análise foi realizada tomando como base o banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, a partir do qual foi possível obter informações sobre o nome civil, o nome de urna e a ocupação profissional dos candidatos. A pesquisadora analisou os dados de 3039 candidatos, distribuídos ao longo de seis legislaturas.

Por fim, o dossiê apresenta a Resenha, produzida por de Bruno Oliveira Maroneze, do *Dictionnaire Étymologique Roman* (DÉRom), organizado por Éva Buchi e Wolfgang Schweickard, e que constitui a segunda publicação do projeto DÉRom. Segundo Maroneze, a obra é considerada “um dos avanços mais importantes na Linguística Românica das últimas décadas”.

Referências bibliográficas

ANDRADE, K. dos S.; DICK, M. V. de P. do A. A interdisciplinaridade no contexto da Toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. v. VI. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. p. 193-207.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. In: **Filologia e Lingüística Portuguesa**. São Paulo: USP, n. 2, p. 81-118. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118>

DARGEL, A. P. T. P. **Entre Buritis e Veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense**. 2003. 264 f. (Dissertação de Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2003.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Aspectos de etnolingüística – a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2002. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p180-191>

DICK, M. V. de P. do A. O nome próprio: significado e referência. *In: Estudos Lingüísticos XXIX*. Assis: UNESP, p. 246-250, 2000.

HOUGH, C. **The Oxford handbook of names and naming**. Great Kingdom: Oxford, 2016. DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.001.0001>

ISQUERDO, A. N. Prefácio. *In: AMARAL, E. T. R.; SAIDE, M. S. Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P.. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. *In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VII. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 63-80.

LÉVI-STRAUSS, C. Lingüística e Antropologia. *In: LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural*. Trad.: Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LYONS, J. **Linguística** – uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAPIR, E. Língua e ambiente. *In: A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

SEABRA, M. C. T. C.; ISQUERDO, A. N. Onomastics in Different Perspectives: Research Results. *In: Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte. v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SOLÍS FONSECA, G. Prefácio. *In: AGUIAR, M. S. de.; CASTRO, M. C. D. de.; DIAS, A. L. C. (org.). Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018.

SOUSA, Al. M. de; QUADROS, R. M. de. Toponímia em Libras: aspectos formais e motivacionais dos sinais toponímicos dos municípios acreanos. *In: CAVALHEIRO, J.; LUDWIG, C. R.; LANES, E. (org.). Linguagem, ensino e formação docente*. Manaus: Editora UEA, 2019a.

SOUSA, A. M. de; QUADROS, R. M. de. Proposta de ficha lexicográfico-toponímica digital para o estudo da toponímia em línguas de sinais. *In: Revista Guavira*. Três Lagoas/MS. v. 15. n. 30, p. 126-140, 2019b.

TORT, J. Toponímia y marginalidad geográfica. Los nombres de lugar como reflejo de una interpretación Del espacio. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VII, núm. 138, 2003.

Artigos**Sistema toponímico do Tocantins (Sistop)¹:
experiências pedagógicas com professores do ensino
fundamental****Tocantins Toponymic System (SISTOP): pedagogical experiences
with elementary school teachers**

*Rodrigo Vieira do NASCIMENTO**
*Karylleila dos Santos ANDRADE***

RESUMO: A Toponímia tem como escopo o estudo dos topônimos, ou seja, os nomes de lugares. Essa subárea da Onomástica alimenta e é retroalimentada por fios de diversas áreas do conhecimento. Partindo do princípio da interdisciplinaridade, o presente trabalho busca compreender a proposta preliminar de um software toponímico pela ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental. A proposta do software é a sua implementação na Educação Básica, como uma possibilidade de valorizar e de fomentar a ampliação do leque de conhecimentos acerca dos nomes de lugares do Estado do Tocantins.

ABSTRACT: Toponymy has as a scope the study of the toponyms, i.e., the names of places. This subarea of Onomastic nurtures and is nurtured by several areas of knowledge. Based on the Principle of Interdisciplinarity, the present paper aims to understand the preliminary proposal of a toponymic software from the perspective of Geography teachers of Elementary School. The software proposal is its implementation in the Basic Education as a possibility of valuing and fostering the expansion of the range of knowledge about the names of places in the state of Tocantins.

¹Para a criação e a implementação do software, o projeto conta com recursos do CNPq e da FAPT - Fundação de Amparo à Pesquisa no estado do Tocantins. A proposta do software é uma parceria entre professores e um egresso do curso de Ciência da Computação, bolsistas de iniciação científica em Letras (Pibic e PIBICT/CNPq), bem como mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado e Doutorado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

* Mestre em Ensino de Língua e Literatura PPGL/UFT, professor-substituto do Curso de Licenciatura em Letras da Unitins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6699-164X>. rdrgviera@hotmail.com

** Professora da UFT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6920-9206>. karylleila@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia. Software. Ensino Fundamental. Inovação Pedagógica.	KEYWORDS: Toponymy. Software. Elementary School. Pedagogical Innovation.
--	---

1 Introdução

Os estudos, resultados de pesquisas do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT)², cadastrados no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm, certamente, gerado diversos trabalhos a respeito dos nomes de lugares do estado: relatórios de Pibic e PIBICT/CNPq, dissertações e teses de doutorados (finalizados e em andamento). O ATT, como objetivo geral, tem como proposta produzir o mapeamento toponímico do estado do Tocantins, do ponto de vista da motivação dos designativos (físicos e humanos/culturais) coletados em diversas fontes: cartas municipais atualizadas pela Seplan³ e pelo IBGE⁴, Google Earth e outros plataformas digitais, websites governamentais e não-governamentais, historiografia e literatura regional, e, também, em mapas antigos dos séculos XVII a XX, que contemplam a região das duas bacias hidrográficas: Araguaia e Tocantins. O projeto prevê um estudo do topônimo do ponto de vista linguístico, sociocultural, geohistórico e identitário. Da óptica da Linguística, fazem parte das etapas do estudo do ATT: a etimologia e/ou origem dos topônimos, o estudo dialetológico, sociolinguístico e antropológico, os elementos gramaticais, sobretudo os que abordam os aspectos semântico-lexicais.

Norteadada pela função onomástica, a Toponímia estabelece sentido de unidade diante de diversos saberes: “é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia,

²“A ideia de produzir o Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATT) surgiu, preliminarmente, da escassez de material linguístico-toponímico no estado. Compõem o ATT cinco linhas de pesquisa: Toponímia e as microrregiões do estado do Tocantins; Toponímia da região do Bico do Papagaio, Toponímia dos rios Araguaia e Tocantins, nomes de lugares de origem indígena e Toponímia e ensino”. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/grupo/identificacao_grupo.jsf. Acesso em: 26 fev. 2019

³ Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado do Tocantins.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social, e até mesmo à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1990, p. 2). Via integração com outras áreas do conhecimento, a Toponímia revela-se interdisciplinar, “um complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam” (DICK, 1990, p. 19).

Dado o seu alcance interdisciplinar, os trabalhos toponímicos no estado têm sido direcionados, atualmente, à Educação Básica. A linha de pesquisa Toponímia e Ensino visa compreender de que forma a Toponímia pode ser aplicada ao contexto do ensino partindo do princípio da interdisciplinaridade. A essência da disciplina é de natureza interdisciplinar, no entanto a questão passa a ser complexa quando voltamos o olhar para ao lócus da educação.

As pesquisas vinculadas à linha de pesquisa Toponímia e ensino do ATT têm sido pensadas como uma ação e um fazer interdisciplinar, ou seja, como uma prática pedagógica. Vincula-se à língua o projeto de desenvolvimento de um software toponímico com foco de atuação, inicialmente, no Ensino Fundamental da Educação Básica. A proposta do software é auxiliar a prática pedagógica de professores de Língua Portuguesa, de Geografia e de História do Ensino Fundamental (anos finais). Além dos professores, temos como perspectivas promover o acesso do aluno ao software, inclusive inserindo informações adicionais sobre os nomes de lugares. Portanto o software busca disponibilizar a professores, alunos e pesquisadores em geral um banco de dados com informações dos nomes de lugares do Tocantins visando à ampliação do leque de informações de conteúdos linguísticos, etimológicos, geohistóricos, socioculturais, antropológicos, principalmente aquelas concernentes à prática pedagógica do ensino de disciplinas como Língua Portuguesa, Geografia e História do Ensino Fundamental (anos finais).

Salientamos que este trabalho apresenta-se como uma vertente de inovação pedagógica. A ideia foi sair do domínio do estudo toponímico teórico e prático para

um espaço mais pedagógico. Nosso ponto de base foi o entendimento de que a inovação, no contexto escolar, assim como nas demais áreas, é da ordem de aplicação; tem, no escopo, a estratégia da ação e deve ser guiada por objetivos práticos. Partimos da premissa de que o ato de inovar não deve ser compreendido como resultado de uma ação determinada, mas de um processo. É nessa percepção que lidamos com o caráter de inovação pedagógica ao estudar uma proposta pedagógica que relacione toponímia e interdisciplinaridade. Nossa pretensão é que o software toponímico não seja compreendido como “novidade” ou um produto que ainda não foi pensado, mas que seja entendido como resultado de um processo que visa estabelecer e/ou provocar mudanças nas práticas pedagógicas, principalmente “via a inserção de novos materiais, produtos, recursos, atividades e, até mesmo, novas técnicas no âmbito da ação/prática pedagógica, mirando alcançar novos objetivos e/ou resultados no ensino” (ANDRADE; RIBEIRO, 2014, p. 341).

2 A engenharia de um software toponímico como proposta pedagógica

Diversos estudos toponímicos comprovam que, nos meandros do plano onomasiológico, o ato de nomear lugares é, evidentemente, influenciado por características linguísticas, físicas, culturais, históricas, de crenças, de sentimentos, de memórias ou de impressões que o denominador possui ou interpreta de um determinado lugar, ou seja, há imbuída no processo de nomeação uma motivação inata que o impeliu a referir-se de uma maneira ou de outra um determinado local, atribuindo-lhe um nome. Assim, ao estudar o signo toponímico, podemos favorecer o conhecimento do “significado e da motivação do nome do lugar, por considerar as relações linguísticas, sociais e culturais que se estabelecem entre o universo pesquisado e o nome propriamente dito – o topônimo” (PEREIRA, 2009, p. 55).

Dick (1990), com base na realidade brasileira, propôs um modelo de taxionomias toponímicas que pudesse evidenciar a motivação do topônimo. A

metodologia de Dick (1990, 1992) e as suas categorizações metodológicas têm orientado com rigor os estudos atuais da Toponímia no Brasil. Graças à pesquisadora e à dinamicidade dos estudos, hoje, no Brasil, “a Toponímia encontra um espaço bastante receptivo na área da Dialetologia e da Lexicologia, com as quais mantém uma estreita relação” (AGUILERA, 1999, p. 125).

Desde 2007, estudos na área da Toponímia vêm sendo desenvolvidos no Tocantins. São vários os trabalhos em nível de iniciação científica, de TCCs, de dissertações e de teses defendidas e em andamento. Os resultados dessas pesquisas, em sua maioria, foram registrados e disponibilizados para acesso da equipe em documentos do Word e em planilhas do Excel gerados com base nas atividades de projetos de iniciação científica nos anos de 2007 a 2011. Todavia, à medida que os *corpora* foram aumentando, esses formatos do Microsoft Office dificultaram a sistematização das informações. Foi, então, que surgiu a ideia da criação de um banco de dados.

Em 2012, com recursos advindos do CNPq⁵ (2013-2015) e da FAPT (2012-2014) - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Tocantins, foi desenvolvido um arquétipo de software toponímico cujo objetivo era suprir e/ou resolver, *a priori*, a complexidade manual dos registros e, desse modo, facilitar o acesso às informações. Esse projeto visava contribuir diretamente para o fortalecimento do grupo de pesquisa registrado no CNPq, dinamizando e possibilitando um maior controle e uma maior segurança dos dados no que se refere às fichas lexicográfico-toponímicas. Sua finalidade, a princípio, era tão somente cadastrar, armazenar, pesquisar e estudar os nomes de lugares como esfera de utilização acadêmica.

Em 2014, surgiu a necessidade de aprimorar o primeiro protótipo de software no sentido de oferecer ao usuário (pesquisador) um mapeamento mais abrangente da realidade toponímica do Tocantins por meio dos macro e microtopônimos do estado.

⁵ Projeto aprovado no CNPq (2013-2015), processo n. 471716/2013-8.

A intenção era, com base no primeiro modelo de software, criar um banco de dados que oportunizasse o acesso a diversos tipos de dados para além da localização de topônimos por micro ou macrorregião, índices de topônimos por natureza física ou antropocultural, históricos, motivações, bem como elementos concernentes ao estudo linguístico: as entradas lexicais e os elementos morfológicos e léxico-semânticos. Dessa forma foi criado o segundo arquétipo de software, com novas interfaces e novos meios tecnológicos, a saber, por exemplo, a API (*Application Programming Interface*) *Google Maps*TM e suas interatividades: criação de mapas com locais definidos, controle de zoom, tipos de mapa, geração de rotas entre outras. Com a implantação do sistema Mapa toponímico do Tocantins com integração da API do *Google Maps*TM, o programa computacional facilitou ainda mais a busca de informações toponímicas (elementos humanos e físicos) tocantinenses.

Já em 2015, membros do grupo ATT apresentaram a proposta do software toponímico aos alunos-estagiários do curso de Licenciatura em Geografia da UFT, campus Porto Nacional, a fim de discutir a aplicabilidade do software como um suporte pedagógico na disciplina de Geografia do Ensino Fundamental. Esses alunos-estagiários levantaram algumas questões como a terminologia adotada no software onomástico-toponímico, afirmando que a linguagem/nomenclatura empregada dificultaria a utilização do banco de dados na escola, além de outras críticas. Devido a essa experiência surgiu, num terceiro momento, a proposta de produzir um banco de dados em que fosse levada em consideração sua aplicação e seu uso ao contexto do ensino, privilegiando as disciplinas de Língua Portuguesa, de Geografia e de História do Ensino Fundamental (anos finais).

3 Sistema Toponímico do Tocantins - Sistop

Em 2015, com a aprovação do CNPq⁶, o projeto intitulado *Software toponímico como inovação pedagógica: um estudo sob a ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental* possibilitou ao grupo de pesquisa ATT dar continuidade ao protótipo de software voltado ao ensino. O objetivo geral desse projeto foi a produção de um software pedagógico que atendesse aos interesses de professores do ensino fundamental, especificamente os da disciplina de Geografia, no que diz respeito à ampliação de informações adicionais (históricas, socioculturais, motivacionais, etimológicas, linguísticas etc.) de nomes de lugares (topônimos).

Esse projeto-piloto foi o combustível da dissertação cognominada *Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental*, apresentada⁷ em 2017 ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína. Partindo do princípio da interdisciplinaridade, o trabalho esteve concentrado em compreender a proposta preliminar de um software toponímico fundamentado na ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental.

Tendo em vista a rede de saberes que pode ser formada ao se estudar/conhecer um nome de lugar, duas questões emergentes nortearam a referida pesquisa: a) Como um software toponímico pode atender aos interesses de professores do Ensino Fundamental, especificamente os da disciplina de Geografia, no que diz respeito à ampliação de conhecimentos acerca do estudo dos nomes de lugares do Estado do Tocantins?; b) Como as informações toponímicas (linguísticas, etimológicas, socioculturais, históricas, geográficas, antropológicas e ideológicas) a respeito dos topônimos (elementos geográficos físicos e humanos), disponibilizadas em um suporte

⁶ Projeto aprovado no CNPq (2015-2017), processo n. 444083/2015-4.

⁷ Por Rodrigo Vieira do Nascimento, sob orientação da Dra. Karylleila dos Santos Andrade.

lógico de dados (com função de recurso pedagógico), podem promover, otimizar e/ou ampliar o conhecimento do aluno no que tange ao léxico toponímico tocantinense?

Considerando a perspectiva interdisciplinar com um viés inovador, a proposta do estudo esteve centrada no intuito de que professores e alunos poderiam, em um mesmo software, conforme Andrade (2013, p. 10), identificar, conhecer, descrever e analisar os nomes de lugares dos municípios do estado em suas características linguísticas, socioculturais e geo-históricas. A ideia é que possam “tratar o nome não pela sua simplicidade aparente, ‘um nome é apenas um nome’, mas por todos os elementos que envolvem sua complexidade”.

Durante as etapas de trabalho, foi possível estreitar o diálogo com professores de Geografia da Educação Básica, o que nos permitiu avaliar, previamente, as potencialidades do software como um recurso pedagógico. Durante a pesquisa de campo com dois professores, um do Ensino Fundamental (anos finais) e outro do Ensino Médio, pudemos identificar os eventuais pontos negativos. Os resultados puderam orientar os pesquisadores no que tange às atividades curriculares e pedagógicas, proporcionando informações potencialmente úteis ao programador do software, estimulando a emergência de práticas (propostas) didático-pedagógicas inovadoras e incentivando a reflexão e a investigação sobre o uso do software nas escolas.

Para a elaboração do terceiro esboço, designado Sistop (Sistema Toponímico)⁸, foi considerada a estrutura do léxico toponímico: a macroestrutura e a microestrutura

⁸ É um software toponímico recém-criado, com uma gama de informações toponímicas (linguísticas, geo-históricas e socioculturais, entre outras), referentes aos nomes de lugares (elementos humanos e físicos) do estado do Tocantins. O modelo de software desenvolvido atualmente conta com a versão atual do Scriptcase 8.0. Ao utilizar o Scriptcase, conforme Costa (2014, p. 37), os desenvolvedores podem gerar aplicações PHP completas e de forma ágil. O programa cria formulários (simples e avançados), consultas e outras aplicações para manipulação de dados em bancos de dados. Essa nova versão permite formulários com filtros dinâmicos, análise de dados (Pivot tables), telas responsivas (ajustam-se quando acessadas de um dispositivo móvel), editor de temas para gráficos, sistema de mensagens (facilita a comunicação entre os desenvolvedores), criação de lista de tarefas, calendário, interface em dez idiomas, entre outras vantagens.

dos topônimos tocantinenses. O ponto de partida foram os macrotopônimos, nesse caso os 139 municípios do estado do Tocantins. Nesse novo modelo associamos as regiões administrativas e os seus municípios às suas respectivas cartografias, o que permitiu disponibilizar breves informações geográficas e históricas dos municípios que compreendem as 18 *Regiões administrativas* do estado (a primeira aba na barra de ferramentas). A finalidade dessa opção de acesso no software é possibilitar aos alunos o conhecimento sobre a configuração administrativa, cartográfica, política e demográfica do Tocantins. O software, em desenvolvimento e em situação de alimentação dos dados, dispõe também de informações sobre as comunidades tradicionais do estado: informações linguísticas, etimológicas, históricas e socioculturais de cada aldeia indígena e das 38 comunidades de quilombolas, todas reconhecidas pelo poder público do estado, e algumas já certificadas pela Fundação Palmares⁹. A base de dados pode assim possibilitar ao aluno o conhecimento sobre língua, história, hábitos, costumes e manifestações culturais desses povos.

O Sistop também disponibiliza a aba *Cursos d'água*, que contém informações pertinentes à bacia Tocantins-Araguaia e aos principais cursos d'água do estado: dados hidrográficos e seus principais afluentes, origem/etimologia, aspectos geohistóricos, imagens e outros dados complementares. O protótipo de software propicia, ainda, ao usuário revisitar a história da província de Goiás, atual região onde se localiza o estado do Tocantins, mapas e leitura paleográfica dos rios dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX¹⁰ via aba *Toponímia histórica*. O objetivo do acesso do usuário (aluno, professor e pesquisadores em geral) é conhecer a toponímia da época por meio de aspectos etnoculturais e etnotoponímicos no processo de povoamento da região que

⁹ Dados disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acesso em: 26 fev. 2018.

¹⁰ Esses mapas são resultados da coleta de dados da tese de pós-doutoramento da professora Karylleila Andrade realizada na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, ambos localizados no Rio de Janeiro, bem como da cartografia coletada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa/Portugal.

contempla o atual estado do Tocantins. Essa opção poderá despertar a curiosidade do aluno em conhecer, por meio da cartografia histórica da região, o território, o contexto etnocultural e de que forma se deu o processo de povoamento ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins nos séculos destacados.

Outra novidade é a opção de acesso da aba *Curiosidades*, que engloba informações acerca de lugares turísticos, principais cidades históricas etc. O estado é constituído de inúmeras regiões turísticas; são serras, lagos, praias, cachoeiras, gastronomia, artesanato e centros históricos que chamam a atenção de diversos turistas nacionais e internacionais.

Registramos que em todas as ferramentas de acesso disponíveis - Regiões administrativas (municípios), Principais rios, Toponímia histórica, Curiosidades - há espaços para o preenchimento da ficha lexicográfica, adaptada de Dick (2004) e de Andrade (2010).

As fichas toponímicas, como instrumento de pesquisa, orientam o pesquisador, possibilitando-lhe agrupar “um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, objetivando explicitá-lo e classificá-lo” (MAEDA, 2006, p. 108). Em outras palavras, permitem ao pesquisador a descrição e a análise dos aspectos linguísticos (morfológicos, etimológicos e semânticos), culturais e históricos, presentes no termo toponímico, possibilitando classificá-lo de acordo com sua natureza física ou antropocultural (DICK, 2004).

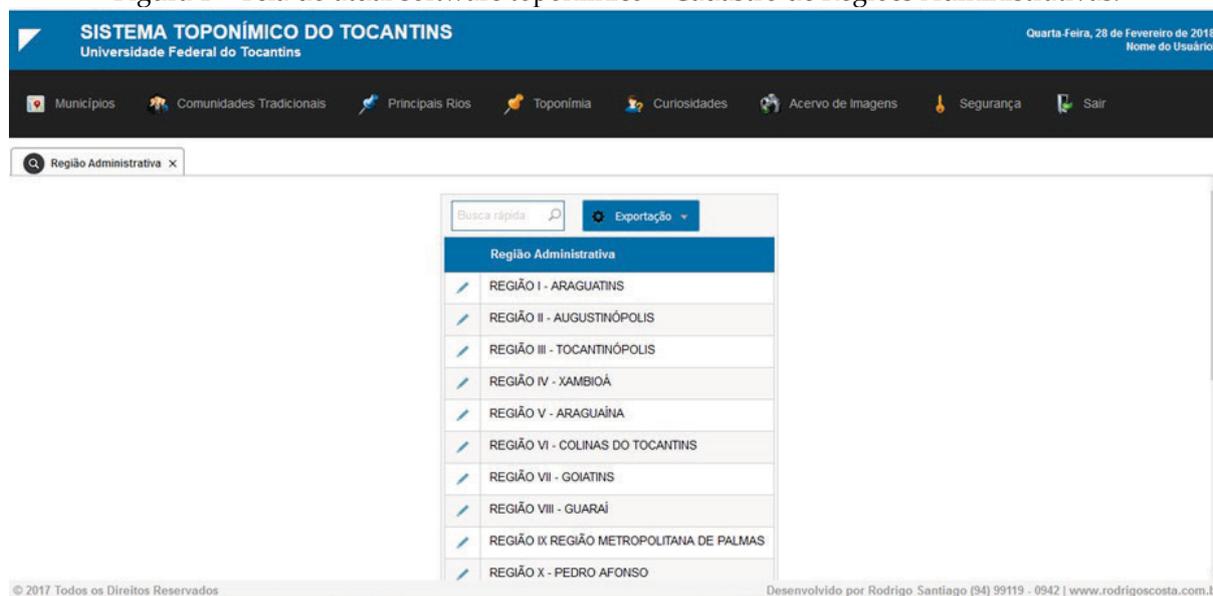
E para que atendessem melhor aos objetivos delineados neste estudo e nos demais trabalhos que integram o projeto ATT, foram realizadas algumas modificações e adaptações na ficha lexicográfico-toponímica elaborada por Dick (2004), com fins de adequação aos objetivos de pesquisa, procurando, obviamente, conservar a essência da ficha proposta por Dick (2004).

As fichas-toponímicas deste estudo, adaptadas conforme Andrade (2010, p. 184), encontram-se, em sua maioria, preenchidas e contemplam os resultados de coleta

e de análise de dados, os elementos humanos e físicos, provenientes dos 139 mapas dos municípios do estado do Tocantins, que contêm informações linguísticas, históricas, geográficas, socioculturais.

A seguir apresentamos alguns protótipos de acessos que estão sendo construídos, alimentados e testados para a verificação da satisfação dos requisitos iniciais do software pedagógico.

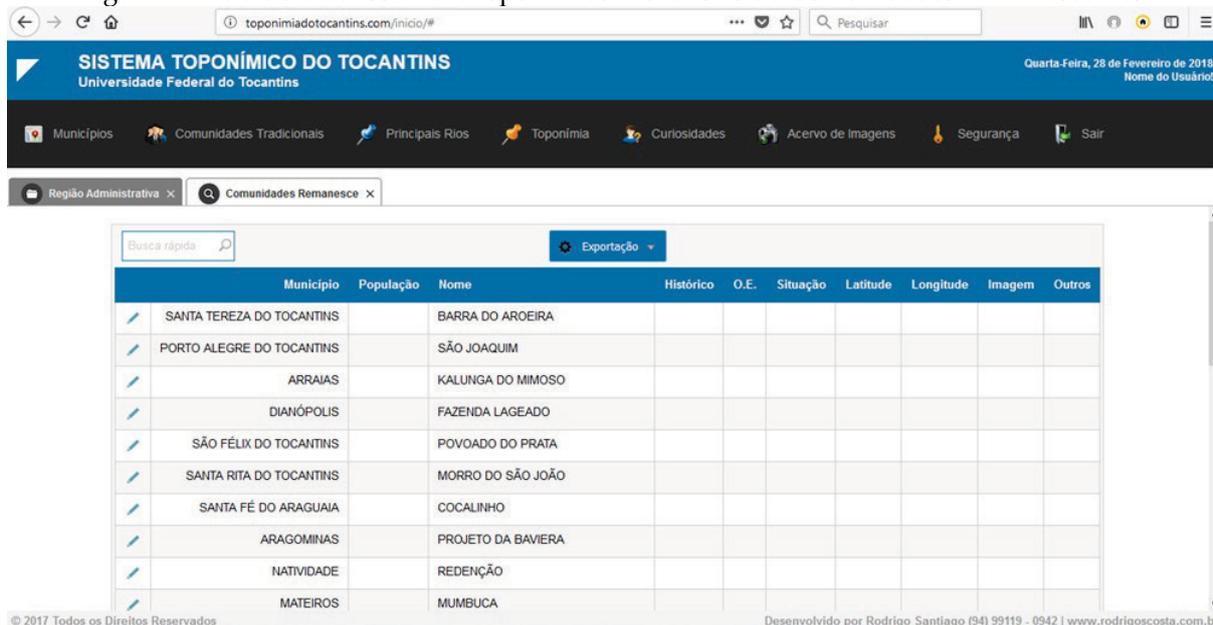
Figura 1 – Tela do atual software toponímico – Cadastro de Regiões Administrativas.



Fonte: Nascimento (2017).

A figura 1 exemplifica o processo de inclusão das regiões administrativas na base de dados. Cada município será cadastrado e mapeado conforme sua região administrativa.

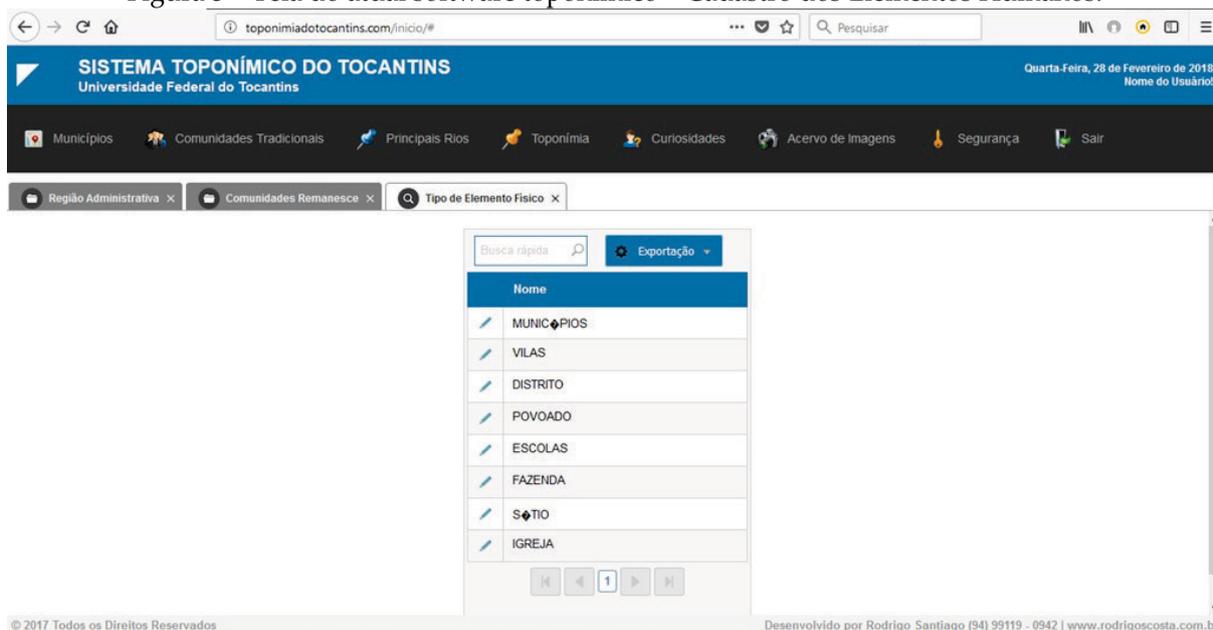
Figura 2 – Tela do atual software toponímico – Cadastro de Comunidades Remanescentes.



Fonte: Nascimento (2017).

O item em destaque representa a opção cadastrar/incluir comunidades remanescentes. Cada comunidade será registrada conforme as especificações da ficha lexicográfico-toponímica.

Figura 3 – Tela do atual software toponímico – Cadastro dos Elementos Humanos.



Fonte: Nascimento (2017).

O item em destaque representa a opção cadastrar/incluir elementos humanos. Os dados serão alimentados no banco de dados, inicialmente, pelos pesquisadores/administradores. A seguir, as primeiras impressões, resultado da pesquisa com dois professores que ministram a disciplina de Geografia: um atua nos anos finais do Ensino Fundamental e o outro, no Ensino Médio. Os dados foram coletados no ano de 2016.

4 Sujeitos-colaboradores da pesquisa de campo e suas impressões do Sistop

Todo software pedagógico¹¹ deve estar centrado à realidade do ensino. Dessa forma reconhecemos que a participação dos professores como sujeitos-colaboradores da pesquisa foi preponderante para o processo de elaboração e de desenvolvimento do Sistop. De acordo com Hinojosa e Mellar (2001) *apud* Benitti, Seara e Schindwein (2005, p. 3), o desenvolvimento de softwares educacionais “quando conta com a participação de professores, sua contribuição volta-se a aspectos referentes à aprendizagem ou a propostas curriculares”.

Os resultados ora apresentados fazem parte da pesquisa de Dissertação de Mestrado de Nascimento (2017). A primeira observação dos professores de Geografia em relação ao software toponímico diz respeito à linguagem utilizada: “toponímia, taxionomia, elemento humano, elemento físico, entrada lexical, morfologia são termos muito técnicos e acredito que próprios da área” (NASCIMENTO, 2017, p. 182).

Os professores sugeriram, ainda, que, além de possuir uma linguagem acessível, o sistema operacional toponímico deve ser autoexplicativo e informativo, como dispor de ícones que direcionem os alunos às abas de autoajuda, que possibilitem algumas informações antes de adentrar uma determinada área do software.

¹¹ Compreendemos como “software educativo” todo e qualquer suporte lógico operacional ou programa utilizado para o ensino-aprendizagem, ou seja, que possuem objetivos pedagógicos.

Outro detalhe exposto pelos professores concerne aos aspectos visuais do sistema operacional. Os professores sugeriram pensar o banco de dados de forma lúdica e interativa, com imagens, cores, personagens e movimentos diversificados, ou seja, pensar a ludicidade¹² do sistema operacional toponímico como recurso pedagógico pode ser um recurso facilitador da aprendizagem. A esse respeito, Mercado (2002, p. 134) ratifica a relevância do software educativo: “os alunos podem adquirir uma melhor maneira de refletir, manipular, questionar, construir, pesquisar, analisar, sintetizar, desenvolver atenção, raciocínio e criatividade nas atividades curriculares”.

Outro ponto destacado são as fotografias e as imagens, os documentos e as fontes históricas e geográficas, elementos que são capazes de auxiliar no ensino-aprendizagem e de produzir ou de ampliar certos conhecimentos. Ambos os professores priorizaram a necessidade da inserção de fotografias e de imagens no suporte lógico operacional toponímico. O SC-1¹³ destacou, em entrevista, que: “por intermédio de fotos e imagens, os alunos poderão analisar e fazer relação com o conteúdo ministrado, conseqüentemente, produzir conhecimento” (SC-1, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 183).

Somado à presença de imagens e de fotografias, os professores destacaram que o sistema operacional necessita de entretenimento. Porém o primeiro aspecto levado em consideração pelos professores consiste na faixa etária dos alunos (geralmente de 10 a 15 anos). Assim seria vantajoso, na concepção dos professores, considerar a presença de gráficos bem delineados, a possibilidade de o aluno criar o seu próprio relatório, de interfaces menos infantis e confusas, de figuras detalhadas, de

¹² Segundo Oliveira (1985, p. 74), o conceito de ludicidade está associado a “recursos metodológicos capazes de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural. Estimula a crítica, a criatividade, a sociabilização. Sendo, portanto, reconhecida como uma das atividades mais significativas pelo seu conteúdo pedagógico social”.

¹³ Professora dos anos finais de uma escola no distrito de Taquaruçu, Palmas/TO.

curiosidades relevantes. Outras sugestões foram: pensar o contexto histórico dos topônimos de forma menos estafante ou cansativa e, também, pensar na possibilidade de o aluno criar rotas de viagens estaduais, entre outros.

O software toponímico de cunho pedagógico encontra-se em fase de desenvolvimento e de execução, portanto não foi possível ainda testar, experimentar, analisar ou avaliar todo o funcionamento do Sistop. Mas percebe-se que os professores acreditam na proposta onomástico-toponímica:

Os conteúdos referentes ao Estado do Tocantins (informações sobre os municípios, hidrografia, relevo, geomorfologia, etc.) têm sido muito pouco trabalhada, até porque falta muito material didático que possa nos auxiliar nesse trabalho. Essa base de dados ampliará os conteúdos que se referem ao Estado, pois além de dados sobre os nomes de lugares, a proposta permite explorar outras informações a respeito do Estado [...]. Esse mapeamento toponímico poderá divulgar uma nova maneira de ver as coisas, uma nova ferramenta que auxiliará todo o processo de aprendizagem dos nossos alunos (SC-2, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 184).

SC-2 revelou, em entrevista, que o software toponímico, futuramente, poderá ser pensado sob a óptica do Ensino Médio regular, uma vez que, conforme os PCN (2008), o ensino de Geografia no Ensino Médio objetiva:

Localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação (BRASIL, 2008, p. 43).

Para o Ensino Médio, as discussões do espaço geográfico tocantinense poderão ser ampliadas: “em outra proposta futura de software, será possível pensar, por

exemplo, a inserção de outras informações, como, discutir a política, a economia, atualidades sobre o Tocantins, etc.” (SC-2¹⁴, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 184).

SC-1 assinalou que já vislumbra o uso do software toponímico como um possível suporte pedagógico para o Curso Técnico de Turismo que será criado no Colégio Estadual Duque de Caxias. “O potencial turístico de Taquaruçu encontra-se em expansão e pensar acerca da formação do aluno, voltado para esse viés turístico, seria relevante” (SC-1, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 184).

5 Caminhando com o Sistop: considerações finais

A proposta desta pesquisa não é alterar ou mudar os objetivos de ensino de qualquer disciplina da Educação Básica, sejam elas: Língua Portuguesa, Geografia ou História. Na qualidade de suporte pedagógico, a ideia é que o estudo dos nomes de lugares possa, com outros olhares e posturas, ser repensado, transformado, redimensionado e que possa, até mesmo, propiciar uma perspectiva positiva para as práticas educacionais.

Para esta nova fase do Sistop, os pesquisadores encontram-se em fase de alimentação dos dados e de discussão de possíveis alterações no sistema para atender às demandas do ensino. Em um espaço de médio prazo, intencionamos inserir abas destinadas ao público de alunos e professores, respectivamente, observando o foco das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Referências

AGUILERA, V. A. Taxionomia de topônimos: problema sem solução? **Signum: Estudos linguísticos**. Londrina, n. 2, p. 125-137, out. 1999. DOI <https://doi.org/10.5433/2237-4876.1999v2n1p125>.

¹⁴ Professor lotado no Instituto Federal de ensino (IFTO), campus de Palmas/TO.

ANDRADE, K. S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: ATITO**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

ANDRADE, K. S. Atlas Toponímico do Tocantins (ATT): criação de um software para a catalogação dos dados das fichas lexicográfico-toponímicas. **Revista Percursos linguísticos**, v. 3, n. 7, 2013.

ANDRADE, K. S.; RIBEIRO, E. Implementação de software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. de S. **Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

BENITTI, F. B. V.; SEARA, E. F. R.; SCHLINDWEIN, L. M. **Processo de desenvolvimento de software educacional**: proposta e experimentação, Cinted-FRGS, v. 3, n. 1, 2005. DOI <https://doi.org/10.22456/1679-1916.13849>.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**, vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

COSTA, R. S. **Desenvolvimento de um sistema: mapa toponímico do Tocantins com integração da API do Google Maps™**. 2014. 68 f. Monografia (Bacharelado em Ciência da Computação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. **As ciências do léxico**, v. 2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

HINOSTROZA, J. E.; MELLAR, H. Pedagogy embedded in educational software design: report of a case study. **Computers & education**, n. 37, p. 27-40, 2001. DOI [https://doi.org/10.1016/S0360-1315\(01\)00032-X](https://doi.org/10.1016/S0360-1315(01)00032-X).

MAEDA, R. M. A. **A Toponímia Sul-Mato-Grossense: um estudo dos nomes de fazendas**. 2006. 281 f. Tese – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, SP, 2006.

MERCADO, L. P. L. (org.). **Novas tecnologias na educação: Reflexões sobre a prática.** Maceió: EDUFAL, 2002.

NASCIMENTO, R. V. **Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de Geografia do ensino fundamental.** 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Palmas/TO, 2017.

OLIVEIRA, V. M. **O que é educação física.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, R. R. **A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano.** 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, Campo Grande/MS, 2009.

Artigo recebido em: 29.04.2019

Artigo aprovado em: 12.06.2019

Os hagiотopônimos de Xapuri

The hagiотoponyms of Xapuri

*Sandra Mara Souza de Oliveira SILVA**

RESUMO: O presente artigo constitui um recorte de uma pesquisa maior, que apresenta a nomenclatura toponímica de quatro municípios do estado do Acre: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Neste texto, objetivamos apresentar uma análise dos hagiотopônimos do município de Xapuri. Para tanto, analisamos e descrevemos os aspectos léxico-semânticos dos topônimos, apresentando a inter-relação entre os elementos linguísticos, sociais e culturais. Utilizamos, como base teórico-metodológica os estudos de Dick (1987, 1990, 1999) para analisar o corpus da pesquisa, cujos dados foram extraídos de mapas digitais do município de Xapuri, de escala 1:100,000 e 1:250,000 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE/AC; bem como de planilhas de projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e da Secretaria de Meio Ambiente do Acre – Sema. Os resultados demonstram a proeminência dos hagiотopônimos dentre as demais taxionomias toponímicas, com 21,72%; em relação à etimologia, o latim prevaleceu com o percentual de 56,12% dentre os demais étimos, o que confirma a proeminência dos nomes de santas e de santos da igreja católica; quanto às estruturas morfológicas, a composição de

ABSTRACT: This article is a cross-section of a larger research, which presents the toponymic nomenclature of four municipalities in the state of Acre: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia and Xapuri. In the present text, we present an analysis of the hagiотoponyms of the municipality of Xapuri. For this purpose, we analyze and describe the lexical-semantic aspects of toponyms, presenting the interrelationship between the linguistic, social and cultural elements. We used, as a theoretical-methodological basis, Dick's studies (1990, 1999, 1987) to analyze the corpus of the research, whose data were extracted from digital maps of the municipality of Xapuri, scale 1: 100,000 and 1: 250,000 provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE / AC; as well as spreadsheets for settlement projects of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA and Acre Department of the Environment - SEMA. The results demonstrate the prominence of hagiотoponyms among the other toponymic taxonomies, with 21. 72%; in relation to the etymology, Latin prevailed with the percentage of 56.12% among the other etymon, which confirms the prominence of the names of saints of the catholic church; As for morphological structures, the most prominent

* Doutoranda UFAC, bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9762-4116>. sandramaravilha2010@gmail.com

sintagma toponímico mais proeminente foi a estrutura simples, com o percentual de 34,39%. Porém, a segunda mais recorrente foi a com os sintagmas compostos, cuja formação é adjetivo + substantivo, com 23,08%, o que confirma a proeminência dos hagiopônimos, uma vez que a estrutura do hagiopônimo segue o modelo sintagmático legado por Portugal, que é composto por “São”, por “Santa” e/ou por “Santo” seguido do substantivo/nome.

toponymic syntagma composition was the simple structure, with a percentage of 34.39%. However, the second most recurrent were the compound syntagms, whose formation is adjective + noun, with 23.08%, which confirms the prominence of hagiotoponyms, since the structure of the hagiotoponym follows the syntagmatic model bequeathed by Portugal, which is composed by "São", "Santa" and/or "Santo" followed by the noun/name.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia. Hagiopônimo. Xapuri. Taxionomia. Etimologia e estrutura morfológica.

KEYWORDS: Toponymy. Hagiotoponym. Xapuri. Taxonomy. Etymology and morphological structure.

1 Considerações iniciais

O presente artigo constitui um recorte de uma pesquisa maior desenvolvida no mestrado, que apresenta a nomenclatura toponímica de quatro municípios do estado do Acre: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Neste texto, objetivamos apresentar uma análise dos hagiopônimos do município de Xapuri. Para tanto, analisamos e descrevemos os aspectos léxico-semânticos dos topônimos, apresentando a inter-relação entre os elementos linguísticos, sociais e culturais.

Em relação aos objetivos específicos, identificamos os topônimos e os elementos físicos (rio, igarapé, ramal etc.) em mapas físicos do município; buscamos a significação de cada topônimo por meio de pesquisa em dicionários e, para classificar cada topônimo de acordo com o modelo analítico-classificatório taxionômico proposto por Dick (1990), correlacionamos os significados de cada nome com cada taxionomia toponímica; utilizando dicionários etimológicos, identificamos a etimologia de cada topônimo; interpretamos cada sintagma toponímico, apresentando a estrutura morfossintática deles e correlacionamos todos esses aspectos linguísticos com os aspectos social, histórico, geográfico e cultural da zona rural da regional Alto Acre,

buscando conhecer as motivações que influenciaram as nomeações da referida comunidade linguística.

Os dados selecionados e analisados se somam ao *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira*, cujo objetivo é traçar o perfil toponímico do estado do Acre, e está em desenvolvimento na Universidade Federal do Acre (SOUSA, 2008, 2019).

2 A Toponímia

De acordo com Dick (1999), a Toponímia é subárea da Onomástica – ciência que fornece aporte teórico ao estudo científico dos nomes próprios, sejam os nomes de pessoas, sejam os nomes de lugares. À Toponímia cabe o estudo dos nomes de lugares, como países, cidades, bairros, vilas, povoados, fazendas, logradouros etc. (espaços geográficos humanos); e rios, igarapés, serras, lagos, chapadas, cachoeiras etc. (espaços geográficos físicos).

Os usuários da língua, como explica Dick, ao interagirem uns com os outros e com o meio ambiente por meio da língua, num circuito comunicativo estruturam o léxico de sua língua e, concomitante, produzem conhecimentos e cultura. Nesse processo, os usuários da língua formam substrato linguístico que configura fonte de dados riquíssima para a pesquisa toponímica (DICK, 1990, p. 19).

O substrato linguístico, como explica Dubois (1973), constitui traços linguísticos de uma dada língua nativa que, por vários motivos, foi substituída por outra língua que a influenciou sobremaneira, mas que apesar disso, a língua nativa deixou traços na língua que a substituiu. Desse modo, por meio da Toponímia é possível estudar a origem dos nomes dos lugares, baseando-se nas relações que as línguas mantêm dentro do território de um mesmo país, bem como com as línguas de outros países e também com as desaparecidas (DUBOIS, 1973, p. 573).

O autor em pauta destaca que nem sempre existe relação entre o nome de um país com a língua falada pelo seu povo; um exemplo disso é a forte influência indígena nos nomes de estados, de cidades e de elementos geográficos das Américas do Norte, do Sul e Central, mesmo em relação às línguas indígenas que desapareceram, mas que deixaram seus traços nas línguas faladas nas dadas comunidades linguísticas atuais.

Nessa perspectiva, Dubois (1973, p. 590) assinala que a Toponímia permite analisar os nomes próprios por meio da verificação ao ato de nomear, analisar particularidades tanto das relações mútuas entre o agente nomeador e a entidade nomeada, bem como as especificidades linguísticas, geográficas, históricas e étnicas, gravadas nos nomes próprios dos lugares. Tais proposições confirmam a relação estreita entre a linguagem e a atividade humana; quanto a isso, Dick (1990, p. 29) afirma que a atividade humana é vinculada à linguagem porque nomear é um fenômeno natural do sistema linguístico humano, o que faz do nome próprio de lugar o objeto de estudo da Toponímia.

Dick (1995) afirma que o agente nomeador evoca sua competência linguística para batizar os lugares, de modo que a autora em tela afirma que os primeiros topônimos foram criados por meio da categorização das particularidades dos elementos geográficos. Para a autora, a nomeação embasada nas particularidades dos elementos geográficos culmina na formação do perfil paisagístico do lugar e isso se reflete no fato de os topônimos serem formados por vocábulos que representam elementos da natureza, do meio ambiente.

Dick (1995, p. 59-67) explica que o homem imprime sua subjetividade quando batiza um lugar e que essa subjetividade ocorre tanto no nível individual como no nível coletivo. É por essa razão que alguns nomes refletem o emocional ou o juízo de valor do agente nomeador. A autora em pauta afirma que a ideia implícita no nome de um lugar, cuja essência é de natureza individual, pode virar credence popular, sendo aceita pela coletividade; por isso Dick (1995, p. 59-67) assevera que a

subjetividade impregnada no topônimo é um fenômeno linguístico-cultural, uma vez que a relação linguística entre homem e natureza revela um intercruzamento entre língua, cultura, agente nomeador e espaço geográfico.

O fato é que o interesse dos toponimistas é conhecer os fatores motivadores dos nomes dos lugares. Quanto a isso, Dick (1990) assinala que a Toponímia permite analisar e compreender a natureza dos elementos que influenciaram a nomeação do dado lugar, no sentido de revelar os fatores linguísticos e extralinguísticos numa perspectiva específica e geral. A busca pela motivação da criação de um dado nome de lugar, de acordo com Dick (1990, p. 33), pauta-se no aspecto linguístico do topônimo, ressaltando a relevância da significação dos nomes dos lugares.

Dick (1990) afirma que o próprio topônimo é o ponto de partida para a busca da motivação no modelo taxionômico criado por ela (DICK, 1990, p. 37) e que por isso o aspecto semântico é o elemento principal de seu modelo taxionômico. A toponímia que apresentamos neste artigo é a da zona rural de Xapuri, município da regional Alto Acre, de modo que segue uma breve contextualização sobre o referido município.

3 Aspectos geográfico-históricos de Xapuri

De acordo com Ranzi (2008, p. 250), o município de Xapuri originou-se da formação de um povoado situado na confluência dos rios Xapuri e Acre, em 1883. A autora em tela afirma que a localização do referido povoado configurou uma localização comercial estratégica, o que transformou Xapuri em um dos principais pontos de venda/comércio da borracha. Quanto ao topônimo *Xapuri*, a historiadora explica que advém do nome da tribo “Xapuri”¹, que habitava o lugar antes da chegada dos exploradores.

¹ No que tange à grafia, consta nos dados do IBGE a grafia “Xapurys”.

Xapuri faz fronteira com a Bolívia e com o Rio Branco, com a Eptaciolândia, com a Capixaba e com a Brasília. A extensão territorial é de 5.347 km², o que corresponde a 30,03% do território e 3,25% da área total do estado; as coordenadas geográficas são de 10°39'06" de latitude sul e de 68°30'16" de longitude oeste de Greenwich.

Ranzi (2008, p. 250) afirma que Xapuri, em 1903, foi palco da batalha armada entre brasileiros e bolivianos e, nesse período, Xapuri era um pequeno povoado, no qual residiam 150 pessoas. No período da Revolução Acreana, Xapuri foi tomada/invadida pelo exército boliviano, ocasião em que aquele povoado foi renomeado com o nome: Mariscal Sucre.

No ano de 1903, os brasileiros retomaram o referido povoado. Após essa retomada, em 1904, o povoado foi elevado à categoria de Vila com o nome de Xapuri. Essa informação também é constatada em Ranzi (2008) que assegura que em março de 1905, a vila passou à condição de cidade. Já em 1912, a cidade atingiu um significativo progresso sociocultural; um exemplo de tal progresso foi a criação do jornal Alto Acre que fomentou a produção cultural na cidade de Xapuri em 1913.

Cabe destacar o movimento de resistência dos seringueiros, em 1980, que foi liderado por Chico Mendes, sindicalista, cuja luta culminou com a criação das *Reservas Extrativistas Chico Mendes* para a preservação da biodiversidade do meio ambiente. No que tange à religião, a população de Xapuri, é predominantemente católica, visto que os dados apresentam um contingente de 10.984 pessoas seguidoras da religião católica apostólica romana; já com relação à religião evangélica, os dados demonstram um contingente de 3.635 pessoas seguidoras e 20 pessoas seguidoras da religião espírita. A nomenclatura toponímica de Xapuri é composta de 377 topônimos e foi classificada sob o modelo taxionômico proposto por Dick (1990).

4 Metodologia

O modelo analítico-classificatório taxionômico proposto por Dick (1990) é composto por 11 taxionomias de natureza física e 16 de natureza antropocultural, num montante de 27 taxionomias. O referido modelo permite interpretar o sintagma toponímico por meio dos aspectos léxico-semânticos, uma vez que o ato de nomear se dá por meio da interpretação dos significados e dos sentidos (nível semântico) com base na estrutura do signo toponímico (nível lexical). Nesse modelo analítico-classificatório taxionômico a pesquisa se dá no nível sincrônico, o que significa, segundo Dubois (1973), um estudo linguístico sobre os fatos da língua num dado momento do tempo, devido à proposição de Ferdinand de Saussure de que esses, num dado recorte no tempo, representam um sistema linguístico como fonte profícua de pesquisa.

De acordo com Dick (1999), o método utilizado na análise da pesquisa toponímica é o método indutivo. De acordo com Xavier (2011), tal método consiste numa análise em que se vislumbra os dados repetidos, a dinâmica de repetição pode ser analisada e com base nas recorrências de determinados dados, o pesquisador cria uma lei ou uma verdade geral. Para Dick (1999), a indução permite formular as hipóteses da pesquisa e conhecer as particularidades da nomenclatura toponímica de um dado lugar.

Considerando a proposição de Dick (1999) de que as variáveis culturais, tais como: imigração da população, dados geomorfológicos, hidrográficos, econômicos, fauna, flora etc., e os traços semióticos dos elementos geográficos, propriedades icônicas, como contornos, cores e dimensões de montes, de montanhas, de rios, de igarapés etc., apresentamos o método tipológico como método de procedimento da pesquisa toponímica, já que Dick (1999) destaca a necessidade de analisar a dinâmica social numa pesquisa toponímica. O método tipológico foi proposto por Max Weber

como modelo ideal, em que o pesquisador, ao analisar os dados, deve considerar as nuances sociais oriundas da interação social dos usuários da língua.

No modelo taxionômico, a catalogação se dá por meio da ficha lexicográfico-toponímica que serve para registrar particularidades de cada topônimo, nessa ficha consta a classificação do topônimo. Para o registro na ficha lexicográfico-toponímica há, primeiramente, a classificação do topônimo que, nesse estágio, é considerado um sintagma toponímico, composto por dois termos: o termo genérico e o termo específico. Então, o topônimo: Ramal São João, é um sintagma toponímico, em que “Ramal” é o termo genérico e em que “São João” é o termo específico.

O termo genérico designa o elemento geográfico, o que identifica o seu tipo que, no modelo de pesquisa proposto por Dick (1999), são dois; os elementos humanos (ramal, estrada, etc.) e os elementos físicos (rios e igarapés). Já o termo específico, segundo Dick (1999), serve para classificar os topônimos quanto à natureza física (meio ambiente) e/ou antropocultural (cultura humana). De modo que o termo específico “São João” do sintagma toponímico “Ramal São João” tem natureza de nome sagrado, relativo a santo e/ou a santa. Sendo assim, o topônimo é classificado como Hagiotoipônimo. Dessa forma, obtêm-se as duas principais informações acerca do topônimo que são: Elemento humano (ramal) e Taxionomia (hagiotoipônimo), alicerçada nessas e em várias outras informações a ficha lexicográfico-toponímico representa uma espécie de registro de nascimento de cada topônimo.

Hierotoipônimos

Dick (1987, p. 40) apresenta a seguinte definição para os hagiotoipônimos:

Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: Cristã, Hebraica, Maometana, etc. Ex.: Cristo Rei (PR), Alá (Iago, AM); às efemeridades religiosas: natalidade (GO), Natal (AC); às associações religiosas. Ex.: Cruz da Malta (SC); aos locais de culto. Ex.: serra da Igreja (PR), Capela (AL). Os hierotoipônimos podem, ainda, duas

subdivisões: a) **hagiopônimos** – topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano. Ex.: São Paulo (SP), Santa Tereza (GO).
b) **mitotopônimos**, topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: ribeirão do Saci (ES), lago do Curupira (AM).

De acordo com Dick (1990), a toponímia de origem religiosa, numa perspectiva geral, é denominada Hierotoponímia. Nela são classificados nomes sagrados provenientes de crenças distintas, de associações religiosas, dos membros, dos locais de culto, e das datas religiosas comemorativas. Dick (1990, p. 311) explica que a toponímia de origem religiosa demonstra a expressividade abstrata, produto da mentalidade de um indivíduo situado no mundo metafísico que legitima sua subjetividade de forma clara e concreta.

Dick (1990) explica que a vinculação do nome ao objeto nomeado, no caso da toponímia religiosa, é motivada pela manifestação do espírito, da crença e da fé do agente nomeador, por isso, o ato de nomear por meio de nomes sagrados segue uma dinâmica que não leva em conta a natureza do elemento geográfico. Contudo, isso não configura um não atendimento, ou um desvio do sistema onomasiológico (que parte do conceito para o nome), simplesmente, segundo a autora, a motivação emana do agente nomeador e não do objeto nomeado.

As motivações ligadas à subjetividade do sujeito nomeador, segundo Dick (1990, p. 312), parecem ser superficiais, uma vez que há razões de natureza mais profunda, por exemplo, uma visão de mundo herdada dos antepassados. Para Dick (1990, p. 312), há particularidades linguísticas intrínsecas na Carta de Pero Vaz de Caminha que alude aos fatos sócio históricos da “descoberta do Brasil”² que configuram dados da toponímia religiosa. Segundo a autora em tela, a religiosidade é fator pujante na sociedade humana desde os primórdios, a autora explicita que no

² As aspas indicam que tal enunciado apaga a figura do índio que já habitava aquele rincão de terra que era dividida em várias nações indígenas (Cf. DICK, 1990, p. 314).

período medieval imperava a ideia de que era necessário propagar o nome de Cristo, bem como a ideia de exaltação aos bens espirituais.

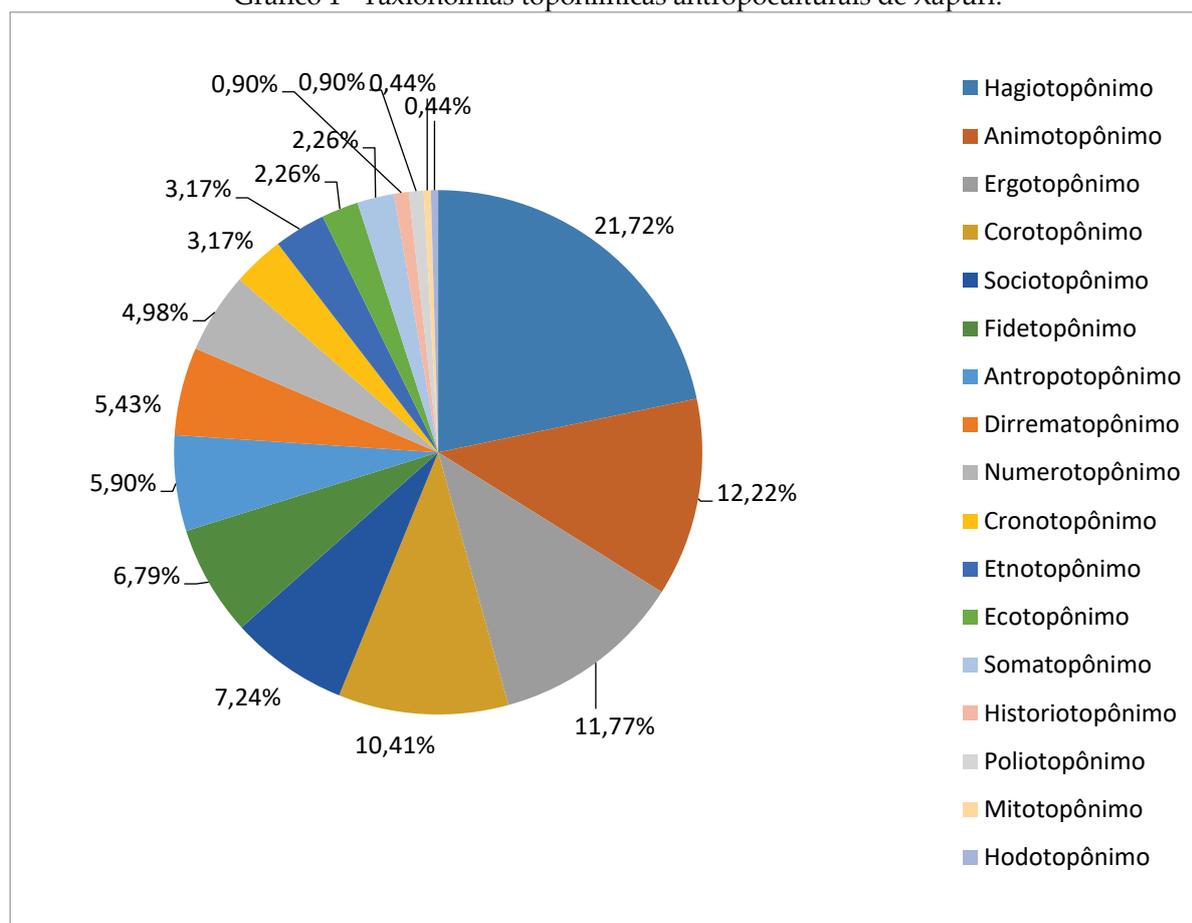
Dick (1990, p. 314) lembra que o Brasil foi conquistado sob o símbolo da cruz e da fé; confirmando que a toponímia religiosa do Brasil tem suas raízes nos fatos sócio históricos dos primórdios. Na Carta de Pero Vaz de Caminha, por exemplo, constam nomes *Monte pascoal*, *Ilha de Vera Cruz*, elementos geográficos, batizados de acordo com o calendário católico. Posteriormente, o nome *Vera Cruz* foi substituído por *Santa Cruz* devido ao costume de hastear uma cruz nas terras “descobertas”. Nos relatos de um padre, participante de uma expedição de umas das primeiras entradas no sertão brasileiro, também consta o ritual de hasteamento de uma cruz grande nas aldeias pelas quais passavam evangelizando. Por meio de tais argumentos Dick (1990, p. 315) afirma que o culto à Santa Cruz foi uma das primeiras devoções que se “instalou e progrediu no Brasil”.

Embora os dados de Dick (1990) ilustrem uma perspectiva da toponímia nacional, o mesmo pode ser evidenciado num recorte local, como é o caso da toponímia de Xapuri.

5 Os hagiopônimos de Xapuri

Os dados da nomenclatura toponímica de Xapuri atestam a proeminência dos hagiopônimos em que há alto índice de ocorrências de elementos geográficos como ramal, colônia, colocação, estrada, fazenda, bem como rios e igarapés nomeados com nomes de santos, de santas e de efemeridades religiosas em geral. O gráfico a seguir representa a dinâmica taxionômica numa perspectiva quantitativa.

Gráfico 1- Taxionomias toponímicas antropoculturais de Xapuri.



Fonte: elaborado pela autora.

Esse resultado confirma as explicações de Dick (1990, p. 350) para quem a religião católica é um legado sociocultural português muito presente na toponímia do Brasil, que pode ser resgatado por meio da etimologia que, por sua vez, segundo Villalva e Silvestre (2014), configura fonte de resgate histórico.

Numa análise quantitativa das bases etimológicas dos topônimos de Xapuri, constatamos o alto índice de ocorrência do étimo latim na nomenclatura toponímica de Xapuri é de 56,12%. O cruzamento de dados etimológicos com os dados da estrutura morfológica se mostra coerente no que tange o alto índice de hagiopônimos porque o latim foi o étimo com maior índice de ocorrência, o que confirma o alto índice de hagiopônimos, uma vez que os nomes de santos e de santas do cristianismo são legados linguísticos do português de Portugal e esse evoluiu fundamentado no latim.

Por outro lado, no que concerne à estrutura morfossintática dos sintagmas toponímicos simples e compostos, o mais recorrente foi o sintagma de estrutura simples, o que destoava do índice de hagiopônimos, já que esses se constituem por sintagmas compostos.

Contudo a explicação para esse ponto destoante, é que a predominância do latim na dinâmica etimológica da toponímia de Xapuri e do Alto Acre como um todo não se vincula somente aos nomes de santos e de santas do cristianismo, mas à maioria dos nomes/lexias da língua portuguesa do Brasil que é derivada do latim. O fato é que a proeminência dos sintagmas toponímicos de estrutura simples (formado por um único nome) confirma a presença do latim no português do Brasil. Nos dados etimológicos de Xapuri há a alta incidência de latim nos topônimos de estrutura simples, bem como de várias combinações entre latim e outro étimo tais como: Latim + Hebraico, Latim + Germânico, Latim + Grego, Latim + Francês, Latim + Gótico, Latim + Étimo não encontrado, Latim + Italiano, Latim + Fenício, Latim + Egípcio, Latim + Basco, Latim + Indígena.

Ao efetuarmos o cruzamento de dados referentes às taxas, à etimologia e às estruturas sintagmáticas, constatamos particularidades do mecanismo linguístico e extralinguístico, confirmando a proeminência dos hagiopônimos na nomenclatura toponímica de Xapuri. No que tange aos mecanismos linguísticos, a alta incidência dos topônimos compostos pela junção de adjetivo + substantivo, na toponímia de Xapuri, confirma a assertiva de Dick (1990) em relação à estrutura sintagmática dos hagiopônimos, em que os termos *São*, *Santo* e *Santa* funcionam como adjetivos que qualificam os substantivos, como São João, Santo Antônio e Santa Rosa.

Outro aspecto da nomenclatura toponímica de Xapuri que corrobora as proposições de Dick (1990) é a presença de topônimos como: *Chácara Santa Rita*, *Igarapé São José*, *Ramal São José*, *Colocação São José*, *Fazenda Santo Antônio*, *Igarapé Santo Antônio* e *Igarapé Santa Rosa* que autora em tela assinala como os nomes de santos mais

populares na toponímia brasileira, nesse sentido os hagiotoipônimos são exemplos que confirmam a proposição de Ferrarezi Jr. (2008) de que a cultura faz ponte entre o homem e o mundo.

Dick (1990) explica que a matriz estrutural dos hagiotoipônimos preserva o legado do português de Portugal, uma vez que os usuários da língua constroem os sintagmas seguindo o modelo linguístico herdado da cultura portuguesa. Tal proposição, que se comprova pelo fato de que não se constrói sintagmas como São Antônio e/ou Santo João, o que coaduna com a proposição de que “[...] cada traço gramatical de uma língua tem que manter, necessariamente, uma correspondência com um sentido que sirva de ponte entre o indivíduo e o mundo [...]” (FERRAREZI JR., 2008, p. 23).

Essa correspondência de sentido, a qual Ferrarezi Jr. (2008) se refere, alude a um mecanismo léxico-semântico diretamente ligado à cultura da comunidade linguística na qual o usuário está situado. Na nomenclatura toponímica de Xapuri, o topônimo *São João do Guarani* configura exemplo que confirma a proposição de Lorente (2004, p. 83) de que “O léxico está situado em uma espécie de intersecção linguística que absorve informações provindas de caminhos diversos”, uma vez que esse intercruzamento cultural provém das situações comunicativas que envolvem aspectos contextuais, situacionais e circunstanciais.

6 O hagiotoipônimo de Xapuri: São João de Guarani

O *Ramal São João do Guarani* é um topônimo derivado da crença, da fé, da mescla dos preceitos cristãos com uma cosmovisão do sujeito situado na floresta, numa perspectiva que oscila do global para o local.

De acordo com registros oficiais da história de Xapuri, o culto a São João do Guarani iniciou devido a milagres atribuídos a um determinado senhor que vivia numa colocação denominada Guarani e devido ao perfil de pessoa benevolente,

caridosa etc., a morte dele suscitou grande comoção e não tardou para que iniciasse a atribuição dos milagres a ele.

Tal demanda culminou na construção de uma capela denominada *São João do Guarani*: o santo da floresta. Ou seja, o topônimo *São João do Guarani* representa a relação estreita que o homem estabelece com o lugar onde reside, fato que se dá por meio da preposição *do* que, por sua vez, representa o sentimento de pertencimento do homem para com a terra. De modo que, segundo Melo (1974), o ato de nomear é o mecanismo linguístico pelo qual o homem se “apropria” do espaço geográfico.

O hagiopônimo *São João do Guarani* constitui exemplo da interface entre Toponímia e cultura, cada comunidade acrescenta especificidades aos nomes próprios, de forma que, no ato de nomear, essas especificidades oscilam ao passo que os valores culturais oscilam. Essa proposição corrobora a de Ferrarezi Jr. (2008, p. 83) que afirma que “[...] os nomes funcionam como um importante registro cultural da língua. As informações registradas nos nomes interferem na forma como vemos o mundo”.

O ato de nomear expande o léxico, promove a produção de conhecimento, permitindo que o usuário da língua expresse a sua cosmovisão de várias formas ao sabor das mudanças dos eventos que existem e que acontecem no mundo. Essa produção de conhecimento automaticamente produz também cultura. Daí a importância do topônimo *São João do Guarani* para o estudo da toponímia de Xapuri, uma vez que nele está gravada uma particularidade cultural da comunidade xapuriense promovida pelo ato de nomear.

7 Considerações finais

A Toponímia, de acordo com Dick (1990), é a ciência por meio da qual é possível estudar os nomes dos lugares, cuja história traz à tona especificidades linguísticas da dinâmica vivencial do indivíduo, bem como do seu grupo social. Cada nome de lugar, segundo a autora, tem uma história permeada de fatores e de elementos múltiplos que

se inter cruzam, formando uma rede complexa de informação capaz de desvelar o perfil regional de qualquer espaço físico, seja por meio dos aspectos naturais (físicos), seja por meio dos aspectos antropoculturais.

Os hagiopônimos, de acordo com Dick (1990), representam a forte influência da cultura religiosa de Portugal e se destacam na toponímia brasileira justamente por serem um legado cultural do processo de colonização do Brasil. A alta incidência de hagiopônimos de Xapuri, somada à alta recorrência de étimos do latim mostra a coerência dos resultados da presente pesquisa.

A coerência dos resultados da referida pesquisa de mestrado também se manifesta na proeminência da estrutura morfossintática dos sintagmas toponímicos de Xapuri em que, de acordo com Dick (1990), a formação composta pela junção de adjetivo + substantivo retratam a matriz linguística dos hagiopônimos como São João, Santo Antônio e Santa Rosa, em que os termos *são*, *santo* e *santa* adjetivam os substantivos *João*, *Antônio* e *Rosa*, respectivamente.

A expressiva ocorrência dos hagiopônimos coincide com a proeminência dos topônimos de natureza antropocultural, revelando que os aspectos motivadores das nomeações de lugar emanam da cultura humana, confirmando as proposições de Castilho (2010) que afirma que os usuários da língua são conhecedores exímios da gramática de sua língua. A proeminência dos sintagmas de estrutura simples também corrobora a assertiva de Castilho no que diz respeito à tendência do usuário da língua em simplificar os enunciados.

O topônimo *São João do Guarani* exemplifica a motivação toponímica vinculada à cultura humana e à competência linguística do usuário da língua, já que na referida estrutura sintagmática a preposição *do* e o substantivo *Guarani* expressam a dilatação de sentido do hagiopônimo, configurando operacionalização do mecanismo léxico-semântico.

Referências

- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. São Paulo, 1987.
- DICK, M. V. P. A. **Motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, M. V. P. A. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do estado de São Paulo. *In: Investigações linguísticas e teoria literária*, vol. 9. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE, 1999.
- DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. Tradução: Frederico Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Cultrix, 1973.
- FERRAREZI JR., C. **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LORENTE, M. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. *In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (org.). As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004. v. 2.
- MELO, G. C. **Origem, formação e aspectos da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Padrão, 1974.
- RANZI, C. M. D. **Raízes do Acre**. Rio Branco: Edufac, 2008.
- SOUSA, A. M. Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira: gênese e trajetória. **Revista Ícone**, v. 2, n. 1, Universidade Estadual de Goiás, 2008. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/5126>. Acesso em: 13 maio 2019.
- SOUSA, A. M. **Língua, cultura e sociedade: a toponímia acreana**. São Carlos: Pedro e João Editora, 2019.
- VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

XAVIER, A. C. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos.** São Paulo: Rêspel, 2011.

Artigo recebido em: 25.05.2019

Artigo aprovado em: 08.07.2019

Toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul: motivações toponímicas e estruturas sintagmáticas

Rural Toponymy from the human's features of Mato Grosso do Sul: toponymic motivations and syntagmatic structures

Letícia Reis de OLIVEIRA*
Aparecida Negri ISQUERDO**

RESUMO: Este trabalho discute resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo mais amplo descrever e analisar a toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul em termos de motivação e de estrutura linguística. Neste artigo examinam-se topônimos compostos que nomeiam fazendas localizadas na mesorregião Centro-Norte do Estado do Mato Grosso do Sul, que abrange as microrregiões do Alto Taquari e de Campo Grande, com 16 municípios. O *corpus* relativo a essa área geográfica extraídos do Sistema de Dados do Projeto Atems¹ e dos mapas oficiais do IBGE escala 1:100.000 (2010) totalizou 1.113 designativos que foram analisados, segundo a motivação, seguindo o modelo taxionômico de Dick (1992, p. 31-34), e conforme os constituintes sintáticos² dos topônimos compostos com base em Neves (2000). Os resultados do estudo

ABSTRACT: This study discusses the partial results of an ongoing research, which has as a broader purpose to describe and analyze the rural toponym of human feature in Mato Grosso do Sul in terms of motivation and linguistic structure. In this article, we examine the composed toponym that name farms located in Meso region of Center-North of Mato Grosso do Sul State, which encompasses the micro region from Alto Taquari and Campo Grande, in 16 cities. The *corpus* related to this geographic area were taken from the data system of the ATEMS's Project and from official IBGE's maps scale 1:100.000 (2010) getting a number of 1.113 designative that were analyzed according to motivation, following the taxonomic model of Dick (1992, p. 31-34), and according to syntactic constituents from the compound

* Mestre, doutoranda em Letras pela UFMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5828-7812>, reis.oliveira90@gmail.com

** Doutora, professora da UFMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1129-5775>, anegri.isquerdo@terra.com.br

¹ Atems – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

² Neste estudo foram considerados os constituintes sintáticos/sintagmas como componentes estruturais do topônimo composto (NEVES, 2000) como proposta de descrição da estrutura dos sintagmas compostos em função toponímica.

mostraram que os nomes de fazendas de estrutura composta evidenciam predominantemente as seguintes estruturas dos sintagmas: (Det. Num. + SN) “Dois Irmãos”; (SN+SN) “Maria Augusta”; (SN+ SA) “Terra forte”. Em termos de motivação, dentre as taxionomias de natureza física predominaram os *hidrotopônimos*, o que denota a influência do ambiente físico na nomeação das propriedades rurais, enquanto entre as taxionomias de natureza antropocultural destacaram-se os nomes de cunho religioso, os *hagiotopônimos*, atestando, assim, que o ambiente social e cultural do grupo, como a religiosidade reflete-se na nomeação de fazendas da região estudada. Para o estudo utilizam-se como referencial teórico, fundamentalmente, as contribuições de Dick (1990; 1992; 1997; 1998; 1999); de Sapir (1961) e de Neves (2000).

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia rural. Topônimo. Fazenda. Motivação. Estrutura sintagmática.

toponym based on Neves (2000). The results of this study present that compound farm names mainly highlighted the syntagmatic structure: (Det. Num. + SN) “Dois Irmãos”; (SN+SN) “Maria Augusta”; (SN+ SA) “Terra forte”. In terms of motivation, among the physical taxonomic nature domain the hydrotoponyms, showing the influence of physical environment in the naming of the rural areas, while among the taxonomic antropocultural nature highlight the names derived from religion, the *hagiotoponymy*, verifying, in this way, the social and cultural environment from the group and also the religiosity reflect in the naming of the farms from the studied region. The study is guided by the theoretical – methodological principles, mainly, contributions from Dick (1990; 1992; 1997; 1998; 1999); Sapir (1961) and Neves (2000).

KEYWORDS: Rural toponymy. Toponymy. Farm. Motivation. Syntagmatic Structure.

1 Introdução

A Onomástica é o ramo da Linguística que se ocupa do estudo dos nomes próprios em geral, sejam eles os de pessoas estudados pela Antroponímia, sejam os nomes próprios de lugares, investigados pela Toponímia. O topônimo (nome próprio de lugar) resulta da atividade humana de nomeação, por isso traduz o olhar do denominador sob o espaço geográfico denominado. Para tanto, o homem pode buscar motivações nos ambientes físico e sociocultural, razão pela qual o topônimo é carregado de sentidos históricos, sociais, culturais ou de traços do ambiente físico.

A investigação da toponímia de um determinado espaço geográfico pode revelar, dentre outras características, traços da cultura e de valores regionais que

facilmente se distinguem, se comparados os dados de uma região com outra, ou podem evidenciar traços similares que contribuem para o delinear de tendências na toponímia de uma determinada localidade, região. Em síntese, a toponímia favorece a identificação não apenas do espaço geográfico, mas também de características da atividade de nomeação realizada por um determinado grupo humano, um povo.

Este trabalho discute resultados parciais de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento, que tem como objetivo geral descrever e analisar a toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul em termos motivação e de estrutura linguística. Este artigo centra-se nos dados da toponímia da área rural da mesorregião Centro-Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, que abrange duas microrregiões – Alto Taquari e Campo Grande – e 16 municípios. A análise motivacional toma como parâmetro o modelo de Dick (1992, p. 31-34). Para este trabalho foram selecionados os nomes compostos de origem portuguesa e, com base nesses dados, realizada a análise das estruturas sintagmáticas dos topônimos e sua relação com parâmetros extralinguísticos.

2 Pressupostos teóricos

O homem, desde as mais remotas eras, sempre sentiu a necessidade de nomear o espaço com a finalidade de “delimitar o lugar onde habita e exercer suas atividades profissionais” (ISQUERDO, 2012, p. 81), ou seja, nomear representa uma forma de apropriação do espaço geográfico pelo homem, uma forma de identificação do lugar por meio de um nome. A toponímia também perpetua a impressão do denominador por meio de marcas identificadoras sobre o referente nomeado. Numa pesquisa toponímica, além do estudo linguístico do topônimo, o signo toponímico, há que se relacionar o nome do lugar com a história local, com características culturais e étnicas de determinado grupo ou população.

A toponímia insere-se nas pesquisas sobre o léxico, mais precisamente os nomes próprios de lugares que implica discussões sobre o ato de nomear o espaço que pode resultar numa toponímia de caráter “espontâneo ou popular; ou sistemática ou oficial” (DICK, 1992, p. 49). No caso específico da toponímia de acidentes rurais – fazendas, chácaras, sítios, retiros, estâncias, rancho, vilas e povoados... – são espontâneas, ou seja, são nomes que provêm de alguma influência do espaço físico ou antropocultural nascida no seio da população.

É certo que, ao longo da heterogeneidade dos motivos designativos, uns surgem com maior insistência ou frequência que outros e que alguns mecanismos de nomeação são bem mais comuns em determinados estágios ou períodos da vida coletiva, como é o caso de nomes descritivos, que retratam o lugar em si, pelas próprias dimensões caracterizadoras (DICK, 1992, p. 49).

Nesse contexto, considera-se a toponímia rural como espontânea, sobretudo a relativa a acidentes físicos (nomes de rios, córregos, montanhas, serras...). A nomeação de propriedades rurais, por estas estarem inseridas em um ambiente em que aspectos físicos como fauna, flora e hidrografia se destacam, é também muito influenciada pela presença de fatores descritivos que apontam para a visão do denominador a respeito do local nomeado. Assim, na nomeação de acidentes humanos, concorrem fatores emotivos diretamente ligados à percepção do ambiente pelo denominador (propriedade de família, crenças religiosas, concretização de projetos de vida na aquisição da propriedade...) que extrapolam fatores físicos, evidenciando características geográficas singulares de um lugar, como já apontara Dick (1992, p. 49-50), pautando-se em Dauzat (1932). Isso se difere na toponímia urbana em que questões políticas e relações de poder estão mais explícitas, quando ruas são nomeadas com nomes de autoridades civis, militares e políticas, por exemplo.

Não é demais lembrar que a Toponímia centra-se em aspectos linguísticos e é considerada uma área de “...alcance pluridisciplinar” (DICK, 1995, p. 59). Isso ocorre

porque “a toponímia é um imenso complexo linguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não exclusivamente” (DICK, 1990, p. 35-36). Algumas áreas do conhecimento servem de suporte para a compreensão do sentido dos topônimos como a Geografia, a História, a Sociologia e a Antropologia, dentre outras.

O sintagma toponímico é estruturado por dois elementos, segundo Dick (1992, p. 10), o *elemento genérico* formado pelo nome do acidente geográfico denominado (rio, córrego, fazenda, sítio, cidade, rua, avenida...) e o *elemento específico*, o topônimo que identifica, qualifica e particulariza o espaço nomeado. Outra especificidade observada é a de que esses elementos podem figurar de forma justaposta, “rio das Amazonas”, ou aglutinada, muito comum em nomes de origem indígena, como por exemplo em “Parauna, rio negro” (DICK, 1992, p. 10). No *corpus* deste estudo (nomes de fazendas) relativo à toponímia da região Centro-Norte do Mato Grosso do Sul, como demonstrado neste artigo, os elementos aglutinados são mais raros e a formação por justaposição mais frequente, ou seja, elementos específicos de estrutura morfológica composta, o que motivou este estudo com maior foco na formação sintagmática desses topônimos. Nos casos em que o termo genérico estiver aglutinado ao específico, Dick (1992) recomenda explicações em torno da questão, verificando cada caso em particular, uma vez que em alguns deles o elemento genérico pode perder sua função própria e tornar-se um complemento ou um termo específico. Normalmente o termo genérico vem acompanhado de um termo específico, também de caráter qualificativo, casos considerados pela autora como de caráter mais descritivo. Essa característica foi evidenciada no *corpus* aqui examinado como demonstra a análise dos nomes de fazendas apresentada na sequência deste estudo.

Para Dick (1992, p. 22), a pesquisa toponímica revela a crônica de um povo e o seu testemunho histórico. Pautada também nesse princípio, Dick (1990; 1992) construiu postulados teóricos para o estudo da toponímia brasileira que inclui um

modelo de classificação de topônimos, organizado em duas grandes categorias: taxonomias de natureza física e taxonomias de natureza antropocultural. Para tanto, considerou o eixo da natureza e o eixo da cultura, eixo esse tomado como produto do homem. Assim, a proposta de taxonomias toponímicas de Dick (1990; 1992) pauta-se em teóricos da área da Toponímia como Dauzat (1926); Leite de Vasconcelos (1931) Stewart (1954), além da obra *Regiões Culturais do Brasil* de Diegues Junior (1960) e de estudo “[...] das motivações da nomenclatura geográfica e também de fatores ambientais, em sua dicotomia física e antropocultural com base na teorização de Sapir (1961) [...]” (DICK, 1992, p. 25).

Segundo a sua última versão (DICK, 1992, p. 31-34), o modelo reúne 27 taxes, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Os quadros 1 e 2 a seguir reúnem as taxes que formam o modelo taxeonômico de Dick (1992, p. 31-34) com exemplos do *corpus* examinado para este texto: nomes de fazendas localizadas na Mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul. Quatro taxes não tiveram representatividade nesse universo estudado: *cardinotopônimo* (natureza física) e *poliotopônimo*, *mitotopônimo*, *etnotopônimo* (natureza antropocultural). Nesses casos, os exemplos inseridos nos quadros são de Dick (1992) e do Sistema de Dados do Projeto Atems e neles foi indicado, entre colchetes, o acidente nomeado.

Quadro 1 – Taxeonomias de natureza física (DICK, 1992).

Taxeonomia	Fatores motivadores	Exemplos
Astrotopônimo	“...corpos celestes em geral” (DICK, 1992, p. 31).	<i>Estrela do Norte; Sol Nascente</i>
Cardinotopônimo	“...posições geográficas em geral” (DICK, 1992, p. 31).	[Lagoa] <i>do Sul</i> (DICK, 1992, p. 31).
Cromotopônimo	“...escala cromática” (DICK, 1992, p. 31).	<i>Branca II; Verde Índia</i>
Dimensiotopônimo	“...características dimensionais dos acidentes geográficos” (DICK, 1992, p. 31).	<i>Alto Alegre</i>
Fitotopônimo	“...índole vegetal” (DICK, 1992, p. 31).	<i>Buriti Alegre; Palmito Alegre; Árvore Só</i>

Geomorfotopônimo	"...formas topográficas" (DICK, 1992, p. 31).	<i>Furna do Engano; Morro Alto; Serra Meia Lua</i>
Hidrotopônimo	"...acidentes hidrográficos" (DICK, 1992, p. 31).	<i>Córrego Goiano; Baía do Búfalo; Água Santa; Cabeceira do Buriti</i>
Litotopônimo	"...nomes de índole mineral, relativos também a constituição do solo" (DICK, 1992, p. 31)	<i>Barro preto; Pedra Bonita; Furada; Terra Forte</i>
Meteorotopônimo	"...fenômenos atmosféricos" (DICK, 1992, p. 32)	<i>Cruzeiro I</i>
Morfotopônimo	"...sentido de forma geométrica" (DICK, 1992, p. 32)	<i>Triângulo II</i>
Zootopônimo	"...nomes de índole animal" (DICK, 1992, p. 32)	<i>Onça de Joaquim Soares; Quati de Clarindo Barbosa</i>

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dick (1992, p. 31-32).

Quadro 2 – Taxeonomias de natureza antropocultural (DICK, 1992).

Taxeonomia	Fatores motivadores	Exemplos
Animotopônimo	"...relativo à vida psíquica, à cultura espiritual [...]" (DICK, 1992, p. 32).	<i>Boa Esperança; Boa Sorte; Lembrança de José Barbosa; Bom Jardim Aparecida</i>
Antropotopônimo	"...relativos a nomes próprios individuais" (DICK, 1992, p. 32).	<i>José da Farmácia; Paula Almeida; Tereza de Jesus; Ana Laura; Idalina Chaves; Eduardo Pereira</i>
Axiotopônimo	"...relativos a títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais" (DICK, 1992, p. 32).	<i>Dom Luiz</i>
Corotopônimo	"...relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes" (DICK, 1992, p. 32)	<i>Brasil Novo</i>
Cronotopônimo	"...encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha" (DICK, 1992, p. 32).	<i>Novo Paraíso; Nova Prata; Nova Aliança</i>
Ecotopônimo	"...relativos às habitações de um modo geral" (DICK, 1992, p. 33).	<i>Casa Amarela; Ranchão Velho</i>
Ergotopônimos	"...relativos aos elementos da cultura material" (DICK, 1992, p. 33).	<i>Moinho de Vento; Cabo de Aço</i>
Etnotopônimo	"...referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas)" (DICK, 1992, p. 33).	<i>[Córrego] Caraja Cuê (ATEMS/2019)</i>

Dirrematopônimo	“...constituídos por frases e enunciados linguísticos” (DICK, 1992, p. 33).	<i>Deus Proteja; Gera Boi; Linda-Flor</i>
Hierotopônimo ³	“...relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc.” (DICK, 1992, p. 33).	<i>N. S. Aparecida do Norte; N. S. Aparecida; Santa Cruz; Capelinha; S. Cruz do Sertãozinho de Edson Zapeg; Bom Jesus</i>
Hagiotopônimo	“...relativos aos santos e santas do hagiológico romano” (DICK, 1992, p. 33).	<i>São Judas Tadeu; Santa Luzia Corixão; Santa Maria da Serra; Santa Maria do Lago Azul</i>
Mitotopônimo	“...relativos à entidades mitológicas” (DICK, 1992, p. 33).	<i>[Lago] Curupira; [Ribeirão] Saci (DICK, 1992, p. 33).</i>
Historiotopônimo	“...relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes” (DICK, 1992, p. 33).	<i>Independência</i>
Hodotopônimo	“...relativos às vias de comunicação rural ou urbana” (DICK, 1992, p. 33).	<i>Pontilhão do Rio Verde; Ponte do Floriano</i>
Numerotopônimo	“...relativos aos adjetivos numerais” (DICK, 1992, p. 33).	<i>Dois meninos do Piquiri; Dois irmãos; Dois córregos</i>
Poliotopônimo	“...constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoado, arraial” (DICK, 1992, p. 33).	<i>[Fazenda] Vila Rica (ATEMS/2019)</i>
Sociotopônimo	“...relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça). (DICK, 1992, p. 33).	<i>Leilão do Piquiri</i>
Somatotopônimo	“...relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal” (DICK, 1992, p. 34).	<i>[Fazenda] Coração de Menina (ATEMS/2019)</i>

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dick (1992, p. 32-34).

³ As taxes *hagiotopônimo* e *mitotopônimo* são consideradas por Dick (1992) como subcategorias do *hierotopônimo* que, por sua vez, cobre os nomes sagrados em geral, por isso essas duas subcategorias são computadas em termos numéricos na taxie mais ampla (*hierotopônimo*).

Em síntese, ao elaborar esse parâmetro metodológico, Dick (1990; 1992) teve como propósito estabelecer diretrizes gerais de classificação dos topônimos com base, fundamentalmente, em critérios linguísticos (o significado do nome no léxico da língua embasa a classificação: nomes de plantas → fitotopônimos (*Buriti Vermelho*); nomes de água → hidrotopônimos (*Cachoeira Grande*); nomes de solo → litotopônimos (*Barreiro Eduardo Fernandes*); nomes de santos → hagiotopônimo (*Santa Luzia do Corixão*); nomes de pessoas → antropotopônimos (*Fábio Augusto*); nome de profissões → sociotopônimo (*Garimpo Velho*). Parâmetros dessa natureza reduzem probabilidades de equívocos em relação à delimitação da motivação toponímica. Não é demais lembrar que a primeira versão desse modelo foi proposto por Dick em 1980 na sua tese de doutorado, publicada em 1990⁴, e posteriormente ampliado na configuração atual (DICK, 1992). Na atualidade, considerar possíveis influências do ambiente físico e sociocultural no ato denominativo, como fez a pesquisadora ao construir o seu modelo de classificação, continua sendo um imperativo, tendo em vista que as mudanças sociais e as influências ambientais são cristalizadas pelo homem em convivência em sociedade: “[...] uma influência ambiental, mesmo do caráter mais simples, é sempre consolidada ou mudada pelas forças sociais” (SAPIR, 1961, p. 44). Os topônimos são parte do léxico de uma língua e nitidamente também refletem a visão sociocultural de um povo, como já atestara Sapir (1961, p. 45):

O léxico de uma língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade [...].

Na toponímia rural o caráter descritivo é bastante marcante, principalmente nas taxonomias de natureza física que expressam a visão que o denominador teve do

⁴ Para este estudo foi consultada a versão publicada em forma de livro, ou seja, Dick (1990).

espaço denominado. Além disso, é comum os nomes de fazendas remeterem a particularidades que a propriedade rural desperta no seu proprietário, impressões positivas ou negativas, sensações associadas a suas tradições religiosas, dentre outros motivos.

Um aspecto a ser aqui pontuado diz respeito aos desafios que o avanço das pesquisas do Projeto Atems tem despertado à medida que os pesquisadores têm se deparado com novos dados com características particularizantes, como é o caso da toponímia dos acidentes humanos rurais, mais especificamente os nomes de fazendas, que têm evidenciado traços na estrutura do topônimo composto que apontam para uma clara necessidade de maiores reflexões teóricas.⁵ Grande contingente desses topônimos formados por justaposição apresentam ora duas unidades vocabulares, ligadas ou não por preposição (*Recanto das Garças*), ora enunciados, “unidades complexas do léxico” (BIDERMAN, 2005) (*Santa Maria da Serra*). Como o modelo de Dick (1990; 1992) considera, para fins de classificação, o primeiro elemento específico, o exame desses dados está exigindo novas reflexões acerca do termo específico composto e quem sabe um possível repensar do modelo nesse particular, pois, ao classificar um topônimo com esse tipo de estrutura apenas com base no primeiro elemento específico, muitas vezes se perde o efeito de sentido que o conjunto das unidades vocabulares evoca.

Em seu estudo sobre as unidades complexas, Biderman (2005), no exame de unidades fraseológicas e de provérbios, baseia-se na estrutura sintagmática para explicar formações dessa natureza no léxico comum e no especializado. Na tentativa de adotar essa diretriz como uma possibilidade de estudo para os topônimos compostos, neste trabalho apresenta-se uma reflexão focada na análise linguística do

⁵ Nesse particular cabe a ressalva de que Dick (1990; 1992) não analisou dados dessa natureza na concepção do seu modelo. Pautou-se em dados de todo o Brasil relativos à toponímia física e à macrotoponímia (nomes de estados, de cidades, de povoados...).

termo específico composto considerando as formações sintagmáticas com o intuito de aprofundar discussões e de trazer conclusões parciais a respeito dessa temática⁶. Questiona-se, pois, se o topônimo composto com as características a seguir detalhadas poderia ser considerado uma unidade lexical de estrutura complexa da língua, na acepção de Biderman (2005, p. 747), ou seja, “vários vocábulos e mesmo frases inteiras”.

Dick (1990, p. 76) já apresentara algumas tipologias de estruturas sintáticas: “substantivo + sufixo aumentativo; substantivo + sufixo diminutivo; substantivo (gen.) + adjetivo (esp.); substantivo (gen. topon.) + sufixo aumentativo + adjetivo (esp.); “[...] substantivo + adjetivo (Barra Grande)”. Tomando como referência essas tipologias dos topônimos, Dick (1990, p. 76-78) explica a sua proposta de classificação taxonômica, o que sugere a relação existente entre as formações dos sintagmas e as motivações, relação essa confirmada na análise dos dados para este estudo.

Para a análise sintagmática foi aqui considerada a classificação em (SN) sintagma nominal; (SA) sintagma adjetival; (SP) sintagma preposicional; (SV) sintagma verbal; (DET. Num.) determinante numeral, tomando-se como base a “Gramática de usos do Português” de Neves (2000) para o conceito das funções que formam os sintagmas da língua portuguesa. O sintagma nominal é basicamente composto por um substantivo que possui como uma de suas funções denominar (coisas, pessoas, fatos etc.), segundo Neves (2000, p. 68). Além disso, a classe dos substantivos divide-se em comuns e em próprios. O primeiro denomina com base na descrição do referente e pode aparecer como núcleo de sintagmas preposicionados ou não, enquanto o substantivo próprio denomina “um único referente” (NEVES, 2000, p. 68), ou seja, faz uma denominação individual. Sabe-se que o topônimo em si é um

⁶ Registre-se que não há evidências e nem intenção de considerar o topônimo como uma frase, mas unicamente descrevê-lo linguisticamente, visto que uma das hipóteses é que ele possa ser considerado como uma “unidade complexa do léxico” (BIDERMAN, 2005).

substantivo próprio, um nome próprio de lugar, mas no núcleo do sintagma nominal de um topônimo pode haver um substantivo comum, como por exemplo, em “Pai João” um topônimo constituído por dois sintagmas [SN + SN] e seus respectivos núcleos são [SN = substantivo comum + SN = substantivo próprio].

3 Metodologia

Como já anunciado, este estudo analisa dados da toponímia humana rural do Estado de Mato Grosso do Sul, localizado no Centro-Oeste do Brasil. Trata-se de uma região cuja localização favorece a passagem para várias outras do país e reúne uma população com características étnicas bastante particulares, dada a diversidade cultural ali existente. O estado é berço de muitas etnias indígenas reunindo, segundo o último censo do IBGE, a segunda maior população indígena autodeclarada do Brasil⁷. No processo de povoamento recebeu imigrantes e migrantes de diferentes localidades. Nas artes, na culinária, no folclore, na linguagem, por exemplo, é significativa a influência das culturas paraguaia, japonesa e árabe, além da herdada de brasileiros de diferentes estados do Brasil, particularmente os das regiões Sudeste, Nordeste e Sul. A região selecionada para este estudo abriga Campo grande, a capital do estado. Do ponto de vista geográfico é a mais centralizada do estado e faz fronteira com Mato Grosso e com outros municípios sul-mato-grossenses de mesorregiões distintas.

O desenvolvimento deste estudo obedeceu às seguintes etapas: i) coleta do *corpus*: 1.113 topônimos de estrutura morfológica composta, que nomeiam fazendas nos 16 municípios pertencentes às duas microrregiões (Campo Grande e Alto Taquari)

⁷ Mato Grosso do Sul abriga 73.295 indígenas (IBGE, 2010, p. 11), sendo a maior concentração de indígenas na região Centro-Oeste do Brasil (IBGE, 2010, p. 15) e a segunda maior do Brasil (IBGE, 2010, p. 11). Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

pertencentes à Mesorregião Centro-Norte/MS, tendo como fonte da coleta o Sistema de Dados do Projeto Atems e os mapas oficiais do IBGE, referentes aos municípios da área investigada, escala 1:100.000 (IBGE, 2010)⁸; ii) registro dos dados em planilha específica contendo as informações necessárias para subsidiar a análise posterior dos dados⁹; iii) classificação dos nomes de fazendas conforme o modelo taxonômico de Dick (1992, p. 31-34) e descrição da estrutura sintagmática dos topônimos compostos (NEVES, 2000); iv) análise quantitativa e qualitativa dos designativos compostos considerando a formação sintagmática e a motivação toponímica com ênfase na influência do ambiente no ato denominativo e a cristalização social.

Por fim, reitera-se que a análise pautou-se nos fundamentos teórico-metodológicos da Toponímia, em especial o construído por Dick (1990; 1992; 1995; 1997; 1998; 1999); em Sapir (1961) e em Neves (2000).

4 Discussão dos resultados

No exame das estruturas sintagmáticas dos topônimos compostos que nomeiam fazendas na região investigada, fundamentando-se na análise quantitativa dos dados, selecionaram-se as mais produtivas que foram agrupadas no gráfico a seguir.

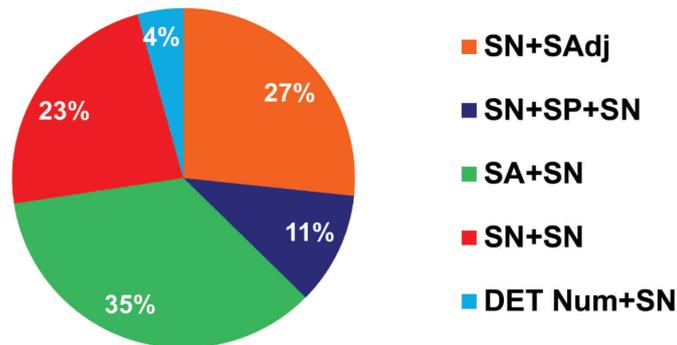
⁸

Fonte:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demo_grafico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ms/. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁹ A planilha está organizada em 20 colunas que contemplam dados relacionados à localização do topônimo (mesorregião; microrregião; município); dados de identificação do sintagma toponímico (elemento geográfico; tipo de acidente; área; topônimo; variantes); informações consideradas na análise (taxionomia; língua de origem; etimologia; estrutura morfológica; estrutura do sintagma; informações enciclopédicas; referências); dados relativos ao processo de coleta (fonte e data da coleta) e, por fim, informações acerca dos recursos humanos envolvidos (responsável pela coleta e revisor). Para tanto, pautou-se em Dick (2004) e em Dargel e Isquerdo (2019).

Gráfico 1 – Estruturas sintagmáticas mais produtivas nos topônimos compostos que nomeiam fazendas da Mesorregião Centro-Norte/MS.



Fonte: elaborado pelas autoras com base no *corpus* examinado.

Como demonstram os dados do gráfico, os padrões mais produtivos nos topônimos examinados foram [SA+SN]; [SN+SA]; [SN+SP+SN]; [DET. Num. + SN], o que confirma o apontado por Neves (2000) de que o adjetivo acompanha o substantivo, no caso do topônimo a função do adjetivo em [SA] é a de qualificar o substantivo. Assim, observa-se que o [SA] pode vir antes ou depois do substantivo. Essa formação apareceu nas taxonomias de natureza antropocultural, como em *Boa Sorte* → animotopônimo; *Nova Aliança* → cronotopônimo; *São Gabriel* → hagiotopônimo; *Boa Esperança* → animotopônimo. Já a estrutura [SN + SA] foi registrada de modo mais evidente nas taxonomias de natureza física: *Água Limpa* → hidrotopônimo; *Barro Preto* → litotopônimo; *Campo Alegre* → geomorfotopônimo, embora também tenham ocorrido registros nas taxonomias de natureza antropocultural como em *Brasil Novo* → corotopônimo.

A estrutura [SN + SP + SN], por sua vez, foi evidenciada em nomes de fazendas de natureza antropocultural e de natureza física: *Tereza de Jesus* → antropotopônimo; *Rita de Cássia* → antropotopônimo; *Cabeceira da Lontra* → hidrotopônimo; *Córrego da Porteira* → hidrotopônimo; *Morro da tigela* → geomorfotopônimo; *Vale dos buritis* → geomorfotopônimo; *Ponte do Taquari* → hodotopônimo.

Já os determinantes numerais figuram no início do sintagma [SN]: *Três Corações*; *Três Marias*; *Dois córregos*, representando um padrão que facilmente conduz à

interpretação da motivação como numerotopônimo. Quando o determinante numeral figura após o [SN] ou [SA] a classificação ocorre pelo primeiro elemento específico e por isso não são classificados como numerotopônimo (*Milena II*). No entanto, conforme Rocha Lima (1985, p. 95), os numerais poderiam ser classificados como adjetivos por acompanharem substantivos, como ocorre em *Dois Irmãos* [Det. Num. + SN]. Pode-se ainda considerar o valor adjetivo do numeral o que permitiria descrever essa formação como [SA+ SN].

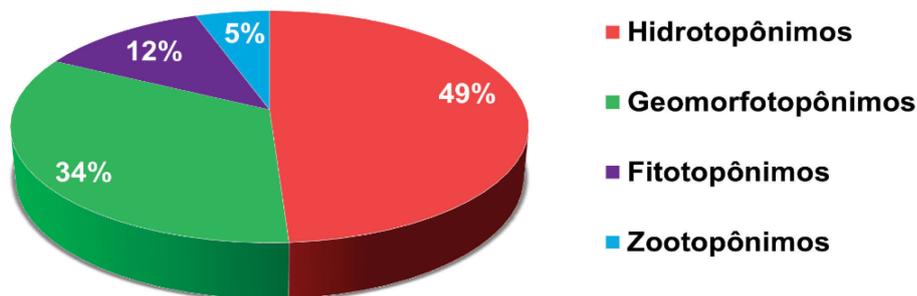
Os sintagmas preposicionais, por sua vez, foram marcados entre os sintagmas nominais, destacando-se, sobretudo, os topônimos motivados por nomes próprios de pessoas, os antropotopônimos. As preposições mais recorrentes foram [de + a = da]; [de + o = do], como ocorre em *José da Farmácia*; *Nelson de Lailo* e em *Recanto das Garças* [SN+SP+SN].

A análise da estrutura sintagmática dos designativos demonstrou ainda que no *corpus* investigado os sintagmas adjetivais são evidenciados como qualificadores que acompanham os substantivos. Uma das ocorrências mais evidentes foi a formada por adjetivos ligados a substantivos, exigindo a classificação para adjetivos qualificadores, “adjetivos eufóricos e disfóricos”, apontados por Neves (2000, p, 190). O primeiro diz respeito aos qualificadores que exprimem sensação positiva, enquanto o segundo remete a indicações negativas. Associando-se essa tendência aos padrões motivadores identificados na nomeação de fazendas da Mesorregião Centro-Norte/MS, as taxes de natureza física mais produtivas foram os *hidrotopônimos*; os *geomorfotopônimos*; os *fitotopônimos*; os *litotopônimos* e os *dimensiotopônimos* com um padrão sintagmático comum em diversas taxionomias: [SN + SA], sendo o “SA” formado sobretudo por adjetivos eufóricos (NEVES. 2000) como ocorre no litotopônimo *Terra Forte* e no fitotopônimo *Buriti Alegre*.

Entre as taxes de natureza antropocultural alçaram maiores índices de ocorrência os *hagiotopônimos*; os *animotopônimos*; os *antropotopônimos*; os

numerotopônimos e os hierotopônimos com predominância de formação de compostos com formação [SA+ SN], como no animotopônimo *Boa Sorte* e [SN + SN] ou [SN + SP + SN], respectivamente, nos antropotopônimos *Camilo Bonfim e Rita de Cássia*. No caso dos hagiotopônimos, as formações compostas se mostraram mais complexas, pois em alguns casos há o nome do santo aliado a uma característica do ambiente físico (*Santa Rita do Ribeirão*) com estrutura [SN + SN + SP+ SN], enquanto os hierotopônimos tendem a ter uma formação composta mais simples como [SN + SN], confirmada com *Cristo Rei*. No gráfico que segue pode-se atestar as taxas de natureza física mais frequentes no *corpus* em análise.

Gráfico 2 – Taxeonomias de natureza física mais produtivas nos nomes de fazendas compostos da Mesorregião Centro-Norte/MS.

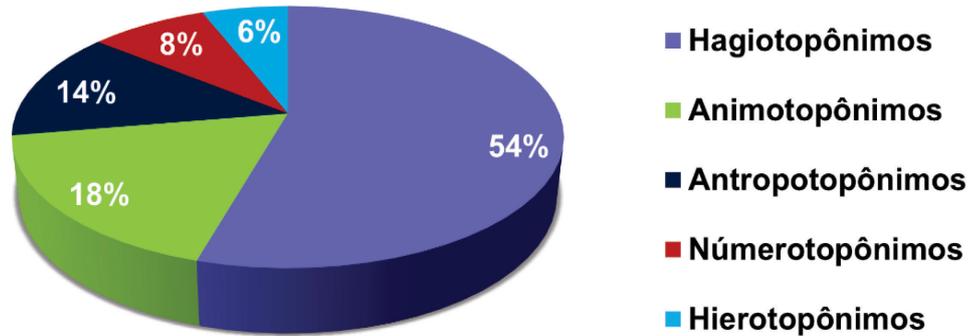


Fonte: elaborado pelas autoras com base no *corpus* examinado.

As motivações de natureza física da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul revelam o aspecto descritivo na toponímia como o apontado por Dick (1992), como a presença de características do ambiente físico, ou seja, a percepção do denominador é refletida no nome, ratificando a tese de Sapir (1961) acerca da relação entre léxico e ambiente. Além disso, os topônimos tornam-se convencionais, pois são ratificados pela comunidade, pelo social, pelo seu uso, por isso fazem parte de um pensamento

coletivo. No gráfico que segue observam-se dados relativos à produtividade das taxionomias de cunho antropocultural.

Gráfico 3 – Taxeonomias de natureza antropocultural mais produtivas nos nomes de fazendas compostos da Mesorregião Centro-Norte/MS.



Fonte: elaborado pelas autoras com base no *corpus* examinado.

As taxes de natureza antropocultural de maior produtividade foram, segundo o expresso no gráfico, os hagiotopônimos; os animotopônimos; os antropotopônimos; os numerotopônimos e os hierotopônimos. Assim infere-se que, quando se trata das motivações relacionadas à vida psíquica do homem, a religiosidade se destaca na toponímia rural, como uma homenagem ao santo de devoção do proprietário. A expressão de fé e de gratidão são sentimentos que podem ser expressos por meio de designativos dessas categorias. Nesse particular não pode ser desconsiderado o fato de a tradição religiosa católica ter sido marcante no Brasil desde o período colonial: “[...] Ninguém ignora, por exemplo, que o Brasil nasceu sob o signo da Cruz e da Fé, e é justamente nesses elementos que se deve ir buscar as raízes da toponímia religiosa nacional [...]” (DICK, 1990, p. 312). Desse modo, pode-se inferir que a toponímia da mesorregião estudada reitera uma herança cultural da toponímia de outros estados da Federação, como a do Paraná (ANANIAS, 2018) e a de Minas Gerais (CARVALHO, 2014), dentre outras. Tavares (2015, p. 114) também destaca essa mesma tendência com base em dados da toponímia sul-mato-grossense:

A análise dos dados evidencia que a cultura religiosa que sobressai na toponímia da região estudada é a portuguesa, já que santos da Igreja Católica sempre motivaram nomes de acidentes físicos e humanos não só na região desta pesquisa, mas em todo o território brasileiro.

Por fim, é preciso considerar a presença de um padrão toponímico tanto nas nomeações de natureza física quanto nas de cunho antropocultural, como a presença dos adjetivos eufóricos que, por sua vez, revelam a necessidade do homem de evocar sentimentos positivos em relação à propriedade, por meio da sua nomeação com topônimos de índole religiosa – hierotopônimos *Santa Fé do Rio Verde* e hagiotopônimos *São Sebastião do Buriti*.

5 Considerações finais

A análise do *corpus* possibilitou, além de uma primeira compreensão acerca da formação sintagmática dos topônimos compostos, a identificação de padrões específicos em termos de taxonomias, o que forneceu pistas para a confirmação do princípio de que a diversidade de estruturação sintagmática contribui para uma melhor interpretação da motivação dos nomes de fazendas aqui analisados. Em relação aos dados da Mesorregião Centro-Norte/MS, o estudo confirmou tanto tendências já observadas na toponímia rural em geral, como a valorização dos ambientes físico e sociocultural na nomeação de propriedades rurais e a expressão de fatores de caráter emotivo – manifestações de fé e de possíveis sentimentos despertados no denominador com a aquisição da propriedade – na forma de nomear as propriedades. Nota-se também a expressão emotiva da identidade do denominador não raro materializada por uma homenagem a alguém importante em sua vida. Essa complexidade de causas denominativas que envolvem o processo de nomeação do tipo de acidente selecionado para este estudo provavelmente pode se configurar como uma justificativa para a presença de nomes com características tão *sui generis* como denominação de fazendas, dentre outros já mencionados: *Barreiro Eduardo Fernandes*;

Samambaia de Ildomar; União de Coxim; Sonho meu; Vista linda. A continuidade da pesquisa poderá confirmar ou refutar essa hipótese que, por si só, já se instaurou como um novo problema a ser elucidado.

Referências

ANANIAS, A. C. C. S. dos. **Marcas de religiosidade na toponímia Paranaense**. 2018. 372f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ATEMS – Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul. **Sistema de Dados**. Campo Grande: UFMS, 2019 (uso restrito).

BIDERMAN, M. T. C. Unidades complexas do léxico. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (org.). **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**. 1ª ed., v. II, Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 747-757.

CARVALHO, A. P. M. A. de. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. 2014, 822f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

DICK, M. V. de P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. A. Toponímia e Antroponímia no Brasil. **Coletânea de estudos**. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. A. O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas. (Um estudo de caso: a Toponímia do Maranhão). In: **Revista Brasileira de Linguística**. São Paulo, v. 8, n. 1. p. 59-68, 1995.

DICK, M. V. de P. A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. de P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Lingüística**. João Pessoa/PB, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/view/16907>. Acesso em: 28 jul. 2019.

DICK, M. V. de P. A. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigação**. Linguística e Teoria Literária, Recife/UFPE, v. 9, p. 119-148, 1999.

IBGE. Mapas Municipais Censo Demográfico (2010) escala 1:100.000. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ms/. Acesso em: 29 jul. 2019.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. (org.) **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Vol. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. Projeto ATEMS: parâmetros metodológicos. In: ISQUERDO, A. N. **TOPONÍMIA**. Tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul. Vol. II, Campo Grande: Editora UFMS, 2019, p. 19-64. Série Toponímia.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 26a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985 [1915].

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

TAVARES, M. Toponímia das localidades rurais do município de Dourados (MS). **Revista do Gel**. v. 12, São Paulo: UFSCar, p. 164-191, 2005.

Artigo recebido em: 31.07.2019

Artigo aprovado em: 11.10.2019

Formação e estilização ortográfica de nomes artísticos de *drag queens*: questões de identidade linguística e de expressão de gênero

Original formation and styling of artistic names of drag queens: identity questions of language and gender expression

*Josy Maria Alves de SOUZA**

*Natália Cristine PRADO***

RESUMO: O principal objetivo deste trabalho é investigar os processos de formação de nomes artísticos de drag queens do estado de Rondônia, observando sua relação com os prenomes desses sujeitos. Como objetivos secundários pretende-se investigar se ocorre estilização ortográfica no processo de adoção dos nomes artísticos. O estudo empreendido é tanto quantitativo quanto qualitativo e se constitui de um corpus de cinco nomes artísticos de artistas drag queens do Estado de Rondônia que se dispuseram a responder a um questionário online disponibilizado na plataforma Google.docs. Procedida à análise, constatamos que a quase totalidade de drag queens que colaboraram com nossa pesquisa tende a adotar nomes artísticos sem identidade morfológica com o prenome e que o processo de formação de nomes utilizado foi a derivação. Constatamos, também, que 80% dos nomes artísticos analisados se enquadram nos padrões usuais do

ABSTRACT: The main objective of this paper is to investigate the processes of formation of artistic names of drag queens of the State of Rondônia, observing their relationship with the first names of these subjects. As secondary objectives it is intended to investigate whether orthographic stylization occurs in the process of adopting the artistic names. The study undertaken is both quantitative and qualitative and constitutes a corpus of five artistic names of drag queen artists from the State of Rondônia who were willing to answer the online questionnaire available on the Google.docs platform. After the analysis, we found that almost all the drag queens that contributed to our research tended to adopt artistic names without morphological identity with the first name and that the process of name formation used was derivation. We also observed that 80% of the artistic names analyzed fit the usual standards of Brazilian Portuguese and, of these, 20%

* Mestre em Letras, Unir. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6570-3570>. joalves333@hotmail.com

** Doutora em Linguística/Unesp, professora da Unir. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8947-4330>. natalia.prado@unir.br

Português Brasileiro e que, destes, 20% são variantes dicionarizadas e 80% apresentam ortografia estilizada pela duplicação de grafema em especial da consoante <l>. Além disso, constatamos a inserção de grafemas como <c> e <h> e o uso dos grafemas <y> e <h> em substituição aos grafemas <i> e <e>, respectivamente. Em relação à funcionalidade de gênero, constatamos que as artistas drag queens participantes da pesquisa marcam, na representação linguística do seu nome artístico, uma unicidade e uma individualidade que distanciam sua performance da sua identidade de gênero e intentam, com essa unicidade e individualidade, atrair a atenção dos seus seguidores.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade linguística. Antropônimos. Processos morfológicos. Estilização ortográfica. Nomes artísticos.

are dictionary variants and 80% have stylized spelling from the duplication of grapheme, in particular the consonant <l>. In addition, we found the insertion of graphs such as <c> and <h> and the use of graphs <y> and <h> to replace the graphs <i> and <e>, in turn. Regarding gender functionality, we found that the artists drag queens participating in the research mark, in the linguistic representation of their artistic name, a uniqueness and an individuality that distance their performance from their gender identity and try, from this uniqueness and individuality, to attract the attention of their followers.

KEYWORDS: Linguistic identity. Anthroponyms. Morphological processes. Orthographic styling. Artistic names.

1 Considerações iniciais

Este artigo¹ tem por objetivo investigar as relações linguísticas entre os nomes artísticos de artistas *drag queens* e o prenome desses sujeitos, e observar como se comportam morfológicamente e ortograficamente as renomeações e se elas trazem marcas de identidade linguísticas e marcas de gênero, verificando se há alguma relação entre questões culturais/sociais e identidade linguística e de gênero.

¹ Este artigo é recorte de pesquisa de Mestrado intitulada inicialmente “Nomes sociais de pessoas da comunidade LGBT Rondoniense: questões de identidade linguística e de gênero” e reformulada, *a posteriori*, para “Nomes sociais de pessoas transgêneros e nomes artísticos de *drag queens* do Estado de Rondônia: questões de identidade linguística e de gênero” desenvolvida pela primeira autora sob a orientação da segunda autora. A pesquisa foi instruída em Processo 78649817.1.0000.5300 e teve Parecer Consubstanciado de Número 2.515.857 emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Federal de Rondônia com o *status* final de Aprovada.

Desse modo, pretende-se, pontualmente, estudar a morfologia flexional e a derivacional, como processos formadores de antropônimos, observando também os processos de estilização ortográfica nas renomeações de artistas *drag queens* que fazem uso de nomes artísticos em substituição ao prenome, em uma representação linguística que se vincula a funcionalidade de gênero do artista.

A bibliografia que sustentará a análise terá fulcro, dados os limites de um artigo, em pesquisadores como Guérios (1981), Amaral (2008), Câmara Júnior (2011 [1970], 2011 [1997]), Monteiro (2002 [1986]), Cagliari (1999), Massini-Cagliari (2011) e Rocha (2008). Para o debate sobre a questão identitária, valemo-nos de reflexões de estudiosos como Silva (2017) e Butler (2000, 2011, 2017 [1990]), Louro (2017) e Jesus (2012, 2015).

Trata-se de uma pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa em que se coletou um total de cinco nomes de artistas *drag queens* e que nasceu do anseio de conhecer, ainda que minimamente, os aspectos linguísticos e sociais que envolvem a adoção de nomes artísticos por esses sujeitos que, por questões de funcionalidade ou de expressão de gênero, desejam adotar um nome diferente de seu prenome.

2 Pressupostos teóricos

Tudo no mundo é nomeado, seja o já descoberto ou o que se está por descobrir e, conseqüentemente, por se nomear. Nesse campo de nomear, de acordo com Câmara Júnior (2011 [1997], p. 226), a Onomástica, ou Onomatologia, insere-se como a ciência que trata dos nomes próprios se constituindo como objeto relevante dos estudos lexicológicos se inscrevendo, pois, no ramo da Lexicologia e tem base etimológica no vocábulo grego “Onoma” que significa “nome” e, conforme nos informam Dubois *et al* (2014 [1978], p. 412) a Onomástica “é o ramo da lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios”.

Dubois *et al* (2014 [1978], p. 412) ressaltam que a Onomástica é dividida em dois grupos: o dos nomes próprios locativos, chamados de topônimos e o dos nomes próprios personativos, chamados de antropônimos.

Sobre os antropônimos, conforme proposta de Amaral (2008, p. 78), estes são representados pelos ortônimos, que são os prenomes e os sobrenomes; e os alônimos, que são os hipocorísticos, os apelidos ou as alcunhas, os pseudônimos, os heterônimos, os nomes artísticos ou de palco e o nome de guerra. No caso do alônimo nome de guerra, Amaral (2011) resalta que, em princípio, ele poderia ser confundido com o nome artístico, embora com maior abrangência, visto que não se aplica somente ao meio artístico, uma vez que é utilizado comumente no meio militar em que corresponderia a um pseudônimo ou apelido conhecido em qualquer esfera de atividade.

Em nossa pesquisa, os antropônimos considerados serão o prenome, que conforme dispõe *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa* (2011, p. 1021) é definido como “*s.m. – Nome que precede o sobrenome; nome de batismo*” e nome artístico, que, conforme Amaral (2008, p. 78), é nome empregado por escritor, artista ou outra pessoa em lugar do seu nome verdadeiro. É escolhido pelo portador do nome próprio. No âmbito jurídico, quando “adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome”, entendido o nome como prenome e sobrenome, tanto sob a ótica patrimonial quanto à vertente do direito de personalidade, conforme preceitua o artigo 19 da Lei 10.406/2002.

A Morfologia, por sua vez, é o ramo da Linguística que estuda a estrutura interna das palavras definindo, delimitando e classificando as unidades mínimas significativas que a compõem. Nas palavras de Trask (2011 [2004], p. 199), é o ramo da

linguística que estuda a estrutura das palavras, sendo que estas têm uma estrutura interna e são constituídas de unidades menores chamadas de morfemas².

Sobre os processos morfológicos de formação de nomes, Zanotto (2006), Souza-e-Silva e Koch (2014) são unânimes na afirmação de que os processos gerais de formação de palavras em português são basicamente dois: a derivação e a composição.

Sobre os processos de formação dos antropônimos, Monteiro (2002 [1986], p. 205) observa que “os princípios morfológicos dos nomes próprios são praticamente os mesmos processos de formação que formam nomes comuns”. O autor apresenta os principais processos de formação dos antropônimos, ligando-os diretamente à derivação e à composição, como processos formadores de nomes comuns voltados aos nomes personativos. Para o autor, os processos de formação de antropônimos são:

- a) **Sufixação:** segundo Monteiro (2002 [1986], p. 206), “se caracteriza pela anexação, em especial, de diminutivos aos nomes personativos”. Tal afirmação tem base na relação de proximidade entre o léxico comum e o léxico antroponímico.
- b) **Composição:** segundo Monteiro (2002 [1986], p. 206), a composição em nomes próprios personativos “se associa a dos nomes comuns”. Observa Monteiro composição na formação de nomes como José Maria, Pedro Paulo, Marieta, Antonieta, Carmelita, Lucíola, Angélica, Faustino, Fidelino, e em justaposições facultativas como em Rosamaria, Rosalinda, Anabele, Anameire a ocorrência de crase e elisão na aglutinação com fim de desfazimento de hiato como ocorre em Rosalva (*Rosa Alva*), Maristela (*Maria Estela*).
- c) **Braquissemia:** para Monteiro (2002 [1986], p. 192) “é o emprego de uma parte do vocábulo pelo vocábulo inteiro” e se baseia no princípio da

² Segundo Zanotto (2006, p. 29), “é a unidade mínima de que se compõe o vocábulo”. Sobre o morfema, o autor lembra que “é a unidade mórfica mínima, podendo coincidir, mas não se confundindo nem com vocábulo, nem com sílaba, nem com fonema”.

economia da linguagem sendo resultado da subtração de morfemes e “o elemento restante passa a valer pelo todo de quem provém” e “em nomes próprios personativos se associa a dos nomes comuns é recorrente na formação dos hipocorísticos³” e cita como exemplo de braquissemia mudanças de nomes como de *Maximiliano* para *Max*, *Alexandre* para *Alex*, *Elizabete* para *Elis*.

- d) **Acrossemia:** segundo Monteiro (2002 [1986], p. 193) consiste “na combinação de sílabas ou fonemas extraídos dos elementos de um nome composto” conforme se observa em formações como Frederecindo (a partir de Frederico e Gumercindo), Jomar (a partir de José e Maria), Erlice (a partir de Ernesto e Alice) e Claudionor (a partir de Cláudio e Leonor).
- e) **Anagrama:** conforme Monteiro (2002 [1986], p. 207) consiste na “inversão total das letras de um nome, de tal modo que resulte um outro”. Trata-se, segundo Câmara Júnior (2011 [1997], p. 57) “de um artifício para disfarçar a palavra através da troca de posição das letras e dos fonemas a elas correspondentes” e com ocorrência discreta no caso dos antropônimos, a exemplo da troca de posição ortográfica e fonética que ocorre de *Catarina* para *Natércia*, e no famoso caso de *América* para *Iracema*, famosa obra de José de Alencar.

Câmara Júnior (2011 [1970]) destaca que os nomes, semanticamente, representam “coisas ou seres” e “são vocábulos suscetíveis de flexão de gênero e número” e que “o gênero condiciona uma oposição entre a forma masculina e a feminina a partir da flexão básica de um sufixo flexional”, também chamado de desinência “-a” (átono final), para a marca do feminino” sendo que “o masculino e o

³ Segundo Monteiro (2002 [1986], p. 209), hipocorístico é “o processo apelativo usado na linguagem familiar para traduzir carinho ou qualquer palavra criada por afetividade”

singular se caracterizam pela ausência da marca de feminino e de plural” e são marcados pelo morfema gramatical zero (Ø).

Importante também apresentar uma diferenciação que comumente é desconsiderada por ideologias essencialistas entre gênero e sexo. Sobre essa associação que se faz entre gênero e sexo, Silva e Koch nos trazem considerações importantes em termos linguísticos. As autoras, que se baseiam nas colocações de Câmara Júnior (2011 [1970], p. 58), reforçam que

quanto à *natureza*, a flexão de gênero costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Contra essa interpretação, têm-se os seguintes argumentos: a) o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer ser refiram a seres animados, providos se sexo, quer designem apenas “coisas” como: *mesa, ponte, tribo*, que são femininos (procedidos do artigo *a*) ou *sofá, pente, prego* que são masculinos (procedidos do artigo *o*); b) o conceito de sexo não está necessariamente ligado ao de gênero: mesmo em substantivos referentes a animais e pessoas há algumas vezes discrepância entre gênero e sexo. Assim, a *testemunha*, a *cobra* são sempre femininos e o *cônjuge* e o *tigre* sempre masculinos, quer se refiram a seres do sexo masculino ou feminino (SILVA; KOCH, 2014, p. 65 – grifos nossos).

Sobre ortografia, tomemos as lições de Pasques (1996) para quem

a ortografia é a forma visível e duradoura das palavras; a pronúncia é apenas sua expressão articulada, o acento que varia segundo as épocas, os lugares e as pessoas. E conserva sempre um caráter e uma fisionomia de família que ligam as palavras à sua origem e as trazem de volta ao seu verdadeiro sentido. (PASQUES, 1996, p. 37).

Segundo Cagliari (1999, p. 19), a finalidade da ortografia é “‘permitir a leitura’ e neutralizar a variação linguística no nível do léxico no momento em que é realizada” e o ato de escrever ortograficamente significa, nas palavras de Massini-Cagliari (1999, p. 30), “escolher uma única forma para as palavras de uma língua, independentemente

de quantas pronúncias diferentes possam estar ligadas a elas. A escolha de qual seja a forma ortográfica de cada palavra e, em geral, arbitrária.”

No entanto Sabóia (1998) apresenta o estatuto da variação ortográfica. Para o autor

a variação ortográfica é dada pela diferença mínima, não-distintiva, entre significantes e uma completa identidade de significados, tendo em vista a representação escrita da língua como em ‘acto’ e ‘ato’ (substantivos). Logo, o estatuto da variação ortográfica é dado pela variação da forma escrita, ou seja, do significante gráfico, tendo em vista as formas consideradas corretas, sob a perspectiva oficial. (SABÓIA, 1998, p. 282 *apud* SOUZA, 2006, p. 34).

Sabóia (1998 *apud* SOUZA, 2006, p. 34) também apresenta as terminologias variante ortográfica e variante ortográfica propriamente dita e explica a tênue diferença entre as duas terminologias. Segundo a autora, variante ortográfica trata-se de “vocábulos que apresentam variação de um ou dois segmentos, no máximo, alterando o significante, sem alterar o significado” como em catorze e quatorze. Alterando o significado, tem-se, segundo Souza (2006, p. 34) “uma variante ortográfica propriamente dita” como em “cota” e “quota”. Sem entrar nessa terminologia, Dubois *et al* (2014 [2004], p. 569), citando Hjelmslev, conceituam tão somente o termo variante como “uma forma de expressão diferente de outra quanto à forma, mas que não acarreta mudança de conteúdo em relação a essa outra” e explicam que

se duas *unidades linguísticas* (fonema ou morfema) figuram no mesmo ambiente (fonológico ou morfológico) e se elas podem ser substituídas uma pela outra sem que haja uma diferença no sentido denotativo da palavra ou frase, então os dois fonemas ou os dois morfemas são *variantes livres*. (DUBOIS *et al*, 2014 [2004], p. 568)

No campo da identidade, diversos e diferentes ramos das Ciências Sociais buscam definir um conceito para o termo identidade em virtude da complexidade de sua definição. Enfocando uma raiz antropológica, Candau explica que,

identidade é um conceito polissêmico, podendo representar o que uma pessoa tem de mais característico ou exclusivo, ao mesmo tempo em que indica que pertencemos ao mesmo grupo. (CANDAU, 2002, p. 31).

Com relação especificamente à identidade de gênero, Judith Butler é a primeira estudiosa a utilizar o termo performatividade para analisar a des(construção) de identidade e relacioná-lo à identidade de gênero. Sobre essa articulação, Louro destaca que Butler

toma emprestado da linguística o conceito de performatividade, para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos e ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas no instante mesmo da nomeação, constrói, 'faz' aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos. (LOURO, 2017, p. 43).

O conceito de performatividade de Butler está, assim, relacionado ao termo performativo inicialmente utilizado por J. L. Austin. Segundo Dubois *et al* (2014 [2004]).

- 1) J. L. Austin denomina de verbos performativos os verbos cuja enunciação realiza a ação que eles exprimem e que descrevem certa ação do sujeito que fala. *Eu digo, eu prometo, eu juro* são verbos performativos porque, ao enunciar esta frase, se pratica a ação de dizer, de prometer, de jurar.
- 2) E. BENVENISTE opõe os verbos performativos de sentido aos verbos de atitude, que descrevem a ação realizada, ao enunciarmos a proposição que segue o verbo de atitude.
- 3) Qualificam-se de performativos os enunciados ilocucionários que significam a menção de impôs através da fala um certo comportamento (ordem). (DUBOIS *et al*, 2014 [2004], p. 433).

Desse modo, Butler amplia o conceito de performativo analisando, segundo Silva (2017 [2000], p. 93), “a produção da identidade como uma questão de performatividade” sendo a performatividade compreendida, conforme explica Butler (2000, p. 154), “não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia”.

No que tange à funcionalidade de gênero, Jesus (2012, p. 2) caracteriza *crossdressers*⁴, *drag queens*, *drag kings* e transformistas. Sobre a definição de *drag queens*, Jesus (2012, p. 12) explica que são “artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações” e sobre a definição de *drag kings*, também segundo a autora, “são mulheres fantasiadas como homens”, tratando-se, assim, tanto *drag queen* quanto *drag king* de artistas que vivenciam a inversão do gênero em performance representativa.

Nessa performance representativa de uma *drag*, as identidades se misturam e se hibridizam. Louro (2017, p. 21) resume essa pluralidade de identidades presente na representação performática de uma *drag* afirmando que “a drag é mais de um. Mais de uma identidade, mais de um gênero, propositalmente ambígua em sua sexualidade e em seus afetos” de forma que as drags escancaram a construtividade dos gêneros e “em sua ‘imitação’ podem ser revolucionárias”.

⁴ Segundo Jesus (2012, p. 10), *crossdresser* é termo “variante de travesti” usado “para se referir a homens heterossexuais, geralmente casados, que não buscam reconhecimento e tratamento de gênero (não são transexuais), mas, apesar de vivenciarem diferentes papéis de gênero, tendo prazer ao se vestirem como mulheres, sentem-se como pertencentes ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, e não se consideram travestis”.

3 Metodologia

Em um primeiro momento, preocupamo-nos com os Aspectos Legais que norteiam pesquisas envolvendo seres humanos em obediência ao que determinada a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

O instrumento de pesquisa utilizado para geração dos dados foi questionário pré-estruturado composto de perguntas abertas e de pergunta fechada disponibilizado aos participantes através da plataforma docs.google.com/forms ou pessoalmente, sempre obedecendo à preferência do participante, de forma a possibilitar e ele o mínimo de interferência do pesquisador e o máximo de liberdade do participante.

Para realização da pesquisa de campo, delimitou-se a área geográfica do estado de Rondônia e voluntariam-se para responder ao referido questionário um total de cinco participantes que fazem uso de nomes artísticos. Embora tenhamos compreendido na pesquisa coletar nomes de artistas *drag kings*, não foi possível a participação de colaboradores com essa funcionalidade de gênero no âmbito de nossa pesquisa. Tal fato se deu em virtude de que não há, ou não se dispuseram a participar, no estado de Rondônia, artistas com essa funcionalidade de gênero. Os prenomes e os nomes artísticos coletados compõem o nosso *corpus*.

Os sujeitos do *corpus* são artistas *drag queens* do Estado de Rondônia que fazem uso de nome artístico em substituição ao prenome e que se declararam em pleno exercício de capacidade civil e se dispuseram a responder, sob a égide da mais plena liberdade e na condição primordial de sigilo absoluto de seus dados pessoais, ressalvados o prenome e o nome artístico, ao questionário que lhes fora disponibilizado na plataforma docs.google.com/forms ou pessoalmente.

As perguntas feitas aos participantes foram: 1) “Qual o seu nome civil, ou seja, o seu nome de registro”? 2) Você faz uso de Nome artístico a que foram apresentadas as seguintes opções: a) Sim, faço uso de nome artístico; b) Não.

Os participantes que assinalaram a opção “*Sim, faço uso de nome artístico*” foram direcionados para a seguinte pergunta: 1) *Qual o seu nome artístico?*

Com relação à análise de dados para esta pesquisa, analisaram-se as renomeações com base em duas grandes áreas do conhecimento: de gênero e de identidade linguística, subdividindo-se esta em morfologia e em ortografia.

Interessou-nos a relação entre o nome artístico e a funcionalidade ou a expressão de gênero do ponto de vista da formação dos nomes, bem como saber se a ortografia das renomeações são vernáculas ou se passaram por um processo de estilização ortográfica em relação ao Português Brasileiro-PB, e se a representação linguística marca no nome artístico dos artistas *drags* um distanciamento de seu gênero.

Com relação à técnica de análise de dados, foi utilizada a técnica de comutação que ampara análises morfológicas.

4 Resultados

Com a coleta de dados, conseguimos obter os nomes artísticos constantes do Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Correspondência entre prenomes e nomes artísticos coletados.

Prenome	Nome Artístico
Ítalo	Alessia Gioia
Alexandre	Ariella Fernanda
Ronilson	Gabriely Facchini
Paulo C.	Paulleth Top Diva
Welisson	Potty Paolla Palloma

Fonte: elaborado pelas autoras com base na pesquisa de campo.

No que tange à identidade morfológica entre os prenomes e os nomes artísticos, Quadro 1, os percentuais gerais são os constantes da Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Percentual geral de identidade morfológica entre as renomeações e os prenomes.

	Total geral	
	Quant.	%
Apresentam identidade morfológica	1	20%
Não apresentam identidade Morfológica	4	80%
Subtotais	5	100%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Considerando-se conjuntamente os nomes apresentados no Quadro 1, observa-se na Tabela 1, acima, que 80% dos nomes artísticos não apresentam identidade morfológica com os prenomes, ao passo apenas 20% apresentam identidade morfológica com os prenomes.

Considerando as renomeações que apresentam identidade morfológica com os prenomes, a Tabela 2, abaixo, apresenta, percentualmente, os processos de formação de antropônimos encontrados em nossa pesquisa:

Tabela 2 – Percentual dos processos de formação dos nomes artísticos com identidade linguístico-morfológica com os prenomes.

Processo de formação dos nomes artísticos	Quant.	Percentuais		Prenome/nome artístico
		Das renomeações com identidade morfológica	Sobre o total de renomeações	
Derivação: sufixal ou sufixação	01	20%	20%	Paulo/Paulleth Top Diva

Fonte: elaborada pelas as autoras.

Os dados da Tabela 2 indicam que o único processo utilizado para a formação de nomes artísticos coletados foi a derivação e tal processo foi utilizado na formação do primeiro nome artístico do nome composto “Paulleth Top Diva”.

Conforme Câmara Jr.,

o gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e forma feminina, tem como flexão básica para um sufixo flexional, ou desinência *-a* (átono final) para a marca do feminino. [...] Assim, o masculino e o singular se caracterizam pela ausência das marcas de feminino e de plural (CÂMARA JÚNIOR, 2011 [1970], p. 84, grifos nossos).

Baseando-se nessa afirmação do autor, considera-se que é o feminino o responsável pela marcação de gênero, uma vez que o autor considera que o gênero masculino não tem marca morfológica e é o feminino que marca as oposições, de forma que a vogal átona final “-o” funciona como vogal temática do vocábulo e tem como correspondência o morfema zero para o gênero, enquanto o “-a” (átono final) é justamente uma oposição ao zero e a marca de feminino. Também segundo o autor, a flexão de gênero se dá com a supressão da vogal temática e o acréscimo da vogal “-a” (átona final). Sendo assim, em pares cuja diferença morfológica está na oposição de /o/ e /a/ final átonos, tem-se morfema zero para a vogal temática “o” e morfema flexional de gênero representado na vogal /a/ átona final.

Câmara Júnior (2011 [1970], p. 89) sintetiza, enfim, que a “a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: O acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: *lob(o) + a = loba; autor +a = autora.*”

Também consoantes às lições de Rocha (2008, p. 103) a derivação sufixal “consiste na anexação de um sufixo a uma base” e apresenta “uma relação de regularidade que se estabelece entre uma base e um produto” e, segundo Monteiro (2002 [1986], p. 142), com a sufixação “o vocábulo primitivo aumenta seu volume fonético” e, como processo de formação de nomes próprios, ainda segundo Monteiro (2002 [1986], p. 206), “em geral, os derivados por sufixação são diminutivos de prenomes consagrados” conforme se observa em *Mari(a)/Mari+eta*, *Antôni(a)/Antoni+eta*, *Carmel(a)/Carmel+ita*.

O Quadro 2, abaixo, apresenta uma segmentação morfológica com os dados relativos às realizações do par Paulo/Paulleth:

Quadro 2 - Segmentação do prenome Paulo e do nome artístico Paulleth.

Vocábulo	MD (prefixo)	Rz (Raiz)	MD (sufixo)	VA	VT	MFG
Paulo		paul			o	Ø
Paula		paul				e
Paulete		paul	ete	e	e	

Fonte: elaborado pelas autoras.

MD-Morfema Derivacional; VA-Vogal Atemática; VT-Vogal Temática; MFG-Morfema Flexional de Gênero.

No caso em tela, o processo de formação do feminino baseado na forma não marcada “Paulo” se dá com a supressão da vogal temática “o” seguida de acréscimo de vogal temática “a” formando o feminino “Paula”. Já na formação do nome artísticos “Paulleth” em oposição ao prenome “Paulo” percebe-se a supressão do morfema zero e o acréscimo mórfico do morfema “+ete”, morfema predominantemente característico de diminutivo feminino, à forma de base “paul”, originando o prenome “Paulete”, que foi estilizado ortograficamente através da duplicação da consoante lateral /l/ e da substituição da vogal átona final /i/ pela consoante não sonoro em Português Brasileiro /h.

Em relação à ortografia das renomeações, os nomes artísticos foram consultados, em primeiro momento, no *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* de Guérios (1981), em seguida, no *Dicionário de nomes: todos os nomes do mundo* de Oliver (2013), e, por fim, no endereço eletrônico www.ibge.gov.br, dentro da plataforma *Nomes do Brasil*, no entanto, os nomes dispostos apenas nesse ambiente virtual não foram considerados como dicionarizados. Destacamos que alguns nomes não constam dos referidos dicionários e da referida plataforma, o que, *à priori*, pressupõe se tratar de novas criações ou de nomes que ainda não se popularizaram no arcabouço antroponímico brasileiro.

Os nomes coletados foram considerados, em segundo momento, na categoria de “usuais do PB” dividida nas subcategorias “dicionarizado”, que são nomes consagrados pelo PB e utilizados com naturalidade por brasileiros e sem referência a outras língua; “variante dicionarizada”, que são nomes dicionarizados ou já popularizados que seguem ortografia padrão do PB, mas que diferem no contexto fonológico e nomes com “ortografia estilizada”, que são nomes dicionarizados ou já popularizados que seguem ortografia padrão do PB, mas que adotam ortografias estilizadas embora mantenham o mesmo padrão fonológico dos prenomes dicionarizados ou já popularizados, e na categoria “não usuais do PB”, dividida nas subcategorias “nova criação” que são pré-nomes não dicionarizados e não popularizados no PB e “origem estrangeira”, que são nomes cujo padrão ortográfico não correspondem ao padrão ortográfico do PB sendo, possivelmente, importados de outras línguas.

Conforme demonstraremos no Quadro 3, abaixo, alguns fenômenos coocorrem.

Quadro 3 - Amostragem de nomes “usuais do PB” e “não usuais do PB”.

Nome Artístico	Usual no PB			Não usual no PB	
	Dicionarizado	Variante dicionarizada	Ortografia estilizada	Nova criação	Origem estrangeira
Alessia Gioia ***	Alécia **		X		
Ariella Fernanda ***	Ariela **		X		
Gabriely Facchini ***	Gabriele ** Gabriela*	X	X		
Paulleth Top Diva	Paulete **		X		
Potty Paolla Palloma					X

Fonte: elaborado pelas autoras

*Guérios (1981) - ** Oliver (2013) - *** www.ibge.gov.br/nomes (acesso em 17 fev. 2019)

NE - Não Encontrado

Fundamentados nas classificações apresentadas no Quadro 3, obtivemos os dados percentuais constantes da Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 – Distribuição percentual da categoria Usual e Não usual do PB e subcategorias.

Categoria	Usuais do PB		Não usuais do PB	
	Quant.	Porcentagem (%)	Quant.	Porcentagem (%)
Nomes artísticos	4	80%	1	20%
Total	4	80%	1	20%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Da leitura conjunta dos dados totais constantes da Tabela 3, acima, e do Quadro 3, que a antecede, observa-se que, do total de cinco nomes amostrados, o maior percentual, isto é, 80%, encaixa-se na categoria de nomes “usuais do PB”. Percebe-se, ainda que o menor percentual, isto é, 20% se encaixam na categoria de nomes “não usuais do PB”, quando considerados os nomes em sua composição por nomes duplos.

Por sua vez, quando considerada a categoria de nomes “usuais do PB”, subdividida nas categorias de nomes “dicionarizado”, “variante dicionarizada” e “ortografia estilizada”, a Tabela 4, abaixo, demonstra os percentuais distribuídos em subcategorias:

Tabela 4 – Porcentagem das subcategorias encontradas na categoria “usuais do PB”.

Categoria	Usuais do PB					
	Dicionarizado		Variante dicionarizada		Ortografia estilizada	
	Quant.	Porcentagem (%)	Quant.	Porcentagem (%)	Quant.	Porcentagem (%)
Nomes artísticos	-	-	1	20%	4	80%
Total	0	0%	1	20%	4	80%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Dos nomes apresentados em nosso corpus, observa-se na Tabela 4, acima, que nomes dicionarizados parecem não ser adotados por artistas *drag queens* ao passo que a grande maioria opta por nomes com ortografia estilizada.

Sobre a ortografia estilizada de nomes personativos, Massini-Cagliari (2011, p. 798) afirma que, algumas vezes ela atribui aos nomes um “caráter estranho” e que “muitas vezes, o caráter ‘estranho’ atribuído a alguns nomes reside apenas na ortografia, uma vez que se trata de nomes já bastante utilizados em solo brasileiro” e que “a forma ortográfica adotada pode ser um índice da adaptação de nomes estrangeiros, inclusive no caso de nomes próprios.” A autora destaca ainda que alguns nomes “não tão comuns em termos de uso, podem ser considerados dentro desse mesmo grupo, uma vez que não apresentam padrões estranhos ao PB, em termos de fonologia” e cita como exemplos antroponímicos os nomes *Deborah Christina Thais Maryanna Wanya Michell, Anniely, Yuri*.

Segundo Macedo (2015, p. 94), nomes com ortografia estilizadas são nomes que “ao invés de seguirem o padrão da ortografia da língua portuguesa previsto pela Gramática Normativa, tiveram as marcas estilísticas de seus criadores expressas”.

Percebe-se, assim, a estilização ortográfica do nome artístico Alessia Gioia, cujo primeiro prenome é estilização ortográfica do prenome “Alécia”, Ariella Fernanda, cujo primeiro nome é estilização ortográfica do nome “Ariela”, que por sua vez é formado de sufixação da vogal átona /a/ à forma de base “Ariel” e, também conforme já analisado anteriormente, do nome artístico “Pulleth Top Diva”, cujo primeiro nome é estilização ortográfica do prenome “Paulete”. Observa-se ainda, a ocorrência de estilização ortográfica de nome variante já dicionarizado em Gabriely, que se trata de uma estilização da variante Gabriele que, por sua vez, é variante do nome dicionarizado “Gabriela”.

Já quando considerada a categoria de nomes “não usuais do PB”, subdividida nas categorias de nomes “nova criação”, “origem estrangeira” temos os percentuais constantes da Tabela 5, abaixo:

Tabela 5 – Porcentagem das subcategorias encontradas na categoria “não usuais do PB”.

Categoria	Não usuais do PB			
	Novas criações		Origem estrangeira	
Subcategorias	Quant.	Porcentagem (%)	Quant.	Porcentagem (%)
Nomes artísticos	-	-	1	20%
Total	0	0%	1	100%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Ainda da leitura dos dados totais da Tabela 3, percebe-se que, do total de cinco nomes amostrados, o menor percentual, isto é, 20% se encaixam na categoria de nomes “não usuais do PB”, e dentro dessa categoria, a totalidade dos nomes apresentam alguma origem estrangeira, em especial quando considerados os nomes em sua composição por nomes duplos.

Sobre a estilização ortográfica e a composição de nomes duplos, estudo de Taiana Grespan (2014) intitulado *Antroponímia de Toledo – Paraná – 1954-2004: aspectos inovadores* procurou compreender a forma como os habitantes de Toledo, no estado do Paraná, nomeiam seus filhos. Baseando-se nos pressupostos da Antroponomástica, Grespan procedeu, no referido estudo, à análise de 600 nomes registrados entre os anos de 1954 e 2004. A pesquisadora concluiu que a comunidade toledense apresenta alguns comportamentos inovadores, “em virtude do súbito aumento de frequência” quanto à nomeação dos filhos como a escolha de nomes duplos ou de modificadores como “y, ll, nn, th, ph, dentre outros” como Will, Wendell, Annalys, Ágatha, Raphael. Assim, o estudo desenvolvido por Grespan reforça, segundo a autora, a hipótese de que o nome pode revelar as características culturais de uma comunidade.

Sobre a formação de antropônimos compostos, e com base nas lições sobre formação de palavras, Souza (2009) estudou a formação de nomes compostos personativos e a formação de nomes compostos simples e, à semelhança de Monteiro (2002 [1986], p. 205), concluiu que os comportamentos de ambos se assemelham.

Utilizando critérios morfológicos e sintáticos, Souza (2009, p. 131) observou que, no caso da composição de nomes simples, a composição morfológica pode ser definida

como "um processo de formação de palavras que pode dar origem a uma estrutura de modificação, por adjunção à esquerda, sendo binárias e tendo o núcleo à direita", formando-se pela combinação de classes gramaticais "S (substantivo) +S / S+A (adjetivo) / A+S / V (verbo) + S / S+V / S+de+S"; e a composição sintática pode ser definida, segundo Souza (2009, p. 131) como "uma estrutura coordenada por conjunção (adjunção simétrica), em que é possível admitir que todos os radicais coordenados pertencem a uma mesma categoria sintática".

No entanto, a autora ressalta que em virtude do esvaziamento semântico sofrido pelos antropônimos, a sua composição em mais de uma base não configura como mudança de significado, razão pela qual, segundo a autora, os nomes compostos não figuram em dicionários, ainda que antropônimos, como se observa na maioria dos nomes simples.

Fundamentada nessa interpretação, a autora ressaltou que os antropônimos compostos são, na verdade, nomes duplos, e isso, segundo a autora, por dois motivos:

primeiro, nada impede que todos os antropônimos de uma língua sejam duplos, contudo, não parece ser plausível que todos os nomes comuns de uma língua sejam formados por composição; nem sempre os nomes próprios duplos representam uma ideia única é autônoma. Além disso, não se pode propor que os chamados nomes duplos sejam dicionarizadas, enquanto os nomes comuns compostos, em sua maioria, o são (SOUZA, 2009, p. 133)

Em nossa pesquisa, encontramos os nomes duplos Potty Paolla Palloma e Paulleth Top Diva. Em ambos os casos, os prenomes finais não são usuais do Português Brasileiro.

No artístico "Potty Paolla Palloma", observa-se um formação de três prenomes de origem estrangeira, em que o primeiro prenome apresenta característica de origem inglesa e os dois últimos prenomes apresentam origem italiana.

Já no nome artístico “Paulleth Top Diva” tende a divergir das colocações de Mexias-Simon e Oliveira (2004, p. 13) que, ao apresentarem considerações sobre a significação dos nomes próprios, afirmam que eles “não apresentam um significado descritivo capaz de identificar o referente”, uma vez que se pode perceber que se tomarmos como referência o nome artístico em tela, temos que a ausência de significado não seja uma regra visto que na formação “Top Diva” o verbete onomatopaico “top”, embora se trate de um substantivo de origem inglesa incorporado ao Português Brasileiro como referente de “corpete sem alça”, conforme disposto no *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras* (2011, p. 1241), conota, conforme dispõe o *dicio-dicionário on line do português*⁵, “boa qualidade, coisa boa” e o verbete “diva”, por sua vez, conota, conforme dispõe o *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras* (2011, p. 452) “1. deusa, divindade; 2. atriz ou cantora notável” e, no *dicio-dicionário on line do português* o significado está relacionado a adjetivações e adjetivos como “mulher brilhante, diferente, incomum, perfumada, bonita, sexy, inteligente”.

5 Considerações finais

Este estudo buscou, por meio de análise de prenomes e de nomes artísticos de *drag queens* investigar as relações linguístico-morfológicas decorrentes da adoção de nomes artísticos por *drag queens* em substituição ao prenome desses sujeitos.

Como objetivos secundários, dedicamo-nos a investigar se as renomeações guardam semelhança morfológica com os prenomes e se ocorre estilização ortográfica.

Trabalhamos com a hipótese de que o nomes artísticos poderiam apresentar uma identidade morfológica com o prenome (por exemplo, troca do feminino pelo masculino do mesmo nome e vice-versa), bem como com a hipótese de possibilidade de estilizações ortográficas e de inspirações estrangeiras que possam agradar às

⁵ Disponível em: www.dicio.com.br, acesso em: 20 de mar. de 2019.

peessoas que adotam nomes artísticos em virtude da sua funcionalidade ou da expressão de gênero em suas atividades profissionais.

No que tange à identidade morfológica entre os nomes artísticos analisados e os prenomes, constatou-se que apenas 20% das artistas *drag queens* escolhem nomes artísticos com identidade morfológica com o prenome.

Em relação aos processos formadores de antropônimos que apresentam identidade morfológica entre si, o único processo utilizado na formação dos nomes analisados foi a derivação, e esse processo, ainda assim não resultou significativo visto que seu uso se deu em apenas 20% dos nomes coletados.

Em relação à ortografia dos nomes artísticos analisados, foi possível observar que o maior percentual, ou melhor, 80% se encaixa na categoria de nomes “usuais do PB” e que o menor percentual, isto é, 20% se encaixa na categoria de nomes “não usuais do PB”. Dentro do que categorizamos como nomes “não usuais do PB”, constatamos que a totalidade se encaixa na subcategoria de “origem estrangeira” em especial quando considerados em sua composição por nomes duplos.

Em relação à estilização ortográfica, nossa pesquisa constata que, majoritariamente, os nomes artísticos analisados neste estudo são nomes que apresentam estilização ortográfica bem como duplicação de consoantes e inserção de grafemas com vistas a diferenciá-los, ortograficamente, de variantes comumente utilizadas.

Tal escolha sugere que as artistas *drag queens* em foco na nossa pesquisa, ao expressarem na escolha do seu nome artístico a funcionalidade de gênero, intentam marcar no seu nome, não apenas uma individualização, mas também uma unicidade, nomeando-se, a exemplo de artistas que não representam funcionalidade de gênero, com nomes que não são populares e que atraem para si a atenção, seja pela sonoridade, seja pela representação ortográfica, de forma a destacar-se entre os seus seguidores como se observa nos nomes que deram fulcro à nossa análise e que pouco, ou nada, se

diferenciam, *à priori*, da representação linguística de nomes artísticos de inúmeras personalidades públicas e seu emprego se dá, quase sempre, com o uso de nomes compostos a exemplo de artistas *drag queens* já consagradas que adotam pseudônimos como Pablo Vittar, Glória Groove, Léo Áquila, Loreley Fox, Bianca Del Rio, Silvetty Montilla e Nany People comportando, inclusive, carga semântica.

Referências

AMARAL, E. T. R. **Nomes próprios**: análise de antropônimos do espanhol escrito. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMARAL, E. T. R. Antropônimos do Português Brasileiro. **Alfa**, v. 55, n. 1, p. 63-82, São Paulo, 2011.

BECHARA, E. C. **Dicionário escola da Academia Brasileira de Letras**: língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2017.

BUTLER, J. P. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, G. (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

BUTLER, J. P. Actos performativos e constituição de gênero: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: MACEDO, A. G.; RAYNER, F. (org.). **Gênero, cultura visual e performance**: análise crítica. Húmus, 2011.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1999.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 43. ed. Petrópolis: Vozes, [1970] 2011.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, [1997] 2011.

CANDAU, V. M. (org). **Sociedade, educação e cultura(s)**: questões e propostas. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, [1978] 2014.

GRESPLAN, T. **Antroponímia de Toledo-Paraná – 1954-2004**: aspectos inovadores. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: Conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans. Acesso em: 04 ago. 2017.

JESUS, J. G. **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2. ed, Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MACEDO, N. Z. **Análise fonológica de nomes próprios de origem estrangeira e novas criações em Português Brasileiro**. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP, Araraquara, 2015.

MASSINI-CAGLIARI, G. Escrita ideográfica e escrita fonográfica. *In*: MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p. 21-31.

MASSINI-CAGLIARI, G. Adaptação de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre português arcaico e português brasileiro. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 795-807, mai-ago, 2011.

MEXIAS-SIMON, M. L.; OLIVEIRA, A. M. **O nome do homem**: reflexões em torno dos nomes próprios. Rio de Janeiro: H.P. Comunicações, 2004.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, [1986] 2002.

OLIVER, N. **Dicionário de nomes**: Todos os nomes do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: BesBolso, 2013.

PASQUES, L. Teorias do escrito na ortografia da Academia. *In*: CATACH, N. (org.). **Para uma teoria da língua**. Editora Ática, 1996.

ROCHA, L. C. de A. **Estruturas morfológicas do português**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, M. D. **Variantes ortográficas propriamente ditas**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

SOUZA, A. C. A recorrência de Anas e de Antônios na formação dos nomes duplos na antroponímia baiana. *In*: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; GOMES, L. (org.). **Novos tons de rosa**. Salvador. EDUFBA, 2009. p. 129-141.

SOUZA-e-SILVA, M. C. P.; KOCH, I. V. **Linguística aplicada ao Português: morfologia**. 18. ed, São Paulo: Cortez, 2014.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, [2004] 2011.

ZANOTTO, N. **Estrutura mórfica de língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Educs, 2006.

Artigo recebido em: 25.05.2019

Artigo aprovado em: 11.10.2019

“São todos nomes de demônios!”: fenômenos do signo toponímico nos nomes das ruas do Jardim Sucupira e seus efeitos

"Are all names of demons!": phenomena of the toponymic sign in the names of the streets of the Jardim Sucupira and their effects

Natália Oliveira NASCIMENTO*
Rita de Cássia Ribeiro de QUEIROZ**

RESUMO: O presente artigo trata de um recorte da dissertação intitulada “De Oxumaré à Rosa de Sarom: a influência religiosa na substituição dos topônimos das ruas do Loteamento Jardim Sucupira em Feira de Santana - BA”¹. Neste artigo objetivamos apresentar os fenômenos ocorridos nos signos toponímicos das ruas do Loteamento Jardim Sucupira, em Feira de Santana-BA, e seus efeitos. O referido loteamento é portador do conjunto lexical com quinze nomes de rua com étimo dividido entre as línguas *banto*, *iorubá* e *fon*, constituindo nosso *corpus*, coletado no *Google maps* e no catálogo da Telecomunicações da Bahia S.A - Telebahia, o qual apresenta o fenômeno da opacidade, com mais recorrência, e o fenômeno da fossilização. No desenvolvimento deste artigo recorreremos ao estudo de Carvalhinhos e Antunes (2007), que trata dos fenômenos do signo toponímico, assim como utilizamos a colaboração da toponimista Dick (1990)

ABSTRACT: The present article deals with a cut of the dissertation entitled "From Oxumaré to the Rose of Sarom: the religious influence in the replacement of the street names of the Jardim Sucupira Loteamento in Feira de Santana - BA". In this article we aim to present the phenomena that occurred in the toponymic signs of the streets of Loteamento Jardim Sucupira, in Feira de Santana-BA, and their effects. This subdivision is the bearer of the lexical ensemble with fifteen street names with the last one divided between the Banto, Yoruba and Fon languages, constituting our corpus, collected in Google maps and in the Telecommunications catalog of Bahia SA -Telebahia, which presents the phenomenon of opacity, with more recurrence, and the phenomenon of fossilization. In the development of this article we resorted to the study by Carvalhinhos and Antunes (2007), which deals with the phenomena of the

*Mestre em Estudos Linguísticos UEFS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0835-4754>. nata.nascimento29@gmail.com

**Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela USP. Professora Plena UEFS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8698-3367>. rcrqueiroz@uol.com.br

¹Dissertação defendida pela autora Natália Oliveira Nascimento, no dia 21/02/2019, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana.

sobre a opacidade e a fossilização ocorridas nos topônimos.

toponymic sign, as well as the collaboration of toponymist Dick (1990) on opacity and fossilization that occurred in toponyms.

PALAVRAS-CHAVE: Topônimos. Fenômenos do signo toponímico. Loteamento Jardim Sucupira. Feira de Santana-Ba.

KEYWORDS: Toponyms. Phenomena of the toponymic sign. Jardim Sucupira Allotment. Feira de Santana-Ba.

1 Introdução

Raramente há uma reflexão da população sobre o significado dos nomes próprios atribuídos aos lugares, dessa forma, também não é importante saber sobre as mudanças ou substituições sofridas por esse tipo de *onoma*. Porém, nossas atitudes, crenças e tradições interferem diretamente na língua e conseqüentemente na nomeação dos lugares, sendo responsável pelos principais fatores que transformam o conjunto lexical toponímico de uma determinada comunidade.

Os topônimos do Loteamento Jardim Sucupira, em Feira de Santana-BA, remetem às línguas africanas, como: a *iorubá*, a *fon* e as línguas *bantas*. Essas no Brasil, especificamente na Bahia, fazem parte da chamada "língua de santo" utilizada na liturgia do candomblé. Logo, as questões direcionadas à essa religião de matriz africana, como o preconceito e o racismo velados, transbordam sobre tais signos toponímicos, conduzindo os moradores do supracitado loteamento a entenderem os referidos topônimos como "nomes de demônios", o que causa a transformação e, como constatado no presente estudo, a substituição desses signos por outros, como os que se enquadram na religião judaico-cristã, mais aceita pela sociedade brasileira.

A partir dessa breve reflexão surgiram as seguintes indagações: o que motivaria uma comunidade a categorizar como "nomes de demônios" os nomes de rua com etimologia das línguas africanas, os quais fazem parte da liturgia do candomblé? Apenas abordando as questões histórico-culturais da comunidade é possível explicar a estigmatização que conduziu à substituição desses topônimos? Para responder a

essas perguntas fizemos um estudo no intuito de compreender as características do signo onomástico, enfocando os traços do signo toponímico, como a motivação abordada por Dick (1990), inerente a esse signo, depois tratamos sobre os fenômenos da opacidade, da fossilização, da cristalização e do esvaziamento semântico presentes nos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira.

2 Pressupostos teóricos

Para Saussure (1993, p. 81), "O signo linguístico é arbitrário" em relação ao seu significado. O autor enfatiza que "A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala [...]" (SAUSSURE, 1993, p. 83), pois apenas um indivíduo não é capaz de realizar a mudança do signo linguístico, pois, sendo ele social, tem um traço convencional que depende da aceitação da comunidade linguística para sua implantação ou mudança. Nesse sentido, o autor segue afirmando que "[...] o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade" (SAUSSURE, 1993, p. 83), fato incompatível com a essência do signo toponímico, o que veremos mais adiante com os conceitos apresentados por Dick (1990). Entende-se assim que Saussure (1993) atribui a arbitrariedade do signo ao fato de que na criação da palavra, isto é, na lexemização o significante muitas vezes não está relacionado a uma motivação natural que identifique o que foi nomeado.

Porém, o próprio Saussure (1993) atenua o princípio da arbitrariedade do signo, fazendo uma distinção entre o que é absolutamente arbitrário e o que é relativamente arbitrário (FIORIN, 2003, p. 62). Assim como o dezanove, que é composto por dez + nove, sendo um signo formado por outros signos portando um traço relativamente arbitrário, os signos toponímicos vêm de outros signos, portanto se enquadrariam na concepção de Saussure (1993) como relativamente arbitrários ou motivados, conforme a concepção de motivação dada por Martelotta e Wilson (2015), que apresentam a

noção de arbitrariedade da seguinte maneira: baseia-se no princípio da convenção, em que não há relação entre o som da palavra e a coisa designada. Enquanto a noção de iconicidade ou motivação é apresentada da seguinte forma: está baseada nos motivos refletidos na estrutura das palavras, apresentando uma relação natural entre os elementos linguísticos e os sentidos expressados por eles.

Ainda sobre a arbitrariedade, Martelotta e Wilson (2015, p. 75) afirmam que:

[...] as palavras nas quais há uma arbitrariedade relativa são caracterizadas como casos de *motivação*. Podemos definir motivação como a relação de necessidade estabelecida entre uma palavra e seu sentido ou, aproveitando a própria estrutura do termo, como um fenômeno característico de determinadas palavras que refletem um *motivo* para assumirem uma forma em vez de outra.

Martelotta e Wilson (2015) consideram que as noções de arbitrariedade e motivação ou iconicidade não são exclusivas, mas sim pontos de vista diferentes sobre um mesmo aspecto. Dessa forma, inferem que na visão da linguística funcionalista e sob os princípios teóricos que caracterizam a linguística cognitiva, as concepções de arbitrariedade e iconicidade ganharam novos contornos, pois a língua passou a ser observada como o reflexo do comportamento de seus usuários em situações reais de comunicação. Nesse sentido, esta é uma concepção dinâmica em que a linguagem é concebida como um elemento criador de significação nos diferentes contextos de uso.

O uso da língua nas situações reais de comunicação sugere que estamos constantemente adaptando as estruturas linguísticas para se tornarem mais expressivas nos contextos em que as empregamos. Isso ocorre porque, por um lado, as formas muito frequentes na língua acabam perdendo seu grau de novidade, ou seja, sua expressividade. Por outro lado, o homem muda e, com ele, muda também o ambiente social que o cerca (MARTELOTTA; WILSON, 2015, p. 77).

Esse processo de adaptação linguística conforme a expressividade nos diferentes contextos é percebido nos topônimos por meio dos fenômenos da

opacidade, da fossilização e do esvaziamento definidos por Carvalhinhos e Antunes (2007), sofridos pelos signos toponímicos no decorrer do uso lexical, sobre os quais discorreremos melhor no próximo ponto.

2.1 O signo na Toponímia

O signo toponímico resulta da percepção que o homem tem da realidade circundante, assim é carregado de motivações presentes na relação entre o denominador, o locativo e o logradouro. Esse configura um lugar, isto é, o topônimo marca a existência de um local antes desconhecido, referenciando-lhe e organizando-o conforme a percepção e a motivação dele extraída.

Nesse sentido, em sua tese, a toponimista Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) objetivou estruturar os motivos ou as fontes geradoras dos nomes de lugares que compõem o quadro amplo da motivação toponímica. Para a autora, o signo linguístico em função toponímica é essencialmente motivado, sendo esta uma das suas principais características.

Segundo Dick (1990, 1992), a motivação toponímica apresenta dois aspectos, em dois momentos diferentes, a saber: na intencionalidade que anima o denominador, levando-o à escolha de um determinado nome para um acidente geográfico; e na própria origem semântica da denominação, o que pode envolver procedências das mais diversas. Logo essas duas modalidades configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas.

Sobre os fatores que influenciam a criação do nome do lugar, assim como Dick (1990, 1992), Isquardo (2012) apresenta a intencionalidade do denominador junto às características de seu grupo, mais outros dois fatores: motivações ambientais, que unem o olhar do denominador às suas expectativas sobre a área nomeada (podendo ser esta um rio, uma montanha ou qualquer outro acidente) e as condições da produção na criação do nome.

Complementar à ideia apresentada por Dick (1990), está a noção de linearidade do signo abordada por Fiorin (2003), na qual os signos são produzidos uns depois dos outros, seguindo uma sequência temporal e espacial. Na linearidade há a conotação e a denotação, a primeira pode ser formada na relação existente entre o significado acrescentado e o significado já presente no signo denotado. Dessa forma, o signo toponímico pode ser classificado como um signo conotado, pois é formado por um signo portando um significado já existente que adquire um novo por meio da percepção ou intencionalidade que o homem teve ao denominar um determinado local. Segundo Fiorin (2003), o signo conotado apresenta dois mecanismos, a metáfora e a metonímia. O primeiro é o acréscimo de um significado a outro, isto é, há uma relação de semelhança e intersecção entre eles. Já na metonímia, além do acréscimo de um significado a outro, há uma relação de contiguidade, de coexistência e de interdependência. Porém, o signo toponímico mais se enquadra no conceito do signo conotado com mecanismo metafórico, porque a formação desse é proveniente da intersecção existente entre um signo com um pré-significado e um novo significado aplicado a este, entre os quais há traços em comum. Nesse sentido, "[...] cada língua conota diferentemente e, por isso, a maneira de ver o mundo varia de língua para língua" (FIORIN, 2003, p. 68). Assim, os signos toponímicos também apresentam uma singularidade quanto à sua conotação conforme a motivação em cada comunidade, visto que "[...] signo é toda produção humana dotada de sentido" (FIORIN, 2003, p. 68).

Para Dick (1990, p. 41), a ideia de identificação de algo ou dos seres:

[...] não deveria ser aceita com rigor, nas ciências onomásticas. Pois, tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais.

Nesse sentido, Dick (1990) define que o nome em função toponímica, quando há a ausência do motivo determinante da sua formação, este pode ser caracterizado como um fóssil linguístico, tendo sua importância para os estudiosos toponímicos por ser fonte de conhecimento tanto da língua falada em uma determinada região, como das ocorrências geográficas, históricas e sociais testemunhadas pelo povo que habitou tal localidade. Logo, os topônimos de origem africana que compõem o *corpus* pesquisado funcionam como um fóssil linguístico e têm o papel revelador desses aspectos, especificamente os aspectos históricos e sociais.

Quando o signo toponímico perde os sinais da motivação ou não mais estabelece uma relação entre o que foi nomeado, ocorrem os fenômenos linguísticos descritos por Carvalhinhos e Antunes (2007) como a fossilização, a opacidade e o esvaziamento, esses, ao serem analisados, esclarecem alguns aspectos tanto do nome de lugar, que muitas vezes apresenta modificações sofridas com o tempo, quanto da localidade denominada.

O topônimo adquire opacidade quando se desconhece a língua em questão, o que acarreta a não decodificação desse, e possivelmente sucederá em uma mudança; o tempo e a sobreposição de camadas linguísticas, também, influenciam na opacidade do locativo. O fenômeno da fossilização ocorre no signo toponímico quando não há mudança após sua criação, ocorrendo assim uma cristalização, em que o locativo conserva exatamente os mesmos elementos linguísticos do momento da denominação; semanticamente esse fenômeno se resume ao esvaziamento. Sobre tais fenômenos, Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 115-116) complementam que "[...] a partir do momento em que a língua oral muda e também o meio ambiente se transforma, provavelmente o referencial físico que elucidaria o significado não mais existe, o que inviabiliza ou pelo menos dificulta a reconstrução etimológica".

Dick (1990, 1992) já apresentava a opacidade e a fossilização, que é a ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação, como características

adquiridas pelo topônimo, nesse viés, Dick (1990, p. 44) apresenta uma característica positiva da cristalização semântica decorrente da fossilização, pois acredita que:

Relativamente ao Brasil, a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância. Isto ocorre principalmente quando se trata da reconstituição de falares indígenas já extintos, como aconteceu com o Tupi Quinhentista, no dizer de Anchieta a língua mais geral usada na costa do país, no século XVI.

Especificamente neste trabalho, a reconstituição dos falares africanos por meio do léxico toponímico se constitui como uma verdadeira extração, pois, como acreditamos, evidencia aspectos históricos, culturais e linguísticos dos africanos escravizados no período da colonização não só da cidade de Feira de Santana, assim como do estado da Bahia.

Enfatizamos que não há uma relação de descrição entre os topônimos que compõem nosso *corpus* e o logradouro batizado, assim o relacionamos melhor ao aspecto cultural de tais localidades. Tal aspecto, que inclui o conteúdo semântico observado dos nomes de lugares, contribui para a classificação toponomástica que realizamos dos nomes das ruas.

Quanto aos termos formadores do signo toponímico, Dick (1992) postula que são basicamente dois: o termo genérico e o termo específico. O primeiro denomina o acidente geográfico ou humano nomeado pelo topônimo e o segundo relaciona-se ao denominativo, o que particulariza, singulariza e identifica, isto é, refere-se ao nome que batiza o acidente, fazendo relação da motivação ou não com o meio denominado.

Para além do estudo do topônimo como signo linguístico, a Toponímia se ocupa da análise e compreensão dos elementos que interferem na conduta humana no ato da denominação de lugar. Dessa forma, interessa à análise toponomástica os aspectos linguísticos, o que envolve os fatos culturais e históricos contemporâneos à nomeação

de um determinado lugar. Mas, o *corpus* lexical toponímico por nós estudado passa por um processo de substituição de forma que será necessário fazer um duplo estudo, de "ontem" e de "hoje", para a compreensão da motivação de tais mudanças.

Ainda sobre a motivação toponímica, Dick (1990) afirma que há dois pontos de vista, a saber: aquele do denominador e das razões que o levaram a selecionar uma das possibilidades de denominação para responder às necessidades momentâneas de opção, e o da natureza do produto dessa escolha ou a substância mesma do topônimo. Mas, o pesquisador toponimista necessita percorrer um caminho que identifique a raiz de tal motivação presente na aplicação do designativo. Logo,

[...] o conjunto das circunstâncias sócio-culturais, em seu mais amplo sentido, que constitui a realidade na qual o denominador se integra, como membro participante de sua dinâmica, poderá facilitar o possível conhecimento dos motivos que o condicionaram, naquele momento preciso (DICK, 1990, p. 50).

O conjunto lexical denominativo das ruas do já referido loteamento apresenta dois momentos de nomeação: o primeiro momento é entendido quando da primeira nomeação toponímica com nomes oriundos da África, provenientes do iorubá, em sua maioria, e o segundo momento, o da substituição dos nomes, ainda em andamento. Como constatamos em nossa pesquisa de campo, já é falecido o nomeador dos logradouros do primeiro momento da denominação do loteamento Jardim Sucupira², assim direcionamos a pesquisa através dos aspectos culturais e sociais, baseando-nos nas informações de moradores da localidade para descrever a motivação toponímica presente nos referidos topônimos. Quanto ao segundo momento, tivemos contato com alguns dos nomeadores das ruas que pretenderam retirar o antigo nome de forma

² Segundo informações coletadas por meio da pesquisa de campo, soubemos que o senhor que nomeou as ruas do loteamento Jardim Sucupira no primeiro momento chamava-se Benivaldo, que era funcionário da Prefeitura de Feira de Santana.

arbitrária. Sendo assim, tivemos acesso direto à motivação dos novos nomes, algo que facilita a nossa apreensão. Essa substituição toponímica, para Dick (1990), pode acarretar uma nomenclatura artificial que se distancia da primeira, a qual traduzia a intencionalidade primeira do denominador quanto ao acidente que identificava.

3 Metodologia

Demarcado como loteamento do bairro Baraúnas em Feira de Santana – BA, o Jardim Sucupira pode ser compreendido como um local periférico da cidade, que apresenta um considerável agrupamento de logradouros antes denominados pelo conjunto léxico oriundo das línguas africanas utilizado nas religiões dessa etnia, a saber: Rua Nanã, Rua Oxóssi Guerreiro, Rua Ogum de Ronda, Rua Omulu, Rua Oxumaré, Rua Xangô, Rua Ifá, Rua Aruanda, Rua Iansã, Rua Iemanjá, Rua Oxóssi Pena Branca, Rua Oxalá, Rua Orixás, Rua Obaluaê e Rua Oxum, sendo um total de 15 topônimos, os quais constituem nosso *corpus*. Porém, entre eles há um grupo toponímico que passa por substituições, a saber: Rua Ogum de Ronda, Rua Xangô, Rua Ifá, Rua Oxumaré, Rua Oxum, Rua Oxóssi Pena Branca e Rua Omulu, que ao ser analisado revelou os fenômenos do signo toponímico por nós abordados.

Para chegarmos ao conhecimento desse conjunto lexical toponímico de origem africana, coletamos um total de 24 nomes de logradouros, extraídos da planta do referido loteamento, encontrada na Secretaria de Planejamento de Feira de Santana – Seplan, e do catálogo da extinta Telebahia (Telecomunicações da Bahia S.A.), pois foram as fontes primárias encontradas para a realização da pesquisa. Logo, realizamos uma pesquisa etimológica desses, com o objetivo de saber a origem de cada topônimo e definir quais deles são oriundos das línguas afros.

Realizamos uma pesquisa descritiva dos topônimos apresentados, baseada na classificação taxionômica de Dick (1990, 1992), sendo assim, para a coleta de dados, foi necessária a realização de entrevistas semiestruturadas no referido loteamento, nas

quais abordamos moradores/informantes com o objetivo de colher informações linguísticas e extralinguísticas que nos ajudassem na pesquisa toponímica das ruas, a saber: nome do informante, atividade que exerce, local da pesquisa, idade do informante, grau de instrução do informante, religião do informante, tempo de moradia no local, data da pesquisa, registro de topônimos e observações gerais, para isso utilizamos a seguinte ficha do informante, adaptada de Valea (2003 *apud* SOUSA, 2013):

Quadro 1 – Ficha do informante.

Nome do informante (código ID)	
Atividade que exerce	
Local da pesquisa (casa ou rua ou local de trabalho)	
Idade do informante	
Grau de instrução	
Religião do informante	
Tempo de moradia no local	
Data da pesquisa	
Registro de topônimos e informações	
Observações gerais	

Fonte: Valea (2003 *apud* SOUSA, 2013) (adaptado).

Considerando que um dos objetivos da pesquisa é a identificação de topônimos atuais e anteriores, preenchemos o espaço reservado ao “Registro de topônimos e informações”, constado na Figura 1, com a resposta da seguinte indagação feita aos informantes no momento da pesquisa: qual é o nome desta rua onde você reside? Dessa forma, utilizamos a resposta do informante para descobrir o topônimo atual e analisar o uso toponímico dos já referidos logradouros.

Para a entrevista da coleta de dados tivemos como critério escolher o morador/informante, maior de 18 anos, com tempo de moradia no loteamento igual ou superior a 9 anos, pois acreditamos que quase uma década é tempo suficiente para

acompanhar o processo de variação e mudança pelo qual passaram e passam os topônimos das ruas de um lugar, além da contribuição para o levantamento histórico do local, que contribui para a descrição toponímica realizada.

4 Resultados

Ao observarmos o referido conjunto lexical toponímico e relacionarmos aos relatos dos informantes/moradores do Loteamento Jardim Sucupira, que se referem aos topônimos de origem africana como “nomes de demônio” e “pesados”, inferimos que esse fato é um produto da opacidade em que não há a decodificação do signo linguístico, pois ignoram a origem iorubá desses nomes, sendo ignorados também os significados desses, logo, alimentam crenças que definem como diabólicas as entidades da religião africana batizadas por esses nomes. Tais crenças geram atitudes negativas, como as substituições dos nomes em questão, pois mais do que negar a existência de uma crença religiosa, negam a influência dos costumes, tradições e cultura do negro na história da comunidade feirense.

Conforme a ideia apresentada por Carvalhinhos e Antunes (2007), inferimos que as transformações tanto da língua oral quanto do meio ambiente podem ser frutos de um referencial antropológico não mais existente, portanto insignificante em determinada localidade, isto é, a partir do momento em que se tem mais igrejas evangélicas em uma comunidade, difundindo a crença cristã que não tolera elementos provenientes das práticas religiosas africanas, especialmente do candomblé, as ideias e a língua do povo de santo deixam de ser referencial antropológico dando lugar às crenças e à linguagem judaico-cristã, como constatado na comunidade do Loteamento Jardim Sucupira.

Enfatizamos que, para além do aspecto social está o linguístico, pois a plenitude de tais nomes se mantém distante do sistema da língua portuguesa, restrito à linguagem do povo de santo. Quanto às transformações do aspecto semântico

produzidas a partir dessa linguagem, Pessoa de Castro (2005) afirma que elas são determinadas pela mudança sociocultural, sendo seus casos mais corriqueiros relacionados à polissemia, em que ocorre uma extensão lógica e gradativa no sentido do vocabulário importado. Para exemplificar tal afirmação, a autora apresenta os termos *ebó*, da família kwa, e *bozó*, da família banto, significando oferenda propiciatória enviada aos deuses, e *despacho*, do português, entendido como o envio. Como as oferendas são despachadas, na linguagem popular da Bahia, para os que são alheios à língua de santo os termos *ebó*, *bozó* e *despacho* começaram a tomar “sentido” de “feitiçarias”, ou seja, os termos relacionados ao ato de envio e às oferendas foram agrupados em um só termo. Por terem um caráter gradual, as transformações seguem ocorrendo e agora na linguagem regional da Bahia as palavras *bozó* e *despacho* adquiriram o “significado” de “feitiçaria” motivado pela conotação pejorativa e anti-religiosa atribuída por meio do parâmetro sociologicamente produzido pelo cristianismo.

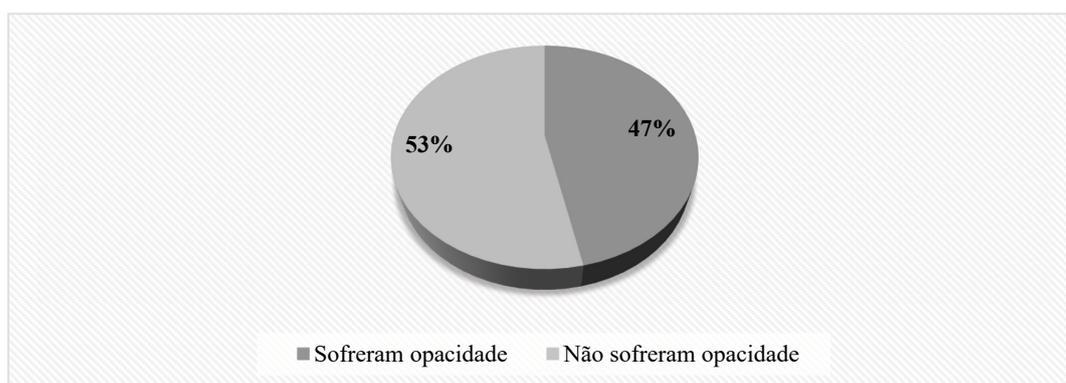
Processo semelhante ocorre na linguagem de um grupo de moradores do Jardim Sucupira, pois os nomes dos orixás, inquices e voduns utilizados como léxico toponímico das ruas do loteamento ganharam pejorativamente o sentido de “nomes de demônios”, podendo ser agrupados em “entidades demoníacas” pelo mesmo motivo que atribuíram o significado de “feitiçaria” aos termos *bozó* e *despacho*. Também associamos a esse fato a noção de linearidade do signo abordada por Fiorin (2003), em que há a conotação, que é formada na relação existente entre o significado acrescentado e o significado já presente no signo denotado, aqui representado pelo significado dos nomes das chamadas línguas de santo africanas.

Ainda sobre os fenômenos como as mudanças de sentido nos termos das línguas africanas, Monadeosi (2015, p. 279) afirma que “[...] perda de significado, criação de novas palavras, empréstimos lexicais estão estreitamente ligados às condições adversas nas quais esses povos reorganizaram o seu *modus vivendi*, trazido

de diferentes regiões do continente africano". Hoje podemos comprovar com este estudo que as condições adversas seguem modificando a língua desses povos no continente americano, especialmente em solo brasileiro.

Logo, constatamos os efeitos dessas transformações semânticas, principalmente da polissemia, também responsáveis pelo fenômeno da opacidade nas substituições de 47% do conjunto lexical toponímico constituinte do nosso *corpus*, a saber: Rua *Ogum* de Ronda, Rua *Oxóssi* Pena Branca, Rua *Oxumaré*, Rua *Xangô*, Rua *Ifá*, Rua *Omolu* e Rua *Oxum*, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Identificação percentual dos topônimos de origem africana que sofreram o fenômeno da opacidade no Jardim Sucupira.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Outro fenômeno presente nos topônimos de origem afro do Jardim Sucupira é o da fossilização, em que não houve mudança ou substituição onomástica, gerando uma cristalização e conseqüente esvaziamento semântico, pois a população que os utiliza não realiza a relação do signo toponímico com o logradouro denominado, pois desconhece seu significado e valor cultural, fato que fomenta a estigmatização e rejeição do topônimo que, como abordado, só é associado à religião do candomblé, estereotipada como diabólica pela cultura judaico-cristã. Sendo assim, inferimos que todos os signos toponímicos do conjunto léxico do loteamento Jardim Sucupira que ainda não passaram pela opacidade, estão condicionados à fossilização, correspondendo aos 53% dos topônimos que não sofreram opacidade, representados

no Gráfico 1, a saber: Rua *Iansã*, Rua *Omulu*, Rua *Orixás*, Rua *Nanã*, Rua *Aruanda*, Rua *Oxóssi* Guerreiro, Rua *Iemanjá* e Rua *Obaluaê*.

Porém, faz-se necessário frisar que os referidos nomes de rua que sofreram a mudança toponímica possivelmente passaram pelo processo da fossilização, depois pela cristalização e pelo esvaziamento semântico, chegando à opacidade e substituição. Sendo assim, podemos afirmar que os oito topônimos com étimo das referidas línguas africanas das ruas do loteamento Jardim Sucupira, que estão fossilizados, percorrem um caminho que os levarão a uma breve fatalidade, isto é, estão a um passo da substituição.

5 Considerações finais

Debruçar sobre os signos toponímicos por meio dos fatos culturais que recaem sobre os fatos linguísticos nos fazem compreender em plenitude os efeitos dos fenômenos nesses signos. Assim, pudemos comprovar que o trato preconceituoso, sociologicamente difundido no Brasil e na Bahia, direcionado aos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira, faz seus moradores atribuírem uma atitude antirreligiosa aos topônimos com léxico da chamada língua de Santo, considerando aceitável apenas as ideias advindas da cultura judaico-cristã, justificando assim a redução dos nomes dos *orixás*, *inquices* e *voduns*, pertencentes ao candomblé, a “nomes de demônios”.

A intersecção das questões que permeiam a história e a cultura da comunidade do loteamento feirense, que utiliza o conjunto léxico toponímico oriundo das línguas africanas, nos revelou que não há a decodificação das línguas *iorubá*, *fon* e *bantas*, que originaram o léxico toponímico do supracitado loteamento, sendo a substituição toponímica o efeito dos fenômenos da opacidade e da fossilização sofridos pelos nomes das ruas do Jardim Sucupira.

Ressaltamos que ao longo deste trabalho não foi nosso objetivo debater ou defender qualquer segmento religioso, mas se fez necessário passear pelas questões que circundam as religiões de matriz africana apenas para demonstrar os traços extralinguísticos no conjunto lexical estudado. Sendo assim, atribuímos a importância desse aos estudos linguísticos direcionados à conservação das bases linguísticas que compõem a matriz toponímica brasileira, composta pelos estratos das línguas portuguesa, indígenas e africanas.

Referências

- CARVALHINHOS, P. J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. **Cadernos do CNLF**, v. 11, n. 3, p. 108–121, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001640939>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos**. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.
- FIORIN, J. L. A teoria dos signos. *In*: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, p. 55-74, 2003. v. 1.
- ISQUERDO, A. N. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. **Cahiers de lexicologie: dynamique de la recherche en lexicologie, lexicographie et terminologie au Brésil**, Paris, v. 2, n. 101, p. 15-35, 2012.
- MARTELOTTA, M. E.; WILSON, V. Arbitrariedade e iconicidade. *In*: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 72-85.
- MONADEOSI, I. Línguas africanas no candomblé. *In*: PETTER, M. (org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 251-280.
- PESSOA DE CASTRO, Y. **Falares africanos na Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

SOUSA, A. M. de. Para a aplicação da toponímia na escola. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 2, p. 294-306, 2013.

Artigo recebido em: 13.05.2019

Artigo aprovado em: 29.10.2019

Onomástica Ficcional: *status quo* no Brasil

Fictional Onomastic: *status quo* in Brazil

*Amanda Kristensen de CAMARGO**

RESUMO: Este artigo busca descrever o contexto atual das pesquisas em Onomástica Ficcional no Brasil, bem como ilustrar corpus inexplorados que seriam gratos à pesquisa contemporânea na área. Considerando as pesquisas do Léxico, a Onomástica Literária (ou Onomástica Ficcional) nos domínios científicos luso-brasileiros, ainda é uma disciplina em ascensão, cujos pressupostos teóricos – transformados ao longo de sua origem – precisam ser revisitados, restabelecidos e constantemente aplicados em corpus de linguagens ficcionais diversificadas. De acordo com Altman (1981), a Onomástica Literária seria uma especificidade do Criticismo concentrada nos níveis de significação do nome na Literatura; passados quase quarenta anos, Eckert e Röhrig (2018) e Camargo (2018) têm demonstrado em solos brasileiros que a Onomástica Literária não apenas auxilia na Análise Literária como possibilita meios de comparação da função e status do signo onomástico em sociedade e nas mais diversas linguagens ficcionais, contribuindo, pois, para a percepção de fenômenos sócio-onomásticos, estético-ficcionais e identitários.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica Literária. Onomástica Ficcional. Léxico.

ABSTRACT: This article tries to describe the current context of the researches in Fictional Onomastics in Brazil, as well as to illustrate unexplored corpus that would be grateful to the contemporary research in the area. Considering the researches of the Lexicon, the Onomastic Literary, or Fictional Onomastic, in the Luso-Brazilian scientific domains, is still a rising discipline, whose theoretical presuppositions – transformed throughout its origin – need to be revisited, reestablished and constantly applied in corpus of languages. According to Altman (1981), Literary Onomastics would be a specificity of Criticism concentrated on the levels of meaning of the name in Literature; more than forty years, Seide (2006), Eckert and Röhrig (2018) and Camargo (2018) have demonstrated in Brazilian soils that Literary Onomastics not only assists in Literary Analysis, but also provides a means of comparing the function and status of the onomastic sign in society and in the most diverse fictional languages, contributing to the perception of socio-onomastic, aesthetic-fictional and identity phenomena.

KEYWORDS: Literary Onomastic. Fiction Onomastic. Lexicon.

*Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7569-1091>.

1 Considerações Iniciais

De acordo com Guérios (1973, p. 18), “[...] os nomes são criados sob influxo religioso, político, histórico, etc., de circunstâncias variadíssimas, em que transparece viva a alma popular de todos os tempos e [...] lugares”. Esse influxo sócio-influenciador de múltiplas motivações citado pelo autor não só atua de forma sólida na nomeação propriamente social como também na nomeação ficcional.

A nomeação das personagens de um romance, conto, novela, peça teatral, produção cinematográfica, entre outras manifestações artísticas mediadas pela linguagem ficcional requer hesitação, elaboração e reflexão primeiramente quanto à funcionalidade linguística e significativa, à identidade e ao caminho a ser seguido pelo *homo fictus* e, posteriormente, quanto à preocupação em seguir uma lógica onomínica à estética proposta. Quanto à primeira esfera da nomeação, há uma preocupação semelhante à nomeação do *homo erectus*, já que, ainda contemporaneamente, acredita-se que o ato de nomear está fundamentalmente relacionado à futura personalidade do nomeado (OLIVER, 2010).

Oliveira e Barberena (2017) abordam enquanto siamesas certas especificidades comuns da nomeação social e ficcional. Os teóricos apontam que

Assim como o romancista faz com o nome de seus protagonistas, os pais hesitam, por vezes, em relação ao nome que darão aos filhos. [...] Criado o nome da personagem, ela segue sua irremediável trama existencial nos mais variados quadrantes identitários (OLIVEIRA; BARBERENA, 2017, p. 19).

Logo, o antropônimo, enquanto nome próprio de pessoas, faz-se relevante em ambos os espaços: o social e o ficcional; e ambas formas de nomear dialogam entre si, possibilitando pontos motivacionais e identitários inter-equivalentes. Por outro lado, posterior ao ato de nomeação, na Literatura, a preocupação inicial estende-se; enquanto socialmente o nome específico de um sujeito lhe será útil enquanto

autorreferência, formação identitária e diferenciação denotativa de si em relação ao *alter*. Na literatura, a nomeação é transfigurada e o nome próprio, além de exercer as funções sociais citadas, passa a representar, inclusive, percepções subjetivas quanto ao nome e à nomeação que indicam o avesso de algumas questões socio-onomásticas.

A questão construtivo-identitária, por exemplo, está tão atrelada ao nome do sujeito histórico que, na Literatura, o avesso desta, ou seja, a própria desconstrução identitária de uma personagem, sua liquidez intrapessoal ou ainda não lugar pode ser representada pela ausência de um nome, por uma outra forma de identificação como o faz Saramago em *Ensaio Sobre a Cegueira* (CAMARGO, 2015), ou ainda, por um nome fluido, híbrido como nos apresenta Freire (1978) na ficcionalização dos conflitos identitários de um travesti cujo ortônimo, *Joselin* – junção dos nomes dos pais, José e Linda – carrega a ambiguidade de sua sexualidade. Logo, a nomeação na Literatura não só reflete os conflitos da nomeação social como faz do processo nominativo e suas especificidades identitárias um meio representativo de significação máxima dos comportamentos do *homo erectus*, seja de forma mimética, avessa, alegórica, dentre outras.

Essa ilustração primeira permite a introdução ao fato de que o nome literário atua como potencializador da significação da matéria linguística, reafirmando o comportamento de um personagem, ironizando-o, entre outras formas de significação. Apesar da necessidade de se estudar o nome literário, sua potencialidade conotativo-literária e natureza sociolinguística mimética no Brasil, ainda são poucos os escritores cuja lógica onomínica, bem como suas consequências estéticas ou linguísticas foram estudadas; menos ainda são exploradas as funções simbólicas dos nomes ficcionais em geral.

Mediante buscas bibliográficas das publicações sobre o estudo do nome ficcional no Brasil, é perceptível que há pesquisas específicas, posteriormente detalhadas, em que se teoriza a lógica de nomeação de determinado autor, ou obra, porém não se apresenta

bibliografia referente à Onomástica ou Atroponomástica, fato que limita linguisticamente as análises propostas; por outro lado, há também investigações como as de Eckert e Röhrig (2018) que, ao se fundamentar na Onomástica, solidificam linguisticamente as classificações onomínicas propostas buscando delimitar determinados modismos de acordo com o contexto onomástico de estéticas literárias específicas.

As pesquisas dos autores acima mencionados publicadas desde o início do ano de 2016 até o mesmo período do ano de 2018 permitiram a descrição de especificidades nominativas dos períodos literários brasileiros como romantismo, realismo e modernismo, servindo de base bibliográfica a incentivo a pesquisas futuras, como claramente ocorrera, meses depois, na dissertação de Camargo (2018) *Nomes próprios no romance contemporâneo O berro do Cordeiro em Nova York: um estudo onomástico exploratório* cuja base demonstra-se ser a descrição da nomeação em uma obra literária contemporânea. É preciso, entretanto, que, no contexto acadêmico brasileiro, a Onomástica Literária, ou Onomástica Ficcional (ECKERT; RÖHRIG, 2018), estenda-se, amplie-se e se ramifique em produções ficcionais como um todo, permitindo que não só o nome literário, mas o nome ficcional em geral seja estudado em todas as suas materializações possíveis.

Visando, pois, contribuir para essa ampliação no paradigma científico brasileiro, propomos um recorte teórico do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Nomes próprios no romance contemporâneo o Berro do Cordeiro em Nova York: um estudo onomástico exploratório*, a fim de que se ecoe para outros espaços científicos a relevância da ciência Onomástica¹, bem como se ampliem perspectivas práticas para a pesquisa brasileira contemporânea em Onomástica Ficcional.

¹ “O atual status de ciência e disciplina autônoma da Onomástica percorreu um longo período de reflexões filosóficas e linguísticas, que teve início, aproximadamente, entre 170-90 a.C. com Dionísio de Trácia 20, com suas menções relativas à diferenciação entre o nome comum e o nome próprio, perpassou por sua definição e delimitação enquanto ciência em Vasconcelos ([1887] 1931), pelo estruturalismo

2 Onomástica Literária: origem, pesquisas brasileiras atuais, vazios e novos caminhos

As indagações acerca do nome próprio na linguagem literária surgem em meados do século XVIII, antes que a própria ciência Onomástica pudesse ter se solidificado no contexto acadêmico da época; por outro lado, pesquisas cuja base advém particularmente dos pressupostos de análise linguístico-onomástica e sua popularização datam da década de setenta.

O primeiro trabalho a que se tem acesso sobre a preocupação em relação à lógica onomínica de uma obra se deu com a pesquisa de Boas (BREMER, 2014), em 1840, quando o pesquisador analisa a simbologia dos nomes na poesia; porém, como mencionado acima, não havia qualquer influência da Onomástica em suas considerações. Passados mais de cem anos, na década de oitenta, Altman (1981) busca definir a ciência Onomástica Literária e determinar seu *corpus* específico de pesquisa: obras literárias.

Pesquisas contemporâneas em Onomástica Literária, escritas em Língua Inglesa, por outro lado, têm apontado, desde o ano de 2011, mediante a realização do Conselho Internacional de Onomástica (Icos), em Barcelona, que a análise de nomes ficcionais deve ser aplicada não só na linguagem literária, mas em toda e qualquer linguagem ficcional, o que ampliaria o *corpus* da ciência Onomástica Literária e nos faz preferir, neste artigo, por questões linguísticas, a atualização amplificadora do nome da própria ciência como Onomástica Ficcional, que abrangeria a Onomástica Literária, esta especificamente centrada na análise de nomes ficcionais imersos no texto literário.

Essa ampliação de *corpus* defendida pelos teóricos contemporâneos (BREMER, 2014) não fere a natureza interdisciplinar da ciência; por outro lado, permite que se

teórico de Saussure (1916), pela Semiótica de Lyons (1977;1979) [...] concretizou-se, contemporaneamente, como ciência e disciplina relacionada ao estudo do léxico semanticamente esvaziado (antropônimos) e fossilizado (topônimos), objeto epistêmico que, comum à Lexicologia – ciência interessada no estudo do léxico geral das línguas – esclarece-nos sua origem”. (CAMARGO, 2018, p. 29).

amplie para outras áreas do conhecimento além da Literatura, como o Cinema, a Música, entre outros.

Desde o início das pesquisas em Onomástica Literária, a ciência exigia um trânsito,

[...] entre a Linguística e a Literatura [...] que contribui tanto para elencar a substância linguística e funções estilístico-semânticas dos nomes na Literatura, quanto para atestar fenômenos linguístico-sociais, como a legitimação de nomes literários a partir da qual nomes oriundos da Literatura passaram a nomear em sociedade. (CAMARGO, 2018, p. 50)

Assim, a Literatura não só era base para o estudo do nome ficcional, como o próprio nome ficcional, ao longo dos estudos onomásticos, passava a demonstrar sua relevância, principalmente quando constatada sua influência para a própria nomeação em sociedade, já que se percebia que nomes não comuns em uma determinada sociedade e época poderiam se tornar modismos, seguindo as propagações predicativas das personagens que nomeiam. Esse próprio fato onomástico – a Legitimação do nome literário – mesmo tendo sido teorizado, em meados de 1973, por Guérios, ainda carece contemporaneamente de pesquisa, uma vez que se pode averiguar se esse fenômeno se propaga, também, em relação ao nome ficcional em outras linguagens que não a literária. Porém não só este fenômeno, mas vários atuais *corpus* abarcados pela ciência demonstram que há muito ainda que se perguntar sobre a nomeação ficcional contemporânea brasileira.

Baseados em um dos primeiros artigos bibliográficos em Língua Portuguesa sobre a origem e atuais métodos de pesquisa em Onomástica de Seide intitulado *Métodos de pesquisa em Onomástica*, Eckert e Röhrig foram os primeiros pesquisadores a se interessarem sobre a nomeação em obras literárias brasileiras. Um dos primeiros trabalhos dos teóricos, publicado em 2016, fora sobre a nomeação no romance romântico *Ubirajara* de José de Alencar.

Intitulado “Antroponímia ficcional: o caso de Ubirajara, de José de Alencar”, a pesquisa dos teóricos resultou na confirmação da relação entre o significado do nome e o comportamento ou as características físicas desses personagens, bem como na percepção de que a estética romântica de Alencar tende a ampliar a significação simbólica da palavra, até mesmo no nome das personagens:

[...] os nomes dos personagens indígenas não são usados como meras etiquetas identificadoras, como tem sido tradição, sobretudo na cultura antroponímica ocidental, conforme preconiza Dauzat (1950). Existe, no caso de Ubirajara, um sentido etimológico claro por trás dos nomes, o qual remete diretamente ao caráter ou ao comportamento dos personagens. (ECKERT; RÖHRIG, 2016, p. 187).

Eckert e Röhrig (2016) apontam, pois, uma das maiores transfigurações do nome literário em relação às motivações antroponímicas ocidentais contemporâneas; segundo Dauzat (1950 *apud* ECKERT; RÖHRIG, 2016), há, contemporaneamente, motivações diversas antroponímicas que, quando relacionadas à etimológica, sobressaem-se, fenômeno contrário encontrado na estética literária romântica de Alencar, já que a motivação etimológica se faz uma das principais.

Por outro lado, revisitando o trabalho dos teóricos, pode-se afirmar que há, indiscutivelmente, uma lógica mimética na nomeação proposta por Alencar, uma vez que as personagens são indígenas e recebem nomes indígenas, como o deve ser nesse contexto; ademais, os nomes propostos seguem a lógica antroponímica de grande parte das tribos indígenas, que propõem a presença de elementos da natureza ou da função do indígena na tribo presente no antropônimo, caso, por exemplo, do próprio nome *Ubirajara* que significa *o rei da lança*, aquele que na tribo ocupa papel de destaque como guerreiro, caçador. Dessa forma, ainda que o nome traga conotação ao enredo e subjetividade à própria construção da personagem, ele propõe uma mimese com a nomeação indígena; essa percepção em relação aos dados colhidos por Eckert e Röhrig (2016) foi relevante, por exemplo, para que, dois anos depois, na dissertação de

mestrado *Nomes próprios no romance contemporâneo O berro do Cordeiro em Nova York: um estudo onomástico exploratório*, Camargo (2018) considerasse a natureza do nome literário mimética e conotativa em graus específicos.

Outros trabalhos de Eckert e Röhrig são muito relevantes para o início da exploração dos nomes literários no Brasil como estudos da nomeação em Graciliano Ramos. Para eles,

[...] a maioria dos nomes dos personagens não é usada como meras etiquetas identificadoras, tendo relações com suas características físicas ou comportamentais. Como já evidenciado em estudos sobre outros clássicos da literatura, conforme citado na introdução a respeito de Guimarães Rosa, Machado de Assis e José de Alencar, a constituição dos nomes dos personagens, nas obras de Graciliano Ramos, revela ter sido objeto de reflexão por parte do autor na elaboração dos personagens e sua relação com o enredo. Assim, percebe-se que essa preocupação parece ser uma constante nas obras de alguns dos principais autores da literatura brasileira (ECKERT; RÖHRIG, 2018, p. 1292).

Posteriormente, a percepção de que a preocupação etimológica do nome se faz presente na produção literária romântica, realista² e modernista brasileira, os teóricos se perguntam sobre a possível manutenção etimológica do nome na narrativa ficcional contemporânea; fato que é abordado por Camargo (2018) em sua dissertação de mestrado. Para a autora,

As funções [do nome próprio] vão desde a imitação do espaço e dos sujeitos da sociedade (contextualização onomasticamente geralmente muito mimética) até a motivação etimológica (sumarizações comportamentais, ironias, antíteses), a função gramatical de efeitos comparativos, gradativos, personificativos e arranjos onomásticos

²Além dos teóricos citados, Campos (2014) e Santos (2015) estudaram a onomínia de Machado de Assis. As autoras observaram, para além de outros fatos, que os nomes seguem a lógica onomínia da época do autor, mas, por outro lado, a etimologia se faz relevante e propõe não só sumarizações como ironias comportamentais, confirmando o próprio arranjo onomínia da obra como uma materialização da macroestética realista que, portanto, propõem diversas formas de ironia.

discursivamente alegóricos repletos de conotação. [...] essas funções dialogam e, portanto, não se anula a mimese na presença da conotação, nem tampouco a conotação na presença da mimese, mas uma enriquece a outra em determinado grau que, dentro da tentativa de classificação – pouco miméticos e muito conotativos, pouco miméticos e pouco conotativos, pouco conotativos e pouco miméticos, e pouco conotativos e muito miméticos –, concretizam diversas magnitudes onomástico-funcionais que permitem a observação de limites funcionais onomásticos bem delineados. (CAMARGO, 2018, p. 103-104)

Logo, para Camargo (2018), a função etimológica do nome se mantém na Literatura Brasileira Contemporânea; por outro lado, ramifica-se em efeitos literários para além da sumarização comportamental, gerando antíteses, anacronismos, alegorias, entre outros. Ainda para a autora, não só o prenome, como os próprios axiônimos (pronomes de tratamento) podem propor antíteses de origem social, fato sociolinguístico transmutado ao *corpus* literário, mediante o diálogo entre personagens de classes sociais diferentes, que linguisticamente apresentam ou não pronomes de tratamento seguidos do prenome. Através dessa observação, a autora abre espaço para que essas marcas linguísticas sejam repensadas no universo literário enquanto um eco das relações sociais e que, assim como nos discursos não ficcionais da sociedade, sejam vistas, nos discursos ficcionais, como marcas linguísticas que propõem formas alegóricas de preconceito e de diferenciação social na própria tessitura onomástica em relação dialógica:

Para além da presença/ausência de sobrenome, nos atentamos para a presença/ausência de hipocráticos/pronomes de tratamento. No discurso destacado, é perceptível que Venâncio, ao dialogar com Leonídio Matoso, chama-o por senhor; enquanto este último, ao respondê-lo, trata-o por você. Trata-se, pois, de mais uma marca linguística materializadora da alegoria da desigualdade social. (CAMARGO, 2018, p.133).

Além da questão dos pronomes de tratamento, a autora aponta para o fato de que há personagens com sobrenome e personagens sem sobrenome e a esse fato onomínico, a autora atribui também a esfera do status social da personagem. Não há, por outro lado, aprofundamentos no contexto científico contemporâneo brasileiro que apontem quaisquer observações acerca da morfologia do sobrenome ao longo dos séculos na Literatura Brasileira ou Luso-brasileira, o que se faz território frutífero.

Também se faz necessário observar como se dá a transposição da linguagem literária para a linguagem cinematográfica com relação ao nome das personagens. Sobre esse fato, Camargo (2018) aponta a análise de Perpétua e Leandro (2014): Miguilim vai ao cinema como precursora. Para as autoras:

[...] Em Mutum, há a mudança de nome próprio como o que vincula a ficção ao mundo real das crianças-personagens, movimento da ficção em direção o documentário, atualização do texto no presente. Kogut faz do sertanejo, o não-ator, um ser dramático. Proveniente do documentário, a cineasta certamente viu, na manutenção do nome próprio dos atores, um artifício de *mise en scène* facilitador da apropriação do texto por parte das crianças (PERPÉTUA; LEANDRO, 2014, p. 20).

O fenômeno onomástico que as autoras tratam como um artifício de *mise en scène*, em linguagem cinematográfica, tornar-se-ia bastante relevante à teoria onomástica; por outro lado, limita-se ao conceito cinematográfico, já que as autoras não baseiam suas conclusões no fenômeno propriamente onomástico, nem discorrem acerca da relação entre o nomeado, o nome e a identidade, o que faria com que a citada “manutenção do nome dos autores”, enquanto facilitadora de empatia por parte das crianças, fosse linguisticamente e socialmente explicada.

Mediante o contexto descrito percebe-se, pois, que no Brasil há pesquisas acerca do nome ficcional cuja base advém da onomástica somente em *corpus* literários, sendo necessário expandir os estudos para toda e qualquer linguagem ficcional. Ademais, em relação ao próprio *corpus* literário, é preciso haver uma atenção especial para a

tradução de nomes, bem como para a relação do nome com a identidade das personagens.

3 Considerações Finais

Com base nessa abordagem mínima do quadro de recuperações bibliográficas recentes, é perceptível que, de acordo com as últimas publicações brasileiras na área da Onomástica Literária, houve certos avanços na literatura brasileira. Especificou-se a natureza híbrida do nome – enquanto mimética e conotativa – bem como se comprovou que a motivação etimológica do nome literário estende-se à contemporaneidade com a singularidade de se ramificar em fenômenos linguísticos e literários diversos, como alegorias.

Porém, para além de exposto há, ainda, um vasto espaço para pesquisa na área da Onomástica Literária e Ficcional brasileira, como a (re)locação do nome literário nas adaptações cinematográficas, o nome da criança órfã na literatura ou no cinema, o nome social do transexual ou travesti na linguagem ficcional, o processo de (re)nomeação de personagens migrantes, a interferência da classe social daquele que nomeia para as motivações do nome ficcional, a tradução do nome ficcional, bem como o nome ficcional na literatura em Libras, entre outros temas ainda pouco explorados pela Onomástica Ficcional, mesmo que inseridos em *corpus* gratos à ciência.

Muitos desses vazios se devem à insuficiência da publicação de estudos em Língua Portuguesa cujo foco e base teórico-metodológica estejam delimitados na ciência da Onomástica Ficcional. Pode-se dizer que a literatura Onomástica Ficcional no Brasil ainda está em fase de desenvolvimento e solidificação e, para melhor nutri-la, é necessário explorar seus vazios bibliográficos e propor novos caminhos inexplorados.

Referências

ALTMAN, G. A. Literary onomastics typology: analytic guidelines to literary onomastics studies. **Literary onomastics studies**, v. 8, n. 21, 1981. Disponível em: <https://digitalcommons.brockport.edu/los/vol8/iss1/21/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BREMER, D. Onomàstica i cultura. Elsnoms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex Secció, p. 109-113, 2014.

CAMARGO, A. K. A influência do contexto na identidade dos personagens de Ensaio sobre a cegueira, de Saramago. 2015. 1 CD-ROM. **Trabalho de conclusão de curso** (bacharelado - Letras) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/139089>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CAMARGO, A. K. **Nomes próprios no romance contemporâneo “O berro do cordeiro em Nova York”**: um estudo onomástico exploratório. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4104>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CAMPOS, R. M. G. **Uma poética da homonímia**: o problema do nome próprio em Machado de Assis. 2014. 437 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.icosbibliography.net/files/1387/CAMPOS_problemadonomepróprioemMachadoDeAssis2014.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

EKCERT, K.; RÖHRIG, M. Antroponímia ficcional: o caso de Ubirajara, de José de Alencar. **Gtlex**, v. 2, n. 1, jul./dez. 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex3-v2n1a2016-7>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/37831>. Acesso em: 10 mai. 2019.

EKCERT, K.; RÖHRIG, M. Onomástica literária em Graciliano Ramos: os nomes dos personagens de Vidas Secas e de São Bernardo. **Revista de estudos da linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1277-1294, 2018. DOI <https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.3.1277-1294>. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12826>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FREIRE, R. O milagre. *In*: FREIRE, R. **Travesti**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978. p. 13-90.

GUÉRIOS, M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

OLIVEIRA, R. P.; BARBERENA, R. A. Literatura e ética: notas para um diálogo que não se acaba. **Estudos de literatura brasileira**, n. 51, mai/ago. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/2316-4018511>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200011. Acesso em: 10 mai 2019.

OLIVER, N. **Todos os nomes do mundo**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2010.

PERPÉTUA, E. D.; LEANDRO, A. Miguilim vai ao cinema. **Caletrosópio**, v. 2, n. 2, p. 9-21, 2014. Disponível em: <http://www.ichs2.ufop.br/caletrosopio/revista/index.php/caletrosopio/article/view/2016>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SANTOS, B. S. **Dom Casmurro à luz da onomástica**: tramas e tramoias do romance machadiano. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3313>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Artigo recebido em: 17.08.2017

Artigo aprovado em: 03.11.2017

Desigualdade de gênero na toponímia: um estudo exploratório

Gender inequality in toponymy: an exploratory study

Márcia Sipavicius SEIDE*

Bianca Nagai da SILVA**

RESUMO: O objetivo deste artigo é mostrar que a diferença entre os gêneros feminino e masculino também deixa suas marcas nos nomes de lugares. Para tanto foi constituída uma amostra de antrotopônimos na cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada na região oeste do estado do Paraná. Para este estudo, foram analisados 4 antrotopônimos femininos extraídos de uma amostra que continha 61 topônimos constituídos por nome próprio de pessoa seguido ou não de um título. A análise procurou recuperar a história das mulheres homenageadas mediante pesquisa documental na biblioteca municipal, no acervo Memória Rondonense, em livros e artigos e também por entrevistas feitas a familiares das homenageadas. Por fim, esta pesquisa foi comparada com pesquisas anteriores desenvolvidas no estado do Paraná e no estado da Bahia cujos resultados convergiram com os desta pesquisa: em ambos os estados, há a invisibilização da figura feminina na escolha dos topônimos. Seria interessante realizar pesquisas mais amplas em nível nacional para que se saiba em que medida os

ABSTRACT: The purpose of this article is to show that the difference between feminine and masculine genres also leaves its mark on place names. For this purpose, a sample of anthrotoponyms was constituted in the city of Marechal Cândido Rondon located in the western region of the state of Paraná. For this study 4 female anthrotoponyms extracted from a sample containing 61 toponyms consisting of a person's own name followed or not by a title were analyzed. The analysis sought to recover the history of women honored through documentary research in the Municipal Library, in the "Rondonense" Memorial collection, in books and articles and also through interviews with the families of the honorees. Finally, this research was compared with previous researches developed in the state of Paraná and in the state of Bahia whose results converged with those of this research: in both states there is the invisibility of the female figure in the choice of toponyms. It would be interesting to carry out broader surveys at the national level to know to what extent the results found.

* Doutora em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-174>. marcia.seide@unioeste.br

** Graduanda do curso de Licenciatura em Letras, Português-Inglês da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9244-8958>. biancanagai@hotmail.com

resultados encontrados no Paraná e na Bahia também estão presentes no sistema toponímico de outras regiões do país.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de gênero. Toponomástica. Antrotoponímia.

KEYWORDS: Gender inequality. Toponomastics. Anthrotoponymy.

1 Introdução

Desde sua origem, a humanidade sempre dividiu homens e mulheres. Em seus primórdios, enquanto os homens caçavam e exploravam a terra, as mulheres cuidavam de suas crias. Milhões de anos depois, somos capazes de ver cenários semelhantes não só no ambiente familiar, mas também em ambientes profissionais e políticos. Ao nascer, já diferenciamos meninos e meninas com cores, roupas e adereços de cabelo. Quando crescem, meninos recebem brinquedos voltados à aventura, aos esportes e ao lazer, que são contextos que estão além do lar, enquanto as meninas são “presenteadas” com bonecas, panelinhas e kits de limpeza para zelar e cuidar de suas casinhas.

Embora tenha havido muitas mudanças na sociedade brasileira desde o período de colonização do Brasil em áreas como saúde, tecnologia, educação e infraestrutura, é possível verificar que persistem questões relativas à falta de equidade de gêneros e à vida cotidiana das mulheres.

A nível mundial, o *Global Gender Gap* de 2017, realizado pelo *World Economic Forum* (WEF), apresentou dados que mostram que, em média, serão necessários 100 anos para que haja equidade entre homens e mulheres. Segundo a pesquisa, a equidade está mais próxima nas áreas da saúde e educação, mas, no que se refere ao tratamento igualitário do ambiente de trabalho, serão necessários 217 anos para que mulheres recebam o mesmo que homens e sejam igualmente representadas em seu ambiente de trabalho (BBC, 2017).

Um estudo da *Human Rights Watch* revelou que, no Nepal, o casamento forçado funciona como um meio para se escapar da miséria e que, embora o ato seja proibido

no país desde 1963, a fiscalização é quase inexistente. De acordo com a pesquisa, “pais que não conseguem sustentar seus filhos buscam um marido para as meninas para que elas simplesmente possam ter algo para comer” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016).

No Myanmar, mulheres se casam para fugir da violência e abusos sexuais que a população feminina rohingya sofre, segundo o jornal *El País*. Durante entrevista publicada pelo jornal, um casal fruto de um casamento arranjado relata sobre o relacionamento. Para ele “é melhor casar com garotas jovens, porque assim não existe tanta diferença de idade com os filhos e elas podem cuidar deles a vida toda. As mulheres não precisam trabalhar, nós já lhes damos o que precisam, e em casa estão seguras”. A esposa, por sua vez, aguarda o marido sair para reconhecer: “sinto que vivo numa prisão. Nunca pudemos decidir por nós mesmas, embora queiramos. Temos que depender primeiro das decisões dos nossos pais, e depois dos nossos maridos. Vim aqui para ter oportunidades, mas na Malásia, mesmo que sonhemos, não temos futuro” (LÁZARO, 2016).

Embora se mencionem mais países da África e Ásia, quando se fala a respeito de casamentos arranjados na infância, há também ocorrências de casamentos infantil no Brasil, país que apresenta os mais elevados números absolutos de casamentos na infância da América Latina, segundo relatório publicado pelo Instituto Promundo, ONG relacionada às questões de gênero. Ainda de acordo com o relatório, os níveis de casamentos na infância são mais elevados no Pará e no Maranhão. Assim como nos casos do Nepal e Myanmar, recorre-se ao casamento de meninas infantis com homens adultos como forma de sobreviver e ter novas oportunidades (TAYLOR; LAURO; SEGUNDO; GREENE, 2015).

Os dados e os acontecimentos ora apontados são apenas uma das várias práticas às quais as mulheres são submetidas. É possível observar que há muito a ser feito e há uma longa jornada a ser trilhada para se chegar à equidade de gêneros. Conforme se mostrará ao longo deste artigo, a diferença entre os gêneros também deixa suas marcas

nos nomes de lugares, uma vez que a pesquisa ora apresentada mostra que mais homens que mulheres são homenageados quando se trata de nomear ruas com nomes de pessoas e, quando uma mulher é homenageada, o é por sua relação com alguma figura masculina e não por si mesma.

Este artigo está organizado em cinco seções. Após esta primeira seção de introdução, há a segunda seção que apresenta os fundamentos teóricos da pesquisa. A terceira seção do artigo descreve a metodologia adotada. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa. A quinta e última seção do artigo discute os resultados obtidos e faz algumas considerações: os resultados obtidos são comparados aos de pesquisas semelhantes e são feitas sugestões de pesquisa.

2 Pressupostos teóricos

O estudo de topônimos, isto é, dos nomes de lugares requer o desenvolvimento de pesquisas complexas, pois seu campo de estudo envolve História, Geografia, Linguística, Antropologia, Psicologia Social e, em muitos casos, Zoologia, Botânica e Arqueologia. Assim, a Toponímia deixou de ser um estudo sem relação com outras ciências e passou a ser uma disciplina que as abrange, pois “recebe, ao mesmo tempo que lhes fornece, subsídios preciosos para suas configurações teóricas” (DICK, 1986, p. 5).

Embora a disciplina tenha um papel universalístico, considerando sua presença em todos os campos do conhecimento, ela também é muito específica quando aplicada a um determinado espaço, que é habitado e construído pela humanidade e só se torna um lugar característico devido à ação do homem. Esse agir também inclui denominar coisas, seres e lugares. Os nomes atribuídos aos lugares “(...) se caracterizam, às vezes, por um “tom” bastante coloquial, que parece sugerir um envolvimento de toda a comunidade, tornando-se, assim, não apenas expressão de um único denominador mas de toda a população” (DICK, 1986, p. 6). Ao contrário dos substantivos comuns,

que recebem nomes de acordo com sua etimologia e significado, a escolha de nomes próprios ocorre por seu valor referencial, e por seu sentido conotativo, isto é, “o nome próprio (igual a topônimo e/ou antropônimo) não participa de um universo de significação porque é ‘opaco’, vazio de sentido, empregado sempre como referencial, sem relação com a primitiva etimologia,” (DICK, 1986, p. 15).

Não obstante sua opacidade, os nomes de lugares são parte integrante da língua a qual, como afirmam Andrade e Nunes

tem o papel de representar as práticas empregadas pelo homem: explicita as atitudes, conhecimentos, crenças, valores de determinado grupo de falantes. Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo (ANDRADE; NUNES, 2016, p. 165).

Há muitas formas de dar nome aos lugares, nomeações que são vistas e classificadas de diferentes formas pelos estudiosos. A categoria que Seeman (2005) classifica como Antroponímia e Dick (1986) como sendo Antrotoponímia, foco deste estudo, refere-se aos nomes de lugares provenientes de pessoas ‘mas, na maioria das vezes, não recebe a atenção merecida por quem passa por ruas e lugares da cidade. A nomeação de lugares com nomes de pessoas frequentemente é vista como uma “distorção do trabalho dos vereadores” (DIAS, 2000, p. 103). No entanto,

Um olhar atento constata que esse processo é caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional ou local. Trata-se de recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial, baseada no culto à genealogia da nação e edificação do Estado nacional, assim como aos fatos e personagens correspondentes (DIAS, 2000, p. 103).

Com base nos estudos de Dick (1986), Seeman (2005) e Dias (2000), percebe-se que o ato de batismo dos lugares é o resultado de um processo marcado pelo momento

histórico em que se insere o designador, bem como por sua ideologia e por seus valores e, no caso específico da escolha por homenagear determinadas pessoas ao designar um lugar pelo seu nome, há a intenção de fazer com que o homenageado ou a homenageada seja para sempre lembrada.

A cultura e a identidade daqueles que nomeiam os lugares também deixam suas marcas na toponímia, conforme mostra análise dos topônimos do estado do estado da Bahia realizada por Prudente e Abbade. Sua pesquisa evidencia a existência de uma relação intrínseca entre os nomes de lugares e o “ambiente cultural em que estão inseridos” a qual “permite verificar os aspectos que envolvem a língua, a cultura e a identidade das regiões analisadas” (PRUDENTE; ABBADE, 2019, p. 219).

Partindo dos pressupostos ora apresentados, foi analisada uma amostra de antrotopônimo segundo a metodologia descrita a seguir.

3 Metodologia

Para o estudo apresentado neste artigo, foi utilizado um recorte de dados previamente coletados: uma amostra formada por 57 antrotopônimos e axiotopônimos coletados no *Guia Localizar*, no dia 5 de outubro de 2018, os quais são visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Amostra de antrotopônimos do município de Marechal Cândido Rondon.

Rua Airton Senna	Rua Helmut Roesler
Rua Airton Jose Kerber	Rua Herbert Hanuch
Rua Albano Bertolini	Rua Ingrun Seyboth
Rua Almir Dalla Vecchia	Rua Isidoro Lorine
Rua Albino Hansen	Rua Jorge Alberto Guerreiro
Rua Alfredo Nied	Rua José Bonifácio
Rua Américo Vespúcio	Rua Juscelino Ribeiro
Rua Annita Trentini	Rua Lincon Leduc
Rua Arcelino Jose dos Santos	Rua Loni Lange
Rua Ari Branco da Rosa	Rua Luis Centenaro
Rua Ariel Ferreira dos Santos	Rua Marechal Deodoro

Rua Bertoldo Pottraz	Rua Matilde Cue
Rua Carlos Fietz	Rua Nilton Ricardo Lang
Rua Darlei G Bregoli	Rua Norberto Neumeister
Rua Deonato Schwab	Rua Olindo Artmann
Rua Dom João VI	Rua Osvaldo Heinrich
Rua Dom Pedro I	Rua Osvaldo Piovesan
Rua Dr. Seyboth	Rua Pastor Meyer
Rua Edvino Dorzbacher	Rua Presidente Costa e Silva
Rua Edwino Ohlweiler	Rua Presidente Epitácio
Rua Elario Arthur Wendpap	Rua Presidente Médici
Rua Eloi Lohann	Rua Professora Elly Wayhs
Rua Eloi Urnau	Rua Rinaldo Ludwing
Rua Francisco de Assis	Rua Rogerio Walter Grum
Rua General Rondon	Rua Rosalino Bellé
Rua Gernot Reuter	Rua Souza Naves
Rua Getúlio Vargas	Rua Tancredo Neves
Rua Graciliano Ramos	Rua Vinicius de Moraes
Rua Helmut Priesnitz	

Durante a coleta dos dados para constituição da amostra, chamou a atenção a discrepância entre a quantidade de nomes masculinos e a quantidade de nomes femininos homenageados: dos 57 homenageados apenas 4 são mulheres. Tendo isso em vista, para esta pesquisa, selecionamos os nomes de rua que homenageavam mulheres e procuramos investigar quais seriam suas prováveis causas denominativas.

Para investigá-las, dados foram coletados em imobiliárias, na prefeitura municipal, na biblioteca municipal, no acervo Memória Rondonense, em livros que relatavam os primeiros anos de desenvolvimento do município, no departamento de planejamento da cidade e em artigos publicados em jornais locais. Com esta pesquisa documental, investigamos a história das mulheres homenageadas e procuramos obter informações sobre a carreira, casamento, nascimento e morte delas.

Todos esses recursos foram valiosos para a pesquisa e permitiram que ela fosse realizada, contudo, mais informação foi conseguida via pesquisa de campo, mediante entrevista a amigos ou entes queridos da pessoa homenageada. Cumpre ressaltar que,

durante a pesquisa, não foram poucas as vezes que precisamos procurar pelo nome do marido, pai ou alguém da família para, enfim, encontrar alguma informação sobre a vida da mulher cujo nome era dado à alguma rua da cidade.

4 Resultados

Sobre o primeiro nome da lista, Ingrun Seyboth, encontramos informações no site, Memória Rondonense e no estudo de Meinerz (2013). Os dados coletados sobre Ingrun dizem respeito à idealização e à construção do primeiro hospital da vila General Rondon e à relação estreita entre sua família e o partido político criado por Adolf Hitler. Meinerz (2013) menciona os relatos de Ladislav Farago, escritor húngaro que veio ao Brasil em busca do nazista Martin Bormann e acabou encontrando, em Marechal Cândido Rondon, membros do partido nazista. Segundo Farago (1975 *apud* MEINERZ, 2013), Ingrun falava com orgulho de Hitler: “como era maravilhoso quando me pegava no colo e me acariciava afetuosamente, nosso Führer, o grande homem da história”.

Ao contrário do que ocorreu com a pesquisa relativa à vida de Ingrun Seyboth, cujo nome pode ser encontrado em artigos e relatos sobre o suposto partido nazista instalado no sul do Brasil, encontrar informações sobre Annita Trentini exigiu uma investigação mais minuciosa. Foi preciso entrar em contato com sua filha caçula, Margot Trentini, a qual foi entrevistada no dia 25 de março de 2019.

Durante a entrevista, Margot relata um pouco sobre a vida da mãe. Annita Trentini era filha de Willy Júlio Wasem e Amélia Wasem, casou-se com Guido Max, filho de Willy Carlos Trentini, primeiro cartorário do município e compositor do hino municipal, segundo o Memória Rondonense. A filha também menciona que a mãe trabalhou no Empório, antigo comércio da cidade, mas que, depois do nascimento dos filhos, dedicou a vida a eles. “Era uma mulher maravilhosa”, relembra Margot.

A procura pelo nome Matilde Cue também foi trabalhosa. Muitas são as especulações sobre a figura dessa mulher, contudo, há poucas informações concretas. Segundo Danilo Johann, funcionário público, Matilde Cue foi uma quilombola moradora da vila General Rondon em seus primeiros anos de desenvolvimento. Seu nome foi atribuído à uma sanga fundamental ao crescimento da cidade, pois a água do riacho abastecia olarias e serralherias da região. Matilde Cue também foi o nome de uma rua próxima à sanga, mas, após algumas décadas, foi substituído pelo nome de um vereador do município.

O último nome de nossa lista não é muito mencionado em artigos e livros. Encontramos o nome de Elly Wahys no site Memória Rondonense. Elly foi uma antiga professora do município e as poucas informações encontradas sobre ela estão relacionadas à família. Filha de Aloicius e Herta Mees, Elly se casou com Sigmar Wahys.

Os nomes e as respectivas informações conseguidas pela pesquisa de campo podem ser vistas no Quadro 2. Enquanto dois dos quatro nomes presentes na lista foram encontrados a partir de informações sobre a família, o pai ou o marido das mulheres (Annita Trentini e Professora Elly Wahys), os outros dois foram encontrados pelas histórias das mulheres que os portavam (Ingrun Seyboth e Matilde Cue), sendo que, esse último, teve a homenagem substituída pelo nome de um vereador do município.

Conforme mostram as informações do quadro, as figuras femininas foram homenageadas, em sua maioria, devido à sua relação com uma figura masculina de renome no município. Cumpre ressaltar que a dificuldade para encontrar a história das mulheres homenageadas era muito maior do que para encontrar a dos homens. Isso se dá, justamente, por sua homenagem ter sido feita por conta de que eram esposas, filhas, netas, noras ou irmãs, não por quem foram, pela carreira que construíram ou por sua contribuição para o desenvolvimento da cidade.

Quadro 2 – Informação sobre as mulheres homenageadas.

Nomes das ruas	Informações sobre a mulher homenageada
Ingrun Seyboth	Nascida no norte da Alemanha, veio para o Brasil em 1949; Casou-se com Friedrich Seyboth e teve cinco filhos; Ajudou na idealização e construção do primeiro hospital da cidade.
Annita Trentini	Filha de Willy Júlio Wasem e Amélia Wasem; Nora de Willy Carlos Trentini, compositor do Hino à General Rondon e primeiro cartorário do município; Casou-se com Guido Max Trentini e teve cinco filhos; Foi atropelada na rua Sete de Setembro e faleceu no dia 05/02/1992.
Matilde Cue	Pioneira quilombola; Dava nome à uma sanga que movimentava a economia da cidade; Teve o nome da rua substituído pelo nome de um vereador do município.
Professora Elly Wahys	Antiga professora do município; Filha dos pioneiros Aloicius e Herta Mees; Casou-se com Sigmar Wahys.

Fonte: elaborado por Seide (2010) e autoras.

5 Discussão dos resultados e considerações finais

Com exceção do topônimo que presta homenagem a uma professora, os demais nomes da amostra referenciam a figura feminina não por si mesma, mas pela relação que elas tinham com homens valorizados na região. Esse resultado está relacionado à desigualdade de gênero existente na sociedade e confirma pesquisas anteriores realizada no estado do Paraná (ALMEIDA, 1998; SEIDE, 2010).

Santos, ao pesquisar os nomes de bairro de Londrina, evidenciou que a maioria desses topônimos prestava homenagem a mulheres, contudo, de todos os nomes de município do estado, apenas 4 são formados por antropônimos femininos (ALMEIDA, 1998). Almeida informa que esses topônimos foram atribuídos na década de 1950 e ressalta que “a homenagem é feita principalmente ao elemento feminino da família do pioneiro, do colonizador – o que confirma a cultura e o preconceito do povo brasileiro”

(ALMEIDA, 1998, p. 5). Esse tipo de homenagem também foi observado em um nome de distrito no município de Marechal Cândido Rondon (SEIDE, 2010, p. 130).

Assim, as diferenças de escala dos topônimos paranaense analisados – nomes de município e nomes de bairros e de ruas – nas pesquisas mencionadas, os valores patriarcais da sociedade se revelam na escolha por homenagear mais homens que mulheres e de prestar homenagem a figuras femininas não por si mesmas, mas sim por sua relação com a figura masculina.

Os resultados de pesquisa sobre os antropotopônimos mencionados no romance *Bahia de Todos os Santos* de Jorge Amado convergem com os aqui apontados. De todos os nomes de ruas e de bairros citados na obra (108), 20% era formado por nomes de pessoas, contudo, desse conjunto apenas um nome faz homenagem a uma mulher, o topônimo *rua Norma Guimarães*. Essa homenagem, porém, é um pouco diferente das observadas na amostra de Marechal Cândido Rondon, pois ela foi feita tanto por Norma ser esposa de um médico conhecido quanto por seus próprios méritos: “O nome da rua, localizada no bairro do Chame-Chame próximo à Barra, presta homenagem à Norma Guimarães Sampaio, esposa do médico e pintor Mirabeau Sampaio. Ela era conhecida como uma nobre e caridosa mulher, que ajudava aos necessitados” (BRANDÃO; ABBADE, 2016, p. 322).

Outra pesquisa realizada no estado da Bahia também aponta para a pouca visibilidade da figura da mulher na toponímia. Dos 169 nomes de municípios pesquisados numa publicação do IBGE de 1958, a obra *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), seis estavam na categoria dos antropotopônimos e todos homenageiam figuras masculinas. Na categoria dos hagiopotônimos, os nomes masculinos também são maioria. Dos doze topônimos, apenas 3 fazem homenagem a santas: *Santa Inês*, *Santa Maria da Vitória* e *Santa Teresinha* (PRUDENTE; ABBADE, 2019, p. 229).

Seria interessante realizar pesquisas mais amplas a nível nacional para que se saiba em que medida os resultados encontrados no Paraná e na Bahia também estão presentes no sistema toponímico de outras regiões do Brasil, isto é, se e em que medida a desigualdade de gênero na toponímia caracteriza a toponímia brasileira e se há diferenças de grau entre as diferentes regiões do país no que diz respeito à invisibilização da figura feminina na escolha dos topônimos.

Referências

ALMEIDA, M. A. C. Os nomes de lugar e sua motivação cultural. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 1, p. 5-11, 1998. DOI <https://doi.org/10.5433/2237-4876.1998v1n1p05>.

ANDRADE, K. dos S.; NUNES, V. R. Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares. **Revista GTLex**, v. 1, n. 1, p. 164-183, 15 fev. 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-10>.

BBC. Women won't have equality for 100 years. 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-41844875>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BRANDÃO, A. dos S.; ABBADE, C. M. de S. Os antropotopônimos na Bahia de Todos os Santos: uma análise social e linguística. **Revista GTLex**, v. 1, n. 2, p. 312-325, 7 nov. 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex2-v1n2a2016-5>.

DIAS, R. B. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **História & Ensino**, Londrina, n. 6, p. 103-120, 2000. DOI <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2000v6n0p103>.

DICK, M. V. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: Coletânea de estudos. Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1986.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Nepal**: casamento infantil ameaça futuro de meninas. 8 set. 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2016/09/08/293938>. Acesso em: 25 maio de 2019.

LÁZARO, N. Quando um casamento arranjado é opção para fugir da violência sexual. **El País**. 16 maio de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/internacional/1464344119_036676.html. Acesso em: 25 maio de 2019.

MEINERZ, M. E. O imaginário da formação do IV Reich na América Latina: o agente Erich Erdstein no Brasil. **História Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 133-145, 2013. DOI <https://doi.org/10.4013/htu.2013.172.05>.

MEMÓRIA RONDONENSE. **Família Seyboth**: precursora na área médica em Marechal Cândido Rondon. 2015. Disponível em: <http://www.memoriarondonense.com.br/atualidades-single/familia-seyboth-precursora-na-area-medica-na-area-medica-em-marechal-candido-rondon/69/>.

Acesso em: 5 de abr. de 2019.

MEMÓRIA RONDONENSE. **Acervo de fotos e documentos de Willy Carlos Trentini**. 2017. Disponível em: <http://www.memoriarondonense.com.br/galeria-single/acervo-de-documentos-de-willy-carlos-trentini/9>. Acesso em: 06 abr. 2019.

PRUDENTE, C. M.; ABBADE, C. M. de S. Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia. **Revista GTLex**, v. 2, n. 2, p. 219-245, 3 jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex4-v2n2a2017-2>.

SEEMANN, J. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, n. 29, p. 207-224, 2005.

SEIDE, M. S. Nomes de lugares: o viés enunciativo e o viés onomástico. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. v. 5, p. 117-133.

TAYLOR, A. Y.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. E. **“Ela vai no meu barco”**: Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultado de pesquisa de método misto. Rio de Janeiro e Washington D.C.: Instituto Promundo & Promundo -US, 2015. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 25 maio 2019.

Artigo recebido em: 12.06.2019

Artigo aprovado em: 26.09.2019

Nome e cultura: o estudo sócio-onomástico na escolha do segundo nome na antropônimo rondonense

Choice of middle names in the anthroponymy in Marechal Cândido Rondon city – Parana state

Patrícia Helena FRAI*

RESUMO: Nomear pessoas é um ato corriqueiro feito em toda comunidade existente, por isso fica evidente que diferentes localizações, países e culturas atribuem nomes próprios de sua região, podendo assim revelar marcas culturais e identitárias do povo que os utiliza. É nesse sentido que o presente trabalho expõe os resultados de uma dissertação de mestrado intitulada *Motivação para a escolha de um segundo nome na antropônimo rondonense* que teve como objetivo central investigar os modelos atributivos mais utilizados para a escolha do segundo prenome, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Paraná, tendo em vista as possíveis influências socioculturais presentes na prática de nomeação. A pesquisa foi realizada tanto pelo viés quantitativo quanto qualitativo. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com portadores de nomes justapostos ou pais que atribuíram tais nomes aos filhos, totalizando 250 nomes distribuídos em um recorte temporal da década de 1930/1940 até 2014. Os resultados da investigação mostraram divergências entre a prática de nomeação de homens e mulheres; enquanto para mulheres prevalece o

ABSTRACT: Naming people is a common act in every existing community, so it is evident that in different locations, countries and cultures people use names of their region, thus revealing cultural and identity traits of the people who use them. In this sense, this work presents the results of a master's dissertation entitled *Motivation for second name choice in Marechal Cândido Rondon's anthroponymy*, whose main objective was to investigate the attributive models most used in the choice of the second name in the city of Marechal Cândido Rondon, Parana state, considering the possible socio-cultural influences in the naming practice. The research was carried out both by quantitative and qualitative methods. For this purpose, semi-structured interviews were carried out with people with juxtaposed names or parents who assigned such names to their children, totaling 250 names distributed in a time cut from the 1930s to 2014. The research results showed divergences between the practice of naming for men and women; while for women the attributive religion model prevails; for men, the motivation homage to the family

* Mestre em Letras e doutoranda em Letras pela UNIOESTE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0961-0051>. patriciafrai@hotmail.com

modelo atributivo religião; para os homens, sobressai a motivação homenagem à família, especificamente pais e avôs.

stands out, specifically fathers and grandfathers.

PALAVRAS-CHAVE:

Antroponomástica. Sócio-Onomástica.
Nomes justapostos.

KEYWORDS: Anthroponomastics.
Socio-onomastics. Juxtaposed names.

1. Introdução

Atribuir nomes às coisas, objetos e pessoas é algo inerente do ser humano. Observa-se que desde as antigas civilizações, como na Idade Média, o nome próprio de pessoa evidenciava de qual família e região o indivíduo pertencia (SANTOS, 2003). Também, ao perceber diferentes comunidades, pode-se notar que nomes de pessoas, denominados cientificamente de antropônimos, são atribuídos por diferentes motivos em cada comunidade. Assim, nomes religiosos, por exemplo, podem ser atribuídos aos filhos cujos pais são devotos de algum santo; nomes de avôs podem ser atribuídos aos netos para que tal antropônimo passe de geração a geração; nomes considerados “diferentes” por terem uma grafia distinta ao da Língua Portuguesa pode ser atribuído a um filho quando os pais desejam um nome singular ao seu sucessor.

Dessa forma, o que se pode perceber é que a prática de nomeação revela não apenas o uso de um signo linguístico, que designa um determinado indivíduo, mas também revela uma preferência antroponímica dos pais. Nesse âmbito, a fim de investigar o fenômeno de nomeação, surge a Onomástica, área da Lexicologia que estuda os nomes próprios: seja pessoas, ruas, cidades ou estabelecimentos; e especificamente a Antroponomástica, detém-se ao estudo dos nomes próprios de pessoas.

Nessa direção, o objetivo do presente artigo é explicitar os principais dados analisados em uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2016. O objetivo da pesquisa foi analisar quais modelos atributivos foram mais utilizados na escolha de um segundo nome na antroponímia da cidade de Marechal Cândido Rondon – Paraná.

Entende-se por segundo nome, a segunda peça lexical de nomes justapostos, como por exemplo: *Pedro Henrique, Maria Eduarda*. Destaca-se que a dissertação de mestrados se limitou em analisar apenas o segundo nome, denominado de n2, devido à grande quantidade de dados coletados. Ademais, a dissertação de mestrado analisou de que forma as influências sociais e culturais podem influenciar nessa prática de nomeação. Para tanto, o aporte teórico principal utilizado para sustentar os objetivos é a Sócio-Onomástica (VAN LANGEDONCK, 2007).

O *corpus* do trabalho contemplou 250 nomes justapostos atribuídos ou portados por moradores do município de Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná. A amostra foi delineada de modo a contemplar as décadas de 1930- 1940, década de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Tal recorte temporal foi selecionado devido ao processo de colonização ocorrido na região oeste do Paraná, que teve início em meados da década de 1950. Para a geração de dados, foram realizadas pesquisas semiestruturadas com os pais que atribuíram um nome justaposto ao filho e, também, com o próprio portador do nome próprio. Em seguida, os nomes foram analisados quantitativa e qualitativamente. Inicialmente, os antropônimos foram categorizados em modelos atributivos em seguida, foram analisados, à luz da Socio-Onomástica, os possíveis fatores que puderem ter contribuído para tal prática de nomeação.

Cumprе evidenciar aqui que para o presente artigo, foram explicitados os principais resultados analisados na dissertação de mestrado. Faz-se necessário tal recorte devido à quantidade de dados quantificados e analisados posteriormente. Desse modo, os resultados explicados relacionam-se ao modelo de atribuição tradicional religião para mulheres e o modelo de atribuição tradicional homenagem aos avôs para os homens, no período de 1930 – 1950 até 1960; e o modelo de atribuição da moda para ambos os sexos, a partir de 1980.

Para entendimento terminológico, faz-se pertinente apontar as escolhas terminológicas utilizadas. O termo *antroponímia* faz referência ao conjunto de nomes;

e a *Antroponomástica*, para a ciência que os estuda. Esses são os fundamentos teóricos que subjazem às pesquisas relacionadas aos estudos de antropônimos.

No presente trabalho, primeiramente, far-se-á uma breve explanação sobre a área de pesquisa da Onomástica, bem como os pressupostos teóricos que norteiam tal área de estudo. Em seguida, serão apontados os modelos de atribuição antroponímica utilizados e a descrição da metodologia utilizada para a análise dos dados. Por conseguinte, encontra-se os principais resultados analisados na dissertação de mestrado e, por fim, as considerações finais.

2 Fundamentação teórica

Em relação aos estudos dos nomes, cabe à área maior da Lexicologia estudá-los. De acordo com Biderman (1998), essa ciência trata de estudar a categorização e estruturação dos nomes das coisas e objetos; quando se nomeia algo, o indivíduo o classifica, tendo um significado para ele (1998, p. 11).

Diversos são os objetos de estudos da Lexicologia, entre eles, há trabalhos com processos de formação de neologismos, formação de palavras e, também, o estudo efetivo dos substantivos próprios, denominados aqui como os nomes próprios de pessoas e lugares em geral. Nessa direção, há uma linha de pesquisa denominada de Onomástica, que se detém em estudar os nomes próprios de pessoas, também chamados de antropônimos.

Ao comparar com estudos da área em outros países, no Brasil, especificamente, os estudos onomásticos ainda são recentes. Dick (1992) aponta a existência de duas subáreas concernentes aos estudos dos nomes próprios. Primeiramente, a Toponímia que se detém ao estudo dos nomes de lugares: ruas, cidades, estabelecimentos; e a Antroponímia, que se efetiva em analisar os nomes os antropônimos, como por exemplo: prenome, sobrenome, alcunha, nomes de guerra, pseudônimo; segundo a autora “a Antroponímia, ciência que estuda os nomes próprios individuais, “em suas

origens e alterações”” (DICK, 1992, p. 190, grifos da autora). É por isso que analisar os antropônimos possibilita conhecer não apenas os fenômenos linguísticos restritos aos nomes próprios, como também de que forma são utilizados, suas origens e variação.

Outro estudioso brasileiro que estudou e categorizou os nomes próprios de pessoas foi Guérios (1981). Segundo o autor:

Os antropônimos podem ser estudados sob dois aspectos principais: 1º) Sob o aspecto linguístico, da sua origem ou criação (etimologia); e 2º) sob o aspecto social ou psicossocial, o da sua escolha ou das razões por que são ou foram sempre empregados (GUÉRIOS, 1981, p. 16).

Nessa perspectiva, há diferentes possibilidades de fazer pesquisas no campo da Onomástica, tanto no nível linguístico quanto no nível social, cultural. É nesse sentido que a dissertação de mestrado, cujos resultados aqui são explicitados, detém-se ao estudo efetivo dos antropônimos sob o aspecto social, conforme aponta Guérios. Por isso, enfatiza-se aqui que o estudo dos nomes próprios sob esse viés é pertinente e importante, justifica assim, o porquê de se fazer pesquisas voltada para esse entendimento, uma vez que é assim que se pode compreender a organização social e cultural de um determinado local, ou seja, estudar os nomes próprios de pessoas revelam as marcas identitárias e culturais de uma comunidade, revelando assim, um caráter interdisciplinar dos estudos da Antroponomástica.

Dick (1992) aponta que estudar os nomes próprios de pessoas pode revelar marcas históricas, geográficas, culturais e religiosas. Isso demonstra que os antropônimos não são apenas um código linguístico, eles evidenciam marcas identitárias da sociedade que os utilizam. É por isso, nessa direção teórica, que os estudos dos nomes se fazem aqui pertinentes.

No que se refere ao aporte teórico, a dissertação de mestrado de Frai (2016) ancora a análise e compreensão do uso dos antropônimos a partir da Sócio-Onomástica. Inicialmente, a autora aborda principalmente os estudos de Van

Langedonck (2007). O autor do livro *Theory and Typology of Proper Names* ampara seus estudos na teoria Variacionista de William Labov, área da Sociolinguística destinada ao estudo linguístico e sua relação com a sociedade. De acordo com Van Langedonck “os nomes próprios são signos linguísticos ancorados socialmente e são grande parte e parcela do inventário linguístico de uma comunidade¹” (2007, p. 306, tradução nossa). Tal afirmativa justifica a análise dos nomes próprios considerando não apenas seu sentido etimológico, restrito, mas também o porquê das escolhas dos prenomes, considerando a vontade dos pais ao atribuir um nome e que tais vontades são motivadas por fatores sociais e culturais.

Seide (2013) também discorre sobre analisar os nomes sob a perspectiva sociocultural, observando como os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais podem interferir na prática de nomeação de um determinado lugar, relacionando, ainda, com a própria constituição identitária das pessoas. Segundo a autora, o nome o identifica como pertencente a uma comunidade, sendo semelhante aos que também nela se inserem. (SEIDE, 2013, p. 174).

Nessa direção, Frai (2016) aponta diferentes perspectivas de trabalho sob esse viés teórico. A primeira autora a apontar tais perspectivas é López Franco (2011), pesquisadora que é referência para a dissertação de mestrado. Em seu trabalho, a autora categoriza os antropônimos a partir de informações coletadas em certidões de nascimento de moradores da cidade de Tlanepantla de Baz, no México, em um período de 100 anos -de 1901 a 2000. López Franco (2011) analisou os antropônimos em um recorte diacrônico, observando a frequência de uso, e também em qual língua -majoritária ou de substrato- finalizando com a análise morfossintática.

Seide (2013) analisou parte dos nomes de ruas da cidade de Toledo – Paraná criados a partir de antropônimos, a partir da coleta de dados de Cognese (2011). O

¹ Proper names are socially anchored linguistic signs and as such part and parcel of the linguistic inventory of a society (VAN LANGEDONCK, 2007, p. 306).

objetivo da pesquisa foi observar se há ou não relação etimológica com o prenome e sobrenome. O resultado apontou que há divergências entre o processo etimológico do primeiro e o sobrenome. Conforme Seide, tal resultado é esperado uma vez que muitas vezes, o nomeador não conhece a origem etimológica do nome, o que tal fator pode não ser considerado no processo de nomeação. No entanto, não há uma comprovação efetiva sobre o conhecimento ou não desse fator, por isso, Seide (2013, p. 174) aponta que pesquisas que partem da análise documental são limitadas. Desse modo, seria necessário realizar entrevistas a fim de conhecer de fato os reais motivos da escolha de um antropônimo.

Outra pesquisa é a de Grespan (2013) a respeito dos nomes próprios de pessoas na cidade de Toledo – PR. Na pesquisa, a autora procurou compreender como os habitantes de Toledo nomearam seus filhos, buscando aspectos inovadores no sistema de nomeação e atribuindo ao estudo etimológico dos nomes um papel secundário. Ela coletou 600 nomes, registrados entre os anos de 1954 e 2004, obtidos a partir de certidões de nascimento no cartório de registro civil na cidade de Toledo.

Os resultados afirmaram que ocorreram mudanças na prática de nomeação. Durante o período analisado, constatou-se que houve inovação na norma antroponímica do município, principalmente nos antropônimos concernentes às últimas décadas. A autora constatou o uso de muitos nomes por justaposição, como também, antropônimos formados com fenômenos modificadores, como por exemplo, o uso de “ll”, “y”, “w” em nomes como *Anildo Mathias*, *Elizabetha*, *Adriane Cristhina*, *Dayane Cristhine* e *Raphael*. Entretanto, devido à falta de entrevistas, as reflexões sobre as reais motivações e o uso de nomes considerados inovadores à norma partem de hipóteses explanatórias, como por exemplo, a influência de meios midiáticos na prática de nomeação.

Vescovi (2015) também realizou uma pesquisa semelhante em outros municípios no oeste do Paraná. O objetivo da autora foi descrever os aspectos da

norma antroponímica em dois municípios: Palotina e Maripá, analisando a possibilidade de convergências e divergências, uma vez que o processo de colonização de cada município foi diferente.

O *corpus* de Vescovi (2015) é constituído por 600 nomes registrados no cartório civil de Palotina - PR, nas datas 1957,1967, 1977, 1987, 1997 e 2007. Ainda, devido a fatos históricos, foram coletados os 100 primeiros registros das décadas de 1970, 1971 e 1975. No município de Maripá - PR, foram coletados nomes das décadas 1966, 1976, 1986, 1996 e 2006-2008. Para a pesquisa, a autora traz um parâmetro histórico amplo sobre o processo de povoamento dos locais. A Era da Hortelã – período de plantação de hortelã em Palotina – mostrou a vinda de muitos migrantes de outras regiões brasileiras para o município. Dessa forma, a partir desse período histórico, constatou-se que nomes ainda não utilizados, começaram a ser registrados em crianças nascidas. Por fim, também, analisou-se que as diferenças das normas antroponímicas são diferentes para nomes femininos e masculinos. Para nomes de mulheres, houve mais nomes variados, enquanto que para homens, os nomes apresentaram maior repetição na ocorrência.

2.1 Classificação dos nomes justapostos

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa se utilizou dos nomes justapostos de homens e mulheres em Marechal Cândido Rondon e, a análise das motivações foi a partir do segundo nome, também denominado como n2.

No sistema antroponímico brasileiro, é muito comum a ocorrência de pelo menos: *prenome + sobrenome* ou, ainda, *prenome 1 + prenome 2 + sobrenome*. A junção de prenome 1 + prenome 2 pode caracterizar nomes compostos ou justapostos. Nomes compostos são caracterizados como, de acordo com López Franco (2011) como dois nomes atribuídos juntos por uma convenção social; são antropônimos que são usados

juntos e possuem um sentido de atribuição único, a exemplo: Maria das Graças, Ana Maria, Maria Luiza, José Maria.

Os nomes justapostos, objeto de estudo da pesquisa, constitui o uso de *prenome 1 + prenome 2* de forma não convencional, isto é, são prenomes utilizados com significados e motivações distintas.

2.2 Modelos de atribuição nominal

Dick (1992) e Guérios (1981) categorizaram motivações para a atribuição de nomes próprios. No entanto, para a presente pesquisa aqui explicitada, utilizou-se os modelos de atribuição de nomes categorizados por Jiménez Segura (2014). De acordo com a autora, as motivações podem ser classificadas em tradicionais, por influência da moda e por eleição livre. A autora distingue cada uma delas:

a) Modelo de atribuição nominal tradicional religiosa: engloba antropônimos religiosos utilizados devido à devoção, nomes atribuídos aos filhos porque os pais são devotos por algum santo ou nome bíblico; nomes atribuídos a partir da data do calendário litúrgico, ou seja, a criança é nomeada com o nome do santo correspondente a data de nascimento. Por fim, há também a homenagem ao padrinho ou madrinha – crianças cujo nome é atribuído como forma de homenagem àquela pessoa que auxiliará na criação religiosa cristã do indivíduo nomeado.

b) Modelo de atribuição nominal tradicional homenagem à família: são os nomes atribuídos para homenagear uma figura familiar: avós, avôs, pais, primos, tios, entre outros.

c) Modelo de atribuição da moda: segundo López Franco (2014), nomes atribuídos por causa de um modismo referem-se à preferência de determinados nomes em um período de tempo. Foram consideradas como moda as motivações influenciadas pela mídia: nomes que foram atribuídos devido a alguma pessoa famosa (atriz, ator, cantores ou personagens). Outra motivação considerada moda foi a estética, que pode

ser dividida em: estética propriamente dita – por achar o nome bonito, ortografia e pronúncia – quando o nome possui uma ortografia interessante aos pais (podendo ser mais complexa ou simples) ou que a pronúncia seja simples.

d) Modelo de atribuição eleição livre: motivações que não são classificadas nem como tradicionais, nem como da moda; são motivações distintas elencadas pelos pais, são elas: influências históricas e políticas, causalidade, circunstância de nascimento, univocidade, crenças individuais, influência literária, nome à disposição e significado do nome.

3 Metodologia

Nas pesquisas Antroponomásticas, é comum a coleta de dados a partir da análise de certidões de nascimento. Nesse enfoque, o pesquisador vai ao cartório de registro civil da cidade e utiliza os dados dos livros de registro, conforme seu objeto de estudo. No entanto, tal método é limitado ao considerar que não há certeza sobre a real motivação de um nome, pois não há como solicitar aos pais o porquê de ter atribuído um nome ao filho.

Nessa direção, a fim de que os objetivos da pesquisa fossem contemplados, escolheu-se um método de coleta de dados que pudesse esclarecer a real motivação para a escolha de nomes justapostos na cidade de Marechal Cândido Rondon; portanto, na escolha de um método adequado, escolheu-se o uso de entrevista semiestruturada.

A pesquisa se utilizou do método quantitativo para a construção da amostra (MARCONI; LAKATOS, 1996), como também do método qualitativo para a análise dos dados. Tendo em vista que o objetivo foi analisar as motivações utilizadas pelos pais no processo de nomeação e observando que a análise documental limitaria a pesquisa, observou-se que o pesquisador deveria adentrar ao campo de pesquisa. Ao desenvolver a entrevista semiestruturada, primeiramente, deveria se considerar a

questão do paradoxo do observador (1987), visto que seria inegável a interferência do pesquisador para com o objeto de estudo.

A pesquisa parte da seleção de 250 nomes justapostos atribuídos ou portados por moradores do município de Marechal Cândido Rondon. A amostra foi delineada de modo a contemplar as décadas de 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Salienta-se aqui que o município foi colonizado em meados da década de 1950, no entanto, utiliza-se o recorte a partir de 1930 pois se considera contemplar os nomes dos colonizadores do local, que já chegaram na referida cidade jovens ou adultos.

Para cada década, foram selecionados 17 nomes justapostos femininos e 17 nomes justapostos masculinos. Para a década de 2010; foram contabilizados 6 nomes justapostos para cada sexo, totalizando 12. Tal medida foi feita devido ao fato de que a pesquisa foi realizada em 2015, momento que se encontrava na metade da década.

Na construção da amostra, foi desconsiderada a análise documental, como também o uso de questionário, uma vez que o uso destes não fornecem com precisão as informações necessárias. Portanto, as entrevistas semiestruturadas foram usadas a fim de que a maior quantidade de informações pudesse ser recolhida. Segundo Poupart (1997), o uso desse método permite que se faça uma entrevista em tom dialogal, permitindo que o entrevistado fique mais à vontade para responder as perguntas e que assim, o pesquisador possa, com menos interferência, ter maiores informações.

Nessa perspectiva, por se tratar de uma pesquisa de cunho social, há de se considerar o *paradoxo do observador*. Para Labov (1984) tal fenômeno consiste em o pesquisador, uma vez inserido no campo de pesquisa, deve não influenciar de forma significativa nas respostas do informante. Para isso, é necessário que o pesquisador se aproxime da comunidade a ser estudada e que não intimide o informante da pesquisa.

As perguntas foram realizadas de maneira informal, são elas: De onde sua família é? Onde você trabalha? Qual é a sua idade? Onde você nasceu? Qual a sua

profissão? Qual a sua religião? E da sua família? Quem escolheu seu primeiro e segundo nome? Você poderia dizer por que seus pais/mãe/pai escolherem esse nome? Você tem algum apelido? Como as pessoas te chamam? Você tem irmãos? Como é/são o(s) nome(s) dele(s)? Você saberia dizer por que seus pais/mãe/pai escolherem tais nomes para seus irmãos? Você tem filhos? Quais são os nomes deles? Por que você escolheu esses nomes? Você teve outra opção para nomear seu/a filho/a? Você saberia informar quais os nomes, na época, que você mais ouvia? Você conseguiria dizer a primeira vez que ouviu o nome de seu/a filho/a? Você tinha alguma outra opção para nomear seu /a filho/a?

Para realizar as entrevistas, foram selecionados os próprios portadores dos nomes justapostos, como também pais que tivessem filhos com nomes justapostos. A fim de contemplar os números de nomes por década, foi necessário recorrer a diferentes formas: primeiramente, foi-se a um estabelecimento comercial de um dos colonizadores, que informou possíveis entrevistados. Dessa forma, cada entrevistado sugeria novas pessoas. Por fim, para contemplar as crianças a partir de 2000, foi necessário ir à creche municipal da cidade e contatar os pais sobre a pesquisa. Aqueles que responderam positivamente, foram entrevistados.

Após a quantificação dos dados e categorização das motivações, as entrevistas foram transcritas e os nomes foram categorizados de acordo com as motivações mencionadas anteriormente: modelo atribuição tradicional religiosa e homenagem à família; modelo de atribuição de moda através da mídia ou estética do nome e, por fim, os modelos de atribuição livre. Em seguida, na análise qualitativa, os dados foram relacionados aos fatos sociais e culturais do município, relacionando as mudanças da prática de nomeação com os eventos.

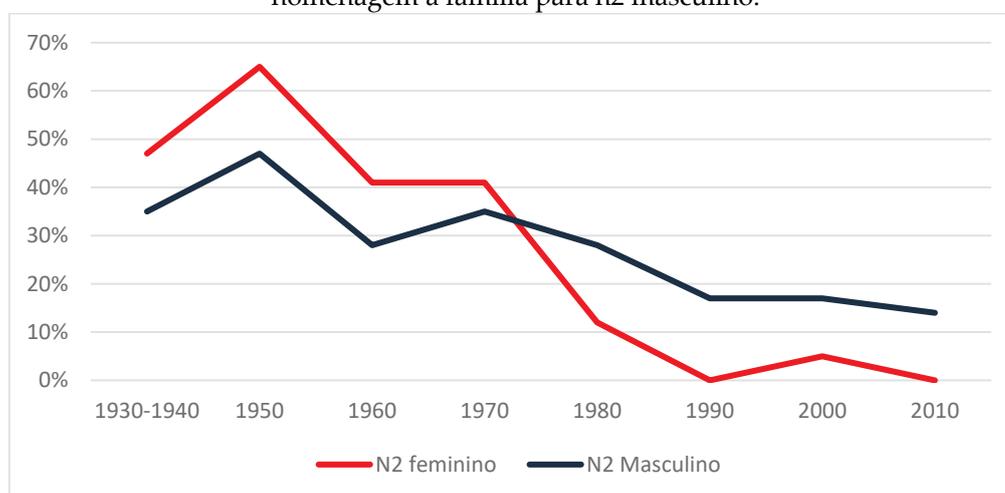
4 Análise dos principais dados: n2 feminino e n2 masculino

A análise qualitativa mostra divergências na prática de nomeação de n2 feminino quanto em n2 masculino. A fim de maximizar os resultados da pesquisa, as motivações foram contabilizadas a partir da categorização das motivações; os dados foram analisados. Em seguida, os números obtidos foram relacionados dentro do corte diacrônico, ou seja, dentro do eixo cronológico de análise.

Ressalta-se aqui que, para o presente artigo, os resultados mais significativos obtidos na pesquisa são explicitados; estes são referentes ao comportamento dos modelos atributivos tradicional e da moda dentro do período de análise: 1930-1940 até 2014.

O gráfico a seguir ilustra os resultados para o modelo de atribuição tradicional para n2 feminino e homenagem aos familiares para n2 masculino.

Gráfico 1 – Predominância dos modelos atributivos tradicionais: religião para n2 feminino e homenagem à família para n2 masculino.



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2016).

A partir da análise realizada, constatou-se que, para n2 feminino, o modelo atributivo tradicional religião foi o mais mencionado e, para n2 masculino, o modelo atributivo tradicional homenagem aos familiares é o mais relevante. Na década de 1930-1940, n2 feminino contabiliza 47% das motivações religiosas, enquanto que para

n2 masculino, a mesma motivação totaliza 35%. Considera-se como hipóteses que podem justificar as atribuições que, para os nomes n2 feminino, a religião seja mais fortemente marcada e, para os nomes n2 masculinos, o sistema patriarcal predomine na norma antroponímica, ou seja, o nome do pai de família sendo passado de geração em geração, assim como o sobrenome.

O que se observa, no *corpus* de nomes femininos, é que muitas atribuíram nomes de santos às filhas porque são devotas de algum santo. Por exemplo, Maria Ivone (71), menciona sobre a prática de dar nomes santos era uma norma na região: “*Olha, naquela época, naquela região, as pessoas sempre colocavam dois nomes no filho, e sempre nomes de santos, católicos né (...)*”. Observa-se ainda que 94% dos entrevistados são católicos. Das mulheres entrevistadas, muitas são donas de casas e católicas praticantes que também atribuíram nomes religiosos aos filhos, por exemplo, Odete Lurdes (74): “*O meu padrinho sugeriu Bernadete de Lurdes por causa de Nossa Senhora de Lurdes (...)*” e Norma Madalena (73) que complementa, ao falar sobre seu n2, “*Eu tenho esse nome porque nasci dia 29 de maio né, dia de Maria Madalena*”.

A religião foi um fator preponderante no período de colonização do município de Marechal Cândido Rondon; a igreja era o centro de socialização da comunidade. Nesse sentido, Deitos (2007) aborda a relação colonizadores e igreja:

Ao transparecer afinidades das populações migrantes com a Igreja Católica, estas de fundamentam na experiência em que grupos de imigrantes tinham no Rio Grande do Sul, onde a situação de isolamento e abandono do poder público ao chegarem àquele Estado fez com que o catolicismo tivesse um papel fundamental no processo de organização de nova vida. No caso das colônias italianas no Rio Grande do Sul, a presença do catolicismo colocava-se como força de nominação. Está herança também pode ser relacionada, em parte, com o processo de colonização do oeste do Paraná. (DEITOS, 2007, p. 185).

Isso demonstra que atribuir nomes de santos às mulheres explicitava o fator social da igreja naquele momento. A partir das narrativas, observa-se que as mulheres

eram devotas e praticantes da religião, logo, suas filhas haveriam de ter nome relacionados à religiosidade; a entrevista de Noeli Maria (74), aponta para o fato: “(...) *Maria por causa da igreja*”.

No que se refere aos nomes masculinos, tendo em vista o sistema patriarcal da época, o nome do patriarca era preservado e enaltecido, sendo mantido nas gerações seguintes. É possível que houvesse a preocupação por manter tanto o sobrenome quanto o nome. A entrevista de João de Deus (71) exemplifica tal fato: “*Olha, pelo que eu saiba é porque meus avós maternos e paternos, um paterno é João de Deus de Siqueira e o materno é João Cardoso e isso influenciou o meu nome, daí meu bisavô paterno também é João*” e a entrevista João Domingos (67) também, o entrevistado, ao relatar sobre seu segundo nome, afirma: “*Domingos porque meu avô se chamava Domingos*”.

Nas demais décadas, as duas motivações aumentam. Em 1950, há o ápice dos modelos atributivos; n2 feminino contabiliza em 65% das ocorrências em motivação religiosa, enquanto para n2 masculino somam-se 47%.

Interessante ressaltar que os filhos dos colonizadores compõem os nomes da década de 1950 e 1960, o que mostra uma norma antroponímica semelhante aos dos pais: predominância de nomes religiosos para as mulheres e nomes dos avôs para os homens. Menciona-se ainda, a quantidade de nomes repetidos para n2 feminino, o que mostra a pouca diversificação dos nomes próprios, por exemplo: *Teresinha/Terezinha: Marli Terezinha, Ederli Terezinha, Alice Teresinha e Marlene Terezinha* e o antropônimo Maria: *Edi Maria, Fátima Maria, Maria Helena, Maria Aparecida, Flávia Maria, Maria Helena, Elci Maria, Elita Maria, Helena Maria e Áurea Maria*.

Após essa década, o que se observa é que tais motivações são menos utilizadas nas décadas posteriores. Entre 1960 e 1970, os números são relativamente estáveis, tendo apenas n2 masculino uma breve oscilação: n2 feminino estabiliza 41% nas duas décadas, enquanto n2 masculino contabiliza 28% e 29%, respectivamente.

A partir de 1970, os números de ocorrências para os modelos atributivos tradicionais decaem significativamente para ambos os sexos. Há de se observar que nessa época, o município se consolidava e pessoas de diferentes lugares ali se instalaram.

Em 1980, a motivação religiosa decaiu para 11%, ou seja, menos da metade das ocorrências já observadas. Em n2 masculino, a diminuição é menos acentuada, contabiliza novamente 28%.

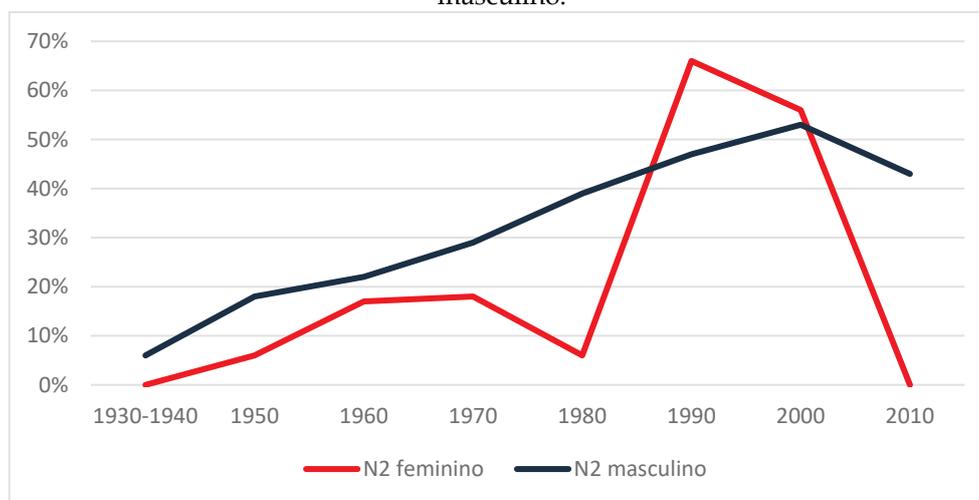
Já na década de 1990, o modelo de atribuição tradicional religião para n2 feminino não obteve nenhuma ocorrência, ou seja, não houve menção a essa motivação na década referida. Isso demonstra uma diferença de 47% do número de ocorrência em um período de 50 anos. Para n2 masculino decaiu para 17%.

No período de 1990 a 2010 em n2 feminino, observa-se que em 2000 houve 5% de ocorrências e, depois, o número de motivações cai a zero novamente.

Tais dados mencionados no gráfico 1 referentes à década de 1980 e 1990, complementam-se no gráfico 2, que ilustra o comportamento do modelo atributivo da moda. Dessa forma, o outro modelo atributivo de destaque é a motivação da moda: estética e mídia. Os antropônimos atribuídos por tal motivação são aqueles em que os pais podem escolher devido a uma questão estética: nome ser bonito para os pais, pela sonoridade ser agradável ou ainda por uma questão ortográfica – nomes com uma grafia simples ou diferente daquela usualmente utilizada. Também, nomes da moda são aqueles veiculados na mídia: nomes de personagens de uma novela, nome de celebridades, cantores e entre outros.

O gráfico a seguir aponta os dados obtidos no eixo cronológico para essa motivação:

Gráfico 2 - Predominância dos modelos atributivos da moda: estética e moda para n2 feminino e n2 masculino.



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2016).

Observa-se que o modelo de atribuição da moda assume quantitativa significativa e ocorrências em ambos os sexos a partir de 1980. No período de 1930-1940 até 1960, houve um aumento em n2 feminino de 0% a 17%, enquanto que para n2 masculino, de 6% a 22%. Embora ainda de maneira sutil, a moda já estava presente nas primeiras décadas para n2 masculino.

Entre 1960 a 1980, a influência da moda para nomes femininos diminuiu: de 17% decaiu para 6%, ao passo que em n2 masculino de 22% o número aumentou para 39%. Em 1970, foi o surgimento, pela primeira vez, do modelo de atribuição da moda por influência da mídia em n2 masculino. A mãe de Jackson Régis (36) comenta: *Régis fui eu que escolhi [...] na época tinha um jogador de futebol muito famoso com o nome de Régis*".

No período de 1980 e 1990, a moda obteve um salto para n2 feminino de 6% para 66%, isto é, um aumento significativo de 60%. Em n2 masculino, o aumento foi de 6%, ou seja, totalizou 47%.

Segundo os dados, as mudanças foram gradativamente percebidas em n2 feminino e masculino; os gráficos se complementam, no momento em que as motivações tradicionais decaem, as motivações da moda aumentam. A porcentagem de ocorrências de modelos atributivos tradicionais era maior nas décadas iniciais, já

na década de 1980, elas decaem, conseqüentemente, outras motivações são mencionadas, como por exemplo as motivações por eleição livre.

Tais mudanças na norma antroponímica instigam a pensar nas hipóteses que levaram a ocorrer mudanças. Em 1960, a rádio de Marechal Cândido Rondon começou a transmitir programas para a região. Nessa perspectiva, a televisão também começou a ser vendida em todo o território brasileiro. Em 1980, a televisão já se era um objeto indispensável nas residências, sendo a partir de então aprimorado.

Em 1990, n2 feminino teve alta ocorrência do modelo moda, em 2000 foram contabilizadas 56% das ocorrências, no entanto em 2010, não houve nenhuma ocorrência. Por fim, para n2 masculino, de 47% em 1990, a moda aumentou para 57% em 2000 e 2010, uma breve decaída para 43%. Nas entrevistas sobre os antropônimos femininos, aponta-se a entrevista de Celi Cristina explica a escolha do n2 de sua filha Jhenifer Tuisy (24): *“Quando eu era pequena eu queria ser modelo e aí tinha a Twiggy, a primeira modelo magra dos Estados Unidos, aí eu não podia escrever Twiggy, eu tive que adequar, aí escrevi Tuisy (...) eu coloquei y igual”*; Aline Taís também comenta o próprio n2: *“(...) Taís por causa de uma novela da época”*. Para n2 masculino, há o relato de Joelson Michael (17): *“Ficou Michael, de Michael Jackson, o pai gostava dele”*.

É pertinente mencionar que além da análise das motivações, outros dados puderam ser analisados, com por exemplo, a quantidade de nomes diferentes que começaram a ser mencionados a partir de 1990 para n2 feminino, como: *Vaniela Djane, Gabriela Natasha, Edla Samara, Inajaia Kauana, Rejane Elisa e Ivair Geovane, César Alexandre, Éder Dailor, Cassiano Ricardo, Willian Renan, Jhenifer Tuisy, Jéssica Caroline, Aline Taís e Idiana Mara*.

Tendo em vista tais mudanças, a pesquisa se deteve em explicar o porquê que mudanças na norma antroponímica ocorriam, questionamentos surgiram como: Por que os pais sentem a necessidade de atribuir nomes da “moda” para os filhos em um

determinando momento histórico? Por que os antropônimos de origem religiosa foram ausentes na década de 1990, no *corpus* analisado? (FRAI, 2016, p. 109).

Ao se utilizar da pesquisa dos nomes próprios sob o viés social e culturas, ou seja, um estudo interdisciplinar, buscou-se, portanto, os estudos de Hall (1992) a respeito de identidade e cultura. O autor o conceito de Identidade cultural e Identidade nacional. A primeira refere-se ao reconhecimento do ser na sociedade a qual pertence, e a segunda refere-se à organização de um discurso, que faz o indivíduo se sentir pertencente a um lugar (HALL, 1992, p. 13).

Adiante, o sociólogo analisa o processo de mudança dessas identidades a partir do fenômeno da globalização. Nesse ponto, ele afirma que a identidade se transforma, é mutável: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente” (HALL, 1992, p. 2, grifos do autor).

Assim, o sujeito é passível de mudanças de valores, conseqüentemente, ocasionando sucessivas mudanças de gostos e preferências. Isso justifica o fato de determinadas motivações serem utilizadas em um determinado momento e outras não. A partir do sujeito pós-moderno, no final do século XX, essas mudanças se intensificaram: a cultura, as crenças e a nacionalidade começaram a se fragmentar devido à globalização. De acordo com o autor, tal fenômeno denominado-se *descentramento*.

Isso explica por que os nomes da moda foram escolhidos a partir do momento em que as pessoas tiveram acesso às diferentes culturas, através dos veículos midiáticos. O mesmo fenômeno foi observado por Ngade (2011) em um estudo sobre a comunidade africana Bakossi. A norma antroponímica do local era enaltecida e mantida a partir da atribuição de nomes tradicionais, como homenagem aos ancestrais, no entanto, a partir da globalização, os pais começaram a atribuir nomes encontrados em fontes midiáticas.

Portanto, observar o movimento da globalização como fator influenciador da prática de nomeação, não é algo restrito da comunidade rondonense, nem mesmo da comunidade Bakossi. López Franco (2011) também já observara tal relação nos antropônimos mexicanos. Dessa forma, isso comprova que a questão do *descentramento* de Hall (1992) é um fator existente em todas as comunidades que possuem contato com outras.

5 Considerações finais

Os nomes próprios de pessoas podem revelar marca identitárias e culturais de uma determinada comunidade. Ao estudar os nomes próprios de pessoas, também denominados cientificamente de antropônimos, é possível observar que a escolha dos pais ao atribuírem um nome ao filho não é uma escolha aleatória, quer seja em uma comunidade paranaense, quer seja em uma comunidade africana ou até mesmo na Idade Medieval. O fato é que antropônimos são um reflexo de uma sociedade culturalmente estabelecida, mutável, que se modifica a todo instante.

O objetivo do presente artigo foi explicitar os principais resultados de uma dissertação de mestrado defendida em 2016. Tal pesquisa analisou quais modelos atributivos os pais escolhem para atribuir um nome ao filho dentro de um corte diacrônico de 1930 até 2014; como também, analisar de que forma os fatores sociais e culturais podem influenciar em tais escolhas.

Para que se pudesse realmente conhecer o porquê de os pais atribuem um segundo prenome aos filhos, foi escolhido para a geração de dados a realização de entrevistas semiestruturadas - entrevista em que há possibilidade de conversar abertamente com o entrevistado. Esse detalhamento da metodologia é de fundamental importância para a pesquisa Antroponomástica, pois contribui para o fortalecimento dessa área de estudos, evidenciando assim que há cientificidade e métodos adequados a serem seguidos em uma pesquisa dessa área. Nesse sentido, a pesquisa ora

mencionada se utilizou de uma metodologia própria, que foi construída ao longo na necessidade do pesquisador em coletar e categorizar o objeto de estudo.

Os dados mostraram que o segundo nome é atribuído de forma distinta para homens e mulheres. Enquanto que, nas décadas de 1930 e 1940, predominava os modelos atributivos tradicionais, nomes religiosos para n2 feminino e homenagem aos familiares para n2 masculino, na década de 1990, predominava o modelo atributivo da moda para ambos os sexos. Nessa perspectiva, considerando um corte diacrônico, analisa-se que fatores históricos, sociais e culturais influenciam na norma antroponímica, como a marcação religiosa da Igreja Católica no período de colonização, como também o processo de *descentramento*, discutido por Hall (1992), ocorrido devido ao processo de globalização.

Outro avanço da pesquisa é a contribuição no que diz respeito aos estudos identitários e culturais da cidade de Marechal Cândido Rondon. Estudar os nomes próprios de pessoas à luz da Sócio-Onomástica enriquece as análises antroponímicas, conseqüentemente, contribui para o entendimento da formação cultural e da norma antroponímica do oeste do Paraná.

Referências bibliográficas

BIDERMAN, M. T. C. O Léxico. *In*: OLIVEIRA, A.M.P.P; ISQUERDO; A.P. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Editora UFMS, Campo Grande, 1998.

BRAMWELL, E. S. **Naming and transplanted traditions**: change and continuity in Glasgow's Pakistani Muslim community. *Onoma*. Glasgow: p. 29-51, 2011

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. FFLCH: São Paulo, 1992.

FRAI, P. H. **Motivação para a escolha de um segundo nome na antroponímia rondonense**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em letras - área de concentração: linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

GRESPLAN, T. **Antroponímia de Toledo – Paraná – 1954-2004: aspectos inovadores.** 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de concentração: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes.** 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HALL, S. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** DP&A, Rio de Janeiro, 1992.

JIMÉNEZ SEGURA, S. **Los modelos de atribución del nombre de pila tradicional y a partir de la moda en el municipio de Tlalnepantla de Baz, estado de México.** Estudio sincrónico y diacrónico de tres calas: 1930, 1960 y 1990. 2014. Dissertação de Mestrado – Escuela Nacional de Antropología e Historia, México, 2014.

LABOV, W. **Field methods of the Project on Linguistic change and variation.** Disponível em : <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/L470/Labov1984.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

LÓPEZ FRANCO, Y. G. **Un siglo de nombres de pila en Tlalnepantla de Baz.** Universidad Nacional Autónoma de México. México: Plaza y Valdés. 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: S.A: 1996.

NGADE, I. Bakossi names, naming culture and identify. **Journal of African Cultural Studies**, vol. 23, n. 2, p. 111-120, 2011. DOI <https://doi.org/10.1080/13696815.2011.637880>

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: questões epistemológicas e metodológicas.** Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215 – 253.

SANTOS, M. L. F. de Oliveira Silva. **A Onomástica, o indivíduo e o grupo.** Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p229-242.pdf. Acesso em: 19 fev. 2013

SEIDE, M. S. Motivações contemporâneas para a escolha do antropônimo. **Revista Entreletras**, n. 02, p. 90- 101, 2013.

TARALLO, F. **A Pesquisa Socio-lingüística.** 7. ed. São Paulo: Ática: 2001.

VAN LANGENDONCK, W. **Theory and Typology of Proper Names**. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2007. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110197853>

VESCOVI, J. P. **Prenomes e sobrenomes em Palotina-PR e em Maripá-PR: um estudo comparativo**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de concentração: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

Artigo recebido em: 03.06.2019

Artigo aprovado em: 30.12.2019

O aumento da inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna como um indicador de mudanças no imaginário social brasileiro

The increase of military ranks in ballot names as an indicator of changes in the Brazilian social imaginary

*Paola Santos Lima SOARES**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar, com base nos pressupostos teóricos da Antroponomástica e das Ciências Políticas, os nomes de urna de candidatos militares ao cargo de deputado estadual em um período de 20 anos, entre 1998 e 2018. Pretende-se verificar se a preferência pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna poderia variar em conformidade com mudanças no imaginário social brasileiro. Para isso, foi realizada uma análise quantitativa dos dados e verificado se há correlação entre os resultados numéricos encontrados e a vigência da “direita envergonhada”, fenômeno, em declínio, que perdurava desde a época da redemocratização e se refere ao constrangimento da direita por sua associação ao regime militar, em função de sua avaliação negativa pela sociedade. Os resultados encontrados atestam a hipótese de que o imaginário coletivo sobre o regime militar influenciou a opção ou não dos militares por incluir postos e graduações em nomes de urna, afinal, em meio à ascensão de discursos favoráveis ao regime e, conseqüentemente, com o arrefecimento

ABSTRACT: This article aims to analyze, based on the theoretical assumptions of Anthroponomastics and Political Science, the ballot names of military candidates for the position of state deputy over a period of 20 years, from 1998 to 2018. We intend to verify if the preference for the addition of military ranks in ballot names could vary according to changes in the Brazilian social imaginary. For this, a quantitative analysis of the data was carried out and was verified the correlation between the numerical results found and the influence of the “ashamed right”, a phenomenon in decline, that lasted since the redemocratization process in Brazil, and refers to the embarrassment of the right for its association with the military regime, due to its negative evaluation by society. The results validate the hypothesis that the collective imaginary about the military regime influenced the choice to add or not ranks in ballot names, after all, with the increase of discourses favorable to the military regime and, consequently, with the weakening of the “ashamed right”, the number of ranks in ballot names has increased significantly. This proves that patterns in forming

* Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0268-7163>. paolasantoslimesoares@gmail.com

do fenômeno da “direita envergonhada”, o número de postos e graduações em nomes de urnas teve um aumento significativo. Isso prova que os padrões no processo de formação de nomes de urna podem indicar aspectos políticos e sociais.

ballot names can indicate political and social aspects.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes de urna. Regime militar. Antroponomástica. Direita envergonhada. Ciências Políticas.

KEYWORDS: Ballot names. Military regime. Anthroponomastics. Ashamed right. Political Sciences.

1 Introdução

Neste artigo, o objeto de estudo são os nomes de urna escolhidos por candidatos militares ao cargo de deputado estadual no Brasil, em um período de 20 anos, de 1998 a 2018. O objetivo do trabalho é verificar se a opção pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna pode evidenciar aspectos sociais e políticos do Brasil e variar em conformidade com mudanças no imaginário social.

Conforme Carvalho (1987), o imaginário social se refere às imagens e às representações que se materializam nos discursos. Ele se relaciona a relações de poder porque é por meio dele que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...]. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias” (CARVALHO, 1987, p. 10). Nesse sentido, “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1987, p. 11). Isto é, é evidente o caráter político da manipulação do imaginário coletivo e, quando há alterações nas visões de mundo vigentes, conseqüentemente, alteraram-se as estratégias para se ter acesso ao poder.

Os nomes de urna integram as estratégias que os candidatos dispõem para atrair e persuadir os eleitores, conforme Amaral e Machado (2015). Sob o ponto de vista da Linguística, entende-se por nome de urna uma categoria Antroponomástica

que se refere à forma denominativa adotada por candidatos a cargos políticos no Brasil. Trata-se do nome pelo qual o candidato será reconhecido durante o período eleitoral, mas que, a pedido do candidato, pode dar origem ao nome parlamentar, forma designativa empregada em referência ao candidato durante o mandato, em reuniões e em documentos oficiais (AMARAL; MACHADO, 2015). Na categoria dos nomes de urna, destaca-se o caráter temporário e opcional, visto que a sua vigência limita-se ao período de campanha eleitoral e a sua constituição pode equivaler ao nome civil ou dispor de elementos diversos escolhidos pelo próprio candidato, com poucas restrições, como será discutido adiante.

Diante disso, as questões que se apresentam são as seguintes: de que forma os discursos sobre o regime militar, que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, influenciaram a opção pela inclusão ou não de postos e graduações militares em nomes de urna? É possível encontrar correlação entre os discursos que circulam sobre o regime militar e a opção dos candidatos em incluir ou não postos e graduações militares em nomes de urna ao longo do tempo? Frente a essas questões, a hipótese que se deseja testar aqui é a de que os nomes de urna poderiam atuar como indicadores de mudanças políticas por acreditar-se que a sua composição influencia-se pelos discursos que circulam na sociedade.

Tendo em vista o exposto, o artigo irá subdividir-se nas seguintes partes: inicialmente, serão apresentados os pressupostos teóricos, em que serão retomados alguns estudos antroponímicos e informações legais sobre os nomes de urna, além de estudos que discutem o fenômeno da “direita envergonhada” no Brasil ao longo do tempo. Em seguida, virá a metodologia com os resultados e a análise dos dados e, por fim, as considerações finais, com as conclusões do trabalho.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Os nomes de urna e o quadro teórico da Antroponomástica

A Antroponomástica é uma das áreas da Onomástica, um campo de estudos mais amplo que se ocupa dos nomes próprios de uma língua, que incluem dentre outras categorias os *topônimos*, nomes de lugares, e os *antropônimos*, nomes de pessoas. De modo mais específico, a Antroponomástica interessa-se pelo estudo dos nomes próprios de pessoas, sobretudo pela busca de critérios de formação dos antropônimos e pela classificação dos seus diversos tipos.

De acordo com Van Langendonck (2007), há quatro subclasses de nomes próprios que formam um *continuum*, ordenado de acordo com a prototipicidade dos nomes. Na classe mais prototípica, constariam os nomes de pessoas. E nas duas classes localizadas no extremo oposto estariam somente nomes comuns. O autor ainda define algumas subcategorias, como o *nome primário*, que se trata do primeiro nome ou aquele que se usa para chamar atenção de uma pessoa, e o *nome secundário*, que se trata do sobrenome ou nome de família. Também menciona os *nomes oficiais*, que são aqueles registrados em instituições oficiais como a Igreja ou o Estado, e os *nomes não oficiais*, aqueles que podem ser dados por qualquer um, como os apelidos.

Fernández Leborans (1999) evidencia a heterogeneidade da classe dos nomes próprios em sua classificação. De acordo com a autora, a classe dos nomes próprios é constituída por três elementos: o *nome de batismo*, isto é, o primeiro nome; os *sobrenomes* ou *apelidos*, nomes geralmente formados a partir do nome do pai; e os *hipocorísticos*, nomes em forma abreviada ou no diminutivo empregados de modo afetivo.

Para o Português Brasileiro, há a proposta de Amaral (2011), que abrange subcategorias distribuídas em dois grupos: o primeiro grupo é o dos *ortônimos*, que consiste no nome civil completo conforme registro em instituição oficial e inclui o *prenome*, o primeiro nome ou aquele que antecede o sobrenome, e o *sobrenome* ou o *nome de família*, que são o(s) nome(s) pospostos ao prenome. O segundo grupo é o

grupo dos *alônimos*, que abrange nomes não oficiais que sinalizam intimidade ou são empregados em âmbitos mais restritos. Entre os itens mais comuns que se incluem nesse grupo estão os *hipocorísticos*, formados a partir de alterações como a abreviação, o diminutivo ou o aumentativo de antropônimos; os *apelidos* ou a *alcunha*, nomes não oficiais dados a alguém por outra pessoa; e os *pseudônimos* e os *codinomes*, nomes escolhidos por um indivíduo para substituir o seu próprio prenome. Nesse grupo também se incluem nomes usados em contextos específicos como o *heterônimo*, nome de um personagem fictício, criado como persona de um indivíduo; o *nome artístico*, nome escolhido por artistas para substituir o seu nome civil e o *nome de guerra*, nome pelo qual um indivíduo é conhecido em uma esfera de atividade.

De modo mais específico, aproximando-se do objeto de estudo deste trabalho, Amaral e Machado (2015) analisam processos de formação dos nomes de urna e de nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, entre 1989 e 2013, para verificar a relação entre os nomes de urna e os apelidos dos candidatos. Conforme os resultados apresentados pelos autores, os nomes de urna são constituídos, geralmente, pelas formas pelas quais o candidato é conhecido no município em que reside, isso facilitaria o seu reconhecimento pelos eleitores.

Para clarificar melhor o conceito de nome de urna, como há poucos estudos sobre o tema, faz-se necessário empregar definições e classificações de dispositivos normativos do ordenamento jurídico brasileiro:

O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido (art. 12, Lei Nº 9.504/1997).

Isto é, o nome de urna é um nome escolhido pelo próprio candidato, por meio do qual será reconhecido durante a campanha eleitoral. A sua formação tem poucas

restrições, o candidato pode optar por qualquer combinação “desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente” (art. 12, Lei Nº 9.504/1997).

2.3 O fenômeno da “direita envergonhada” e o regime militar no Brasil

No debate político, é comum a busca por critérios que permitam delimitar o eixo esquerda/direita. No Brasil, apesar de controversa a validade da noção de polarização, há estudos que investigam as características intrínsecas a cada um desses polos para evidenciar a sua oposição. Ao revisar a literatura sobre o assunto, destaca-se, entre as variáveis comumente investigadas, a avaliação negativa ou positiva do regime militar no Brasil (PIERUCCI, 1987; SOUZA, 1988; MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; MADEIRA; TAROUCO, 2010). As conclusões a que se chega nesses trabalhos são as de que os partidos conservadores, para além de convergências econômicas, sociais, políticas e morais, têm em seu histórico forte associação com o regime militar, o que tem sido motivo de constrangimento desde a época da redemocratização. Daí emerge o conceito de “direita envergonhada”, cunhado por Souza (1988), fenômeno retomado em diversos outros trabalhos sobre o tema.

Mainwaring, Meneguello e Power (2000), ao traçar a genealogia dos partidos conservadores, relembram que o regime militar teve grande aceitação de partidos e políticos conservadores, que foram incorporados ao governo e se mantiveram no cenário político pós-redemocratização. Os autores chamam atenção para o posicionamento da ala conservadora na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988:

Os partidos conservadores tendiam a apoiar algumas posições autoritárias mais do que os outros partidos, e defenderam políticas militares controversas como o arquivamento por tempo indefinido de documentos oficiais confidenciais e uma total recusa em reconhecer os

abusos contra os direitos humanos do regime anterior. [...] o que lhes conferiu a reputação logo em seguida à transição de defensores árdios das prerrogativas militares (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 34).

Nesse contexto, era comum que os políticos evitassem situar-se à direita quando solicitado que se auto classificassem. Por exemplo, em uma pesquisa realizada por Rodrigues (1987) com 428 deputados federais, não houve políticos que se auto classificassem como membros da “direita radical”, somente 6% se definiram como de centro-direita ou moderados, 37% de centro, 52% de centro-esquerda e 5% de esquerda-radical:

No conjunto, a esquerda (“extrema-esquerda”, “esquerda” mais “centro-esquerda”) tem mais da metade da Constituinte, enquanto a direita (“extrema-direita”, “direita” e “centro-direita”) praticamente desaparece[...]. A julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita (RODRIGUES, 1987, p. 99).

Em acréscimo, outro autor que chama atenção para esse incômodo de assumir-se “de direita” é Pierucci (1987). De acordo com o autor, “os políticos de direita, [...], têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda [...]” (PIERUCCI, 1987, p. 36). Tal constrangimento seria um espólio do regime militar, “o regime militar foi quem deixou para as direitas essa herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si” (PIERUCCI, 1987, p. 36). Nesse sentido, negar o posicionamento à direita tinha como função ocultar o apoio ao regime militar, o que se configurava como uma estratégia para angariar votos:

No Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação das urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita. Pior ainda de extrema direita (PIERUCCI, 1987, p. 36).

Avançando-se no tempo, esse conceito é retomado por Madeira e Tarouco (2010), que evidenciam, na origem dos principais partidos existentes à época, o vínculo com o regime militar:

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário [...] e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar) (MADEIRA; TAROUCO, 2010, p. 4).

Os autores, após reafirmarem a prevalência do fenômeno da “direita envergonhada”, ponderam que “por se tratar de um período histórico específico, a influência do regime autoritário tende a diminuir com o passar do tempo” (MADEIRA; TAROUCO, 2010, p. 6).

No entanto, uma reviravolta pode ser apontada em trabalhos que sinalizam a ascensão de uma “nova direita” no Brasil, que ganhou força a partir da chegada de uma “onda conservadora”, como afirmam Chaloub e Perlatto (2015). Maitino (2018) ressalta que essa nova vertente pôs fim ao “fenômeno da direita envergonhada”, o que se confirma a partir da popularidade de atores políticos que se declaram “direitistas” com orgulho (MAITINO, 2018). Esse fato deu voz a políticos como Jair Bolsonaro, que “apesar de ser deputado federal desde 1991, nunca se caracterizou como “direita envergonhada”, assumindo abertamente sua posição à direita e sua adesão ao regime militar” (MAITINO, 2018, p. 117). De acordo com Maitino (2018), verifica-se no cenário político atual uma série de transformações:

O retorno de grupos de vocabulário anticomunista, abertamente simpáticos ao regime militar, a posições de destaque no debate político nacional vem gerando surpresa e apreensão em muita gente. Essas transformações, associadas ao surgimento de uma “nova direita”, põem em xeque algumas das noções estabelecidas sobre o campo

conservador brasileiro, renovando o interesse no estudo das formações políticas de direita (MAITINO, 2018, p. 112).

Portanto, verifica-se que houve uma mudança brusca nos discursos sobre o Regime Militar, o que sinaliza mudanças no imaginário social brasileiro. Nas seções seguintes, será verificado se isso influenciou o padrão de comportamento dos militares no que se refere à inclusão de postos e graduações em nomes de urna.

3 Metodologia

Para responder as questões suscitadas nesse trabalho, foram coletadas, no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informações sobre os nomes de urna de deputados estaduais militares da ativa e reformados, entre os anos de 1998 e 2018. Optou-se por não incluir nessa pesquisa bombeiros militares por não se considerar que essa categoria carregue estereótipos que a vincule à ideia de autoritarismo. Ainda, optou-se por restringir a pesquisa à análise dos candidatos ao cargo de deputado estadual para viabilizar uma comparação em um contexto mais amplo, levando-se em consideração dados distribuídos por todo o Brasil.

Por meio do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, foi possível obter informações sobre o nome civil, o nome de urna e a ocupação profissional dos candidatos. Ao todo, foram analisados os dados de 3039 candidatos, distribuídos ao longo de seis legislaturas. O procedimento realizado consiste em uma análise quantitativa do número de candidatos que optaram por incluir postos e graduações militares em nomes de urna em cada uma das legislaturas, para verificar se há algum padrão de comportamento que corrobore a tese de que o fenômeno da “direita envergonhada” tenha influenciado essa escolha ao longo dos anos. Os dados foram dispostos em uma tabela, para facilitar a comparação:

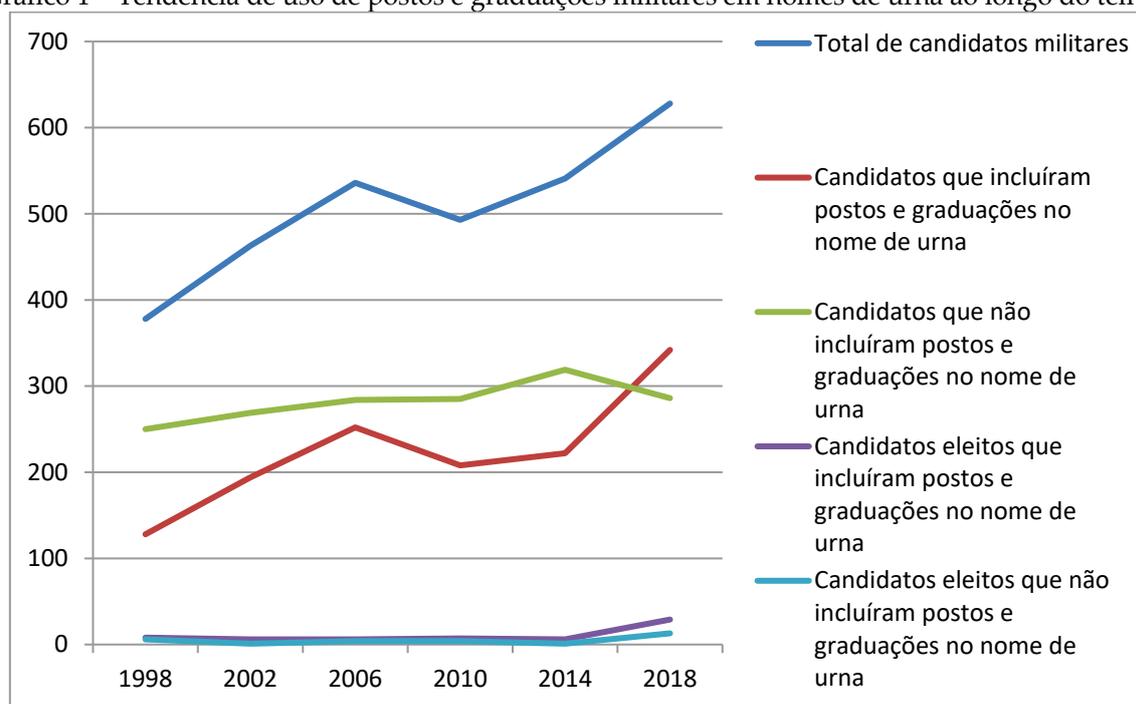
Tabela 1 – Número de postos e graduações militares em nomes de urna ao longo dos anos.

	1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	Nº	%										
Total de candidatos militares	372	100	455	100	530	100	490	100	525	100	615	100
Candidatos militares que incluíram postos e graduações em nomes de urna	126	33,8	189	41,5	251	47,3	206	42,0	213	40,5	333	54,1
Candidatos militares que não incluíram postos e graduações em nomes de urna	246	66,1	266	58,4	279	52,6	284	57,9	312	59,4	282	45,8
Candidatos eleitos com postos e graduações em nomes de urna	8	2,1	6	1,3	6	1,1	7	1,4	5	0,9	29	4,7
Candidatos eleitos sem postos e graduações em nomes de urna	6	1,6	1	0,2	4	0,7	4	0,8	1	0,1	13	2,1

Fonte: elaborada pela autora.

Complementarmente, foi elaborado um gráfico para melhor visualização de tendências e desvios ao longo do tempo:

Gráfico 1 – Tendência de uso de postos e graduações militares em nomes de urna ao longo do tempo.



Fonte: elaborado pela autora.

Em seguida, serão apresentados os resultados das análises que se fizeram dos dados dispostos acima.

4 Discussão dos resultados

Conforme os dados numéricos encontrados, há um acréscimo no número de candidatos militares a cada legislatura, com uma leve queda no ano de 2010. Verifica-se que o aumento de candidatos militares em 2018 é de mais de 60% se comparado ao ano de 1998.

Apesar disso, há uma constância no percentual de militares que optaram por incluir postos e graduações militares em nomes de urna até 2014, nunca alcançando um valor percentual de 50%. Como pode ser visto na tabela 1, é sempre maior o número de candidatos que optaram por não incluir postos e graduações em nomes de urna até 2014. No entanto, é notável que houve uma reviravolta no ano de 2018, no que se refere a esses dados especificamente. Em 2018, o número de candidatos que optaram por nomes de urna com postos e graduações militares ultrapassou 50%, superando o número dos que optaram por não incluir, pela primeira vez em um período de 20 anos.

Em relação ao número de candidatos militares eleitos, constata-se que sempre foi maior o número de candidatos eleitos com postos e graduações militares em nomes de urna. O que chama atenção nos números contabilizados é que sempre foi bastante reduzido o número de eleitos se comparado ao número de candidatos. Conforme pode ser observado, em 2018 há um salto no número de eleitos e um aumento de 362% de candidatos militares eleitos com postos e graduações nos nomes de urna e de 216% de militares eleitos sem menção aos postos e graduações nos nomes de urna, se comparado com o ano de 1998. Na legislatura anterior, em 2014, o número de candidatos militares eleitos é ainda menor que em 1998.

Diante dos números encontrados, confirma-se a hipótese de que, durante a vigência do fenômeno da “direita envergonhada”, havia um certo descrédito dos próprios militares em relação ao uso de postos e graduações como estratégia para angariar votos. Apesar disso, percebe-se que o prestígio que esses candidatos

mantinham era consequência do cargo que ocupavam, afinal o número de eleitos sempre foi maior entre aqueles que mencionavam os postos e graduações.

No gráfico, percebe-se melhor uma mudança brusca, uma inversão de valores no ano de 2018. Em um contexto de valorização da “direita”, da chegada de uma “onda conservadora” e do aumento da circulação de discursos favoráveis ao regime militar, mencionar as instituições militares em nomes de urna passou a ser visto como uma boa estratégia para atrair o eleitorado.

5 Considerações finais

O objetivo deste trabalho era verificar se haveria um padrão na opção ou não pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna de candidatos militares. Mais especificamente, desejava-se examinar se essa opção teria sofrido influência do fenômeno observado por Souza (1988), “a direita envergonhada”. Nesse sentido, buscava-se testar a hipótese de que os discursos negativos acerca do Regime Militar teriam inibido os militares de tal forma que a opção por identificar-se como militar em nomes de urna não seria vista como uma boa estratégia de campanha eleitoral. Consequentemente, o fim da “direita envergonhada” e o surgimento de discursos favoráveis ao regime encorajariam os militares a se identificarem.

Como demonstrado acima, os dados revelam que, até 2014, a maior parte dos militares optavam por não incluir postos e graduações em nomes de urna. Em 2018, houve uma ruptura, uma mudança brusca nesse padrão de comportamento e, pela primeira vez em 20 anos, houve mais militares que optaram pela inclusão. Desta forma, a análise dos dados atesta a hipótese de que a formação dos nomes de urna pode variar em conformidade com os discursos que circulam na sociedade e, portanto, pode ser um indicativo de mudanças no imaginário social.

Acredita-se que este estudo seja de interesse tanto da Antroponomástica como das Ciências Políticas, pois demonstra de que forma um elemento linguístico pode

evidenciar uma situação política. Após uma comparação temporal, seriam igualmente interessantes estudos futuros que fizessem uma comparação por localidade, verificando as diferenças regionais no padrão de formação dos nomes de urna dos militares.

Referências Bibliográficas

AMARAL, E. T. R.; MACHADO, V. B. Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. **Revista GTLex**, v. 1, n. 1, 2015. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-4>

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. **Alfa Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

BRASIL. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. *In*: **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**, v. 1. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.

FERNÁNDEZ LEBORANS, M. J. El nombre propio. *In*: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (dir.). **Gramática descriptiva de la lengua española** - vol. 1: sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 77-128.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. A ‘direita envergonhada’ no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar? *In*: **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAITINO, E. M. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, p.111-134, 2018. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149018>

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

SOUZA, M. do C. C. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. *In*: STEPAN, A. (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 563-629.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, ed. 45, p. 149-165, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições anteriores. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 27 jun. 2019.

VAN LANGENDONCK, W. **Theory and typology of proper names**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110197853>

Artigo recebido em: 26.09.2019

Artigo aprovado em: 28.03.2020

Resenha**Dictionnaire Étymologique Roman (DÉRom) 2***Bruno MARONEZE**

O *Dictionnaire Étymologique Roman (DÉRom) 2*¹, organizado por Éva Buchi e Wolfgang Schweickard, escrito inteiramente em francês, é a segunda publicação do projeto *DÉRom*, um dos avanços mais importantes na Linguística Românica das últimas décadas. O *website* do projeto (<http://www.atilf.fr/DERom/>) contém vários outros materiais, com publicações para *download* e todos os verbetes do dicionário, com muitas formas diferentes de consulta.

Este volume é dividido em duas partes: uma primeira parte teórica e metodológica (com onze contribuições) e uma segunda parte lexicográfica que contém 40 verbetes em mais de 140 páginas. O volume tem um total de 617 páginas. Assim, apesar do título, a obra não se constitui em um dicionário, mas é predominantemente uma obra teórico-reflexiva que contém parte de um dicionário. Nesta resenha, serão descritas inicialmente as contribuições da parte teórica, seguidas pela descrição dos verbetes e pela apreciação geral da obra.

Um prefácio (*Avant-propos*) escrito pelos organizadores abre o volume, explicando os seus objetivos principais, que são dois: (1) as contribuições teóricas e metodológicas procuram apresentar soluções a alguns dos problemas apontados no primeiro volume (chamado abreviadamente de *DÉRom 1*); e (2) a parte lexicográfica visa aumentar o número de verbetes (114 no primeiro volume e 40 neste). Além disso,

*Doutor pela USP, professor na UFGD. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2821-9448>. brunomaroneze@ufgd.edu.br.

¹ A versão em inglês desta resenha foi publicada em <https://linguistlist.org/issues/28/28-3406.html>.

também apresentam resumidamente os temas trabalhados nas contribuições teóricas e metodológicas (que serão objeto de descrição mais detalhada no decorrer desta resenha). Os autores encerram o texto descrevendo os “Dez mandamentos do *déromien*” (*déromien* é a pessoa que redige um verbete do *DÉRom*), mostrando o rigor metodológico buscado no trabalho: em um estilo que parodia a linguagem dos dez mandamentos bíblicos, apresentam-se as principais instruções metodológicas que norteiam a redação dos verbetes, tais como a pesquisa pelos cognatos, a reconstrução semântica, a consulta a obras anteriores.

A primeira parte teórica e metodológica é dividida em três subpartes: 1. *Réflexions soulevées par la pratique lexicographique* (Reflexões levantadas pela prática lexicográfica), com nove capítulos; 2. *Codification des principes rédactionnels* (Codificação dos princípios de redação), com dois capítulos; e 3. *Liste des publications du DÉRom* (Lista de publicações do *DÉRom*).

A primeira contribuição, de Valentin Tomachpolski, tem por título *La modélisation de l’inventaire phonématique vocalique en position atone du protoroman* (A modelização do inventário fonêmico vocálico em posição átona do protorromance). O autor descreve o trabalho de um grupo de pesquisadores (todos membros do projeto *DÉRom*) que discutiram as melhores formas de representar as vogais átonas do protorromance. Dois sistemas são apresentados, ambos usados em trabalhos tradicionais nos estudos românicos: o sistema de notação ternária, que representa vogais “fechadas”, “abertas” e neutralizadas; e o sistema de notação binária, que representa vogais tensas/fechadas (marcadas) e relaxadas/abertas (não-marcadas). O autor conclui apresentando quatro propostas que ainda serão debatidas no futuro.

O segundo capítulo, de Xavier Gouvert, também aborda a reconstrução fonológica: *Du protoitalique au protoroman: deux problèmes de reconstruction phonologique* (Do protoitálico ao protorromance: dois problemas de reconstrução fonológica) discute duas questões: primeiramente, a articulação (se bilabial ou labiodental) do

fonema protorromance /ϕ/: argumenta-se, contrariamente a Maniet (1950)² e outros, que este segmento era labiodental. A segunda questão é a espirantização das oclusivas intervocálicas: o autor argumenta que esse fenômeno é mais antigo do que normalmente se pensa, datando de período anterior aos primeiros textos em latim arcaico (mas após o período do protoitálico).

Reconstrução léxico-semântica é o assunto do terceiro capítulo, *Reconstruction comparative et histoire sémantique* (Reconstrução comparativa e história semântica), de Jean-Paul Chauveau. O autor aborda a questão de como identificar se um significado lexical já está presente em protorromance ou se foi difundido por contato linguístico ou, ainda, se surgiu em mais de uma língua paralelamente. O texto é muito rico em exemplos, apresentando soluções trazidas por diferentes dicionários (inclusive o próprio *DÉRom*) e propondo critérios para auxiliar os pesquisadores nessa tarefa de reconstrução.

O capítulo seguinte trata de um problema teórico clássico na Linguística Românica: a reconstrução de um gênero neutro em protorromance. *Problèmes théoriques (et pratiques) posés par la reconstruction du genre neutre en protoroman* (Problemas teóricos [e práticos] suscitados pela reconstrução do gênero neutro em protorromance), de Éva Buchi e Yan Greub, propõe a seguinte questão: é possível demonstrar a existência de um gênero neutro em protorromance apenas por meio da reconstrução, sem buscar evidências no latim clássico escrito? Os autores respondem “sim” a essa pergunta, com base nas evidências apresentadas pela chamada Escola de Zurique (FARAONI; GARDANI; LOPORCARO, 2013)³, e argumentam que, pelo menos em um caso

² MANIET, A. *L'évolution phonétique et les sons du latin ancien*. Louvain: Arta, 1950.

³ FARAONI, V.; GARDANI, F.; LOPORCARO, M. Manifestazioni del neutro nell'italoromanzo medievale. In: HERRERO, E. C.; RIGUAL, C. C. (ed.) *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas* (Valencia 2010), vol. 2, Berlin/New York: De Gruyter, 2013. p. 171-182. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110299915.171>.

específico (*fame[n], 'fome'), é possível reconstruir um gênero neutro mesmo se a palavra correlata atestada em latim clássico não é neutra.

Os três capítulos seguintes abordam aspectos de Geografia Linguística e Linguística Românica areal. *La classification des glottonymes dans un dictionnaire étymologique panroman. L'exemple des dialectes italiens* (A classificação dos glotônimos num dicionário etimológico panromânico: o caso dos dialetos italianos), de Marco Maggiore, apresenta o muito complexo assunto da variação geográfica italiana, que é a área linguisticamente mais fragmentada das línguas românicas e talvez de toda a Europa. O autor compara a classificação de dialetos empregada no *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* com a sua própria proposta e com o sistema simplificado empregado atualmente no *DÉRom*.

O sexto capítulo tem por título *Les constellations géolinguistiques dans le DÉRom* (Constelações geolinguísticas no *DÉRom*), de Jan Reinhardt. O autor analisa as constelações, que são grupos de três línguas românicas que compartilham étimos. Ao quantificar o número de étimos reconstruídos compartilhados por cada constelação, é possível identificar quais línguas são mais intimamente relacionadas; esse conhecimento pode auxiliar na reconstrução e também na apresentação lexicográfica dos verbetes.

O capítulo sétimo, *Le protoroman mis en carte: guide de lecture* (O protorromance posto em mapas: guia de leitura), de Jérémie Delorme, apresenta 34 mapas (precedidos de uma explicação muito detalhada de como lê-los e interpretá-los) que mostram a distribuição de fenômenos morfológicos e semânticos nas línguas românicas.

No oitavo capítulo, *Le DÉRom expliqué aux lecteurs non spécialistes, mais dotés d'une saine curiosité* (O *DÉRom* explicado aos leitores não-especialistas, mas dotados de uma saudável curiosidade), Marie-Thérèse Kneib explica com riqueza de detalhes a metodologia, os princípios teóricos e as decisões lexicográficas que orientam a

pesquisa, apresentando também um guia de consulta para o dicionário, empregando uma linguagem acessível a leitores não-especialistas.

O nono e último capítulo teórico tem por título *Ouverture: protoroman, latin et indo-européen* (Abertura: protorromance, latim e indo-europeu), de Romain Garnier. O ponto principal defendido pelo autor é que há uma continuidade do protoindo-europeu ao protorromance; dessa forma, o protorromance não deve ser entendido como “derivado” do latim, mas como o próprio latim; os textos latinos escritos é que devem ser entendidos como “derivados” do protorromance falado. O autor também propõe soluções interessantes para problemas etimológicos antigos, como */ka'ballu/, ‘cavalo’ e */rokka/, ‘rocha’.

A segunda subparte, que tem o título de *Codification des principes rédactionnels* (Codificação dos princípios de redação), contém dois textos: o primeiro é um texto longo e detalhado de Victor Celac intitulado *Normes rédactionnelles* (Normas de redação), que descreve todos os princípios seguidos pelos autores dos verbetes do *DÉRom* e explica todas as convenções lexicográficas aos consulentes. É seguido pela *Bibliographie de consultation et de citation obligatoires* (Bibliografia de consulta e citação obrigatórias), de Mihaela-Mariana Morcov, que é uma rica lista de obras classificadas por língua (além de algumas obras gerais), todas elas de consulta obrigatória pelos autores dos verbetes do *DÉRom*.

Por fim, a terceira subparte, *Liste des publications du DÉRom* (Lista das publicações do *DÉRom*) apresenta uma lista de trabalhos publicados pelo grupo de pesquisa do *DÉRom*, que ocupa sete páginas e fornece uma visão geral das dimensões do projeto, contendo também endereços de *websites* onde se encontram algumas dessas publicações.

A segunda parte, *Partie lexicographique* (Parte lexicográfica), contém 40 verbetes, seguidos por uma lista de *Abréviations et signes conventionnels* (Abreviaturas e sinais convencionais) e pela *Bibliographie* (Bibliografia), está assinada por Pascale Baudinot.

Conforme já mencionado, todos os verbetes do dicionário também estão disponíveis para consulta no *website* do *DÉRom* (embora a versão impressa inclua mapas para muitos deles, que não são encontrados no *website*).

Cada um dos verbetes apresenta pelo menos duas páginas de extensão. Todos são encabeçados por uma unidade lexical reconstruída em protorromance, escrita em alfabeto fonético, seguida pela classe gramatical e por uma definição. Esse conjunto (entrada, classe gramatical e definição) é apresentado em negrito e em tipo maior. Em outro parágrafo, apresentam-se os cognatos da unidade lexical entrada em todas as línguas românicas para as quais foi encontrado um cognato, seguindo uma ordem predeterminada, iniciada pelo sardo e seguida pelo daco-romeno e pelas demais línguas românicas, de leste a oeste, finalizando com o português. Apresentam-se fontes para todos os cognatos e definições nos casos em que os cognatos sofreram mudanças de significado. Em seguida, em outro parágrafo, apresentam-se comentários a respeito da reconstrução da forma em protorromance e da equivalência com formas atestadas em latim. Fecham cada verbete parágrafos que contêm a bibliografia, as assinaturas (nomes dos colaboradores) e as datas de finalização e de revisão do verbete. Para muitos verbetes, também são apresentados mapas que mostram a distribuição geográfica das formas cognatas.

O *Dictionnaire Étymologique Roman* tem a intenção de ser uma nova obra de referência para a Linguística Românica e certamente está no caminho certo. Seus verbetes são ricamente detalhados e sua metodologia é sólida e rigorosa. Provavelmente a sua contribuição mais inovadora é a proposta de reconstruir todas as formas do protorromance a partir das línguas românicas, em vez de partir das formas já documentadas em latim. Daí a ênfase no emprego do termo “protorromance” (enfatizando serem formas reconstruídas) em vez do mais tradicional “latim vulgar”. Trata-se de uma proposta que pode soar estranha diante do que se faz tradicionalmente em Linguística Românica, mas este volume (bem como o *DÉRom* em

geral) demonstra claramente que esse método traz novas luzes e novos *insights* a essa área.

O rigor metodológico tanto dos capítulos teóricos quanto dos verbetes é de fato impressionante. Também de grande utilidade para os pesquisadores da área é a bibliografia apresentada por Morcov (na segunda parte), organizada por língua e grupo linguístico.

Um leitor que tem esse volume como seu primeiro contato com os textos do projeto pode sentir que alguns de seus aspectos são pouco explicados. Por exemplo, em relação à reconstrução, pode parecer estranho que os pesquisadores do *DÉRom* prefiram reconstruir um /ϕ/ bilabial em vez de um /f/ labiodental. A maioria das línguas românicas (se não todas) apresentam um /f/ labiodental. O /ϕ/ bilabial é, assim, reconstruído com base não em comparação linguística, mas sim em registros escritos do latim. O segundo capítulo, de Xavier Gouvert, argumenta explicitamente contra essa reconstrução. Dessa forma, o leitor precisa de mais argumentos para a reconstrução do /ϕ/ bilabial, que certamente são apresentados em outras publicações do *DÉRom* (às quais este resenhista ainda não teve acesso).

Outra questão fonológica que pode parecer incomum é a transcrição do protorromance *qu*, como em */kuando/ (latim clássico *quando*): não há indicação do caráter não-silábico da vogal /u/ e, assim, a palavra pode ser silabificada erroneamente como /'ku.an.do/ (com o /u/ recebendo acento tônico). O volume carece de uma explicação completa de por que o *qu* é transcrito como /ku/ (e não como /kw/, por exemplo), que pode estar presente em outras publicações do *DÉRom*.

Da mesma forma, os primeiros capítulos desse volume pressupõem que o leitor já conheça os princípios metodológicos do *DÉRom*, que não são muito difundidos mesmo entre linguistas da área. Por causa disso, o capítulo oitavo, que explica esses princípios, talvez ficasse mais bem colocado no início do volume.

Apesar do cuidado editorial que a obra apresenta, foi possível detectar alguns pequenos erros tipográficos, que em nada diminuem sua qualidade:

- na página 198, ao explicar a pronúncia do som bilabial /β/, a palavra espanhola *lavar* é transcrita /la'bar/, quando deveria ser, obviamente, /la'βar/;
- na página 267, *Dans ce cas, elles peuvent soit apparaître dans le corps des articles, sont* [em vez do correto *soit*] *être citées en note*;
- na página 329, *Remarques préliminaires* [em vez do correto *préliminaires*]
- na página 330, o título do primeiro trabalho mencionado de Meyer-Lübke está incorretamente grafado *Grammaik der Romanischen Sprachen*, em vez do correto *Grammatik*;
- nas páginas 396 e 397, o mesmo mapa **/βad-e-/ (types formels)* foi impresso duas vezes, embora na segunda vez esteja indicado como *types sémantico-syntaxiques*.

Todas as questões apontadas nesta resenha são apenas problemas de menor importância. O projeto *DÉRom*, como um todo, é um dos avanços mais importantes na Linguística Românica das últimas décadas e este volume é certamente obrigatório para todos os linguistas que trabalham nessa área.

Referência

BUCHI, É.; SCHWEICKARD, W. (org.) **Dictionnaire Étymologique Roman (DÉRom) 2**. Pratique lexicographique et réflexions théoriques. Berlin: De Gruyter, 2016.

Resenha recebida em: 05.09.2017

Resenha aprovada em: 09.02.2018